QUINTA-FEIRA ■ MACEIÓ - ALAGOAS - 18 DE ABRIL DE 2024 - Nº 4.604 - R$ 4,00

TRIBUNA INDEPENDENTE
tribunahoje.com

MARCAPASSO

HCA já fez mais de 300 implantes

Em apenas um ano e meio de inaugurado, o Hospital do Coração Alagoano Adib Jatene já soma 325 implantações de marcapasso, feitas exclusivamente pelo SUS. PÁGINA 9

CRB vai enfrentar o Ceará na 3ª fase da Copa do Brasil

PÁGINA 16

Vítimas criticam governo Lula por defender acordos com a Braskem

Representantes das vítimas da Braskem em Maceió criticaram a posição do governo Lula de defender a manutenção dos cinco acordos feitos pela Braskem, com o aval dos órgãos de fiscalização e controle que atuam em Alagoas. A decisão governamental ocorreu por meio da Advocacia-Geral da União junto ao Supremo Tribunal Federal (STF). Entre os acordos está o que foi firmado com o prefeito João Henrique Caldas, que rendeu à Prefeitura de Maceió uma indenização por danos materiais no valor de R$ 1,7 bilhão. Para o empresário Alexandre Sampaio, presidente da Associação dos Empreendedores Vítimas da Braskem, todos os acordos são lesivos e unilaterais; por isso, devem ser anulados. O coordenador do Movimento Unificado das Vítimas da Braskem (MUVB), Cássio Araújo, disse que "o governo está se colocando do lado da Braskem, em detrimento das vítimas". PÁGINAS 5 e 9

GREVE NA EDUCAÇÃO

Técnicos administrativos da Ufal fazem assembleia e decidem manter paralisação

Os técnicos administrativos da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) decidiram ontem em assembleia manter a paralisação. Eles reivindicam reajuste salarial e de benefícios. A decisão da categoria levou em conta manifestação do governo federal cedendo em alguns itens propostos, mas o entendimento geral foi de que os principais pleitos ainda não estão contemplados. A greve é de caráter nacional, tendo a presença de representantes alagoanos no comando nacional do movimento, instalado em Brasília. Os técnicos tentam agora a adesão dos professores, que ainda não decidiram se também vão apresentar reivindicações ao governo e analisar possível greve. PÁGINA 9

ASCOM SINTUFAL

Em assembleia realizada na Reitoria, os técnicos administrativos decidiram manter a paralisação até o governo atender todos os pleitos

EDILSON OMENA

Servidores se aglomeraram na porta da Delegacia do Ministério da Gestão e Inovação para pressionar por aumento salarial

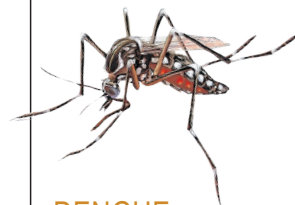
REIVINDICAÇÃO

Servidores do Ifal realizam ato por reajuste salarial

Os servidores do Instituto Federal de Alagoas (Ifal) realizaram manifestação ontem à tarde à porta do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), localizado na Praça Dom Pedro II, Centro de Maceió, pedindo reajuste salarial e de outros benefícios, entre eles a reestruturação do plano de carreira. Os grevistas promoveram ainda uma caminhada pelo Centro de Maceió. PÁGINA 9

SEM-TERRA

Paulo Dantas acena com mil hectares para reforma agrária

PÁGINA 11

DENGUE

MP/AL cobra melhor ação da prefeitura no combate à doença

PÁGINA 10

GÁS NATURAL

Alagoas receberá investimentos de até US$ 200 milhões

PÁGINA 12

INVESTIMENTO

Parque Shopping irá investir R$ 55 milhões em sua 1ª expansão

PÁGINA 7

JORNAL TRIBUNA INDEPENDENTE
Assinado de forma digital por: JORGRAF-Coop. De Prod. E Trab. De Jornalistas e Gráficos do Estado de Alagoas – Tribuna Independente – CNPJ Nº 08.951.056/0001-33 – José Paulo Gabriel dos Santos – CPF Nº 087.567.594-87

Esta página faz parte da edição impressa produzida pela Tribuna Independente (JORGRAF) de circulação diária em bancas de jornais e assinantes. A autenticação deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou no domínio: www.tribunaindependente.com.br

ESPLANADA

LEANDRO MAZZINI - contato@colunaesplanada.com.br

Fila contida

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) assegura que conteve a fila de espera dos cidadãos que solicitam aposentadoria. Questionado pela Coluna sobre as solicitações feitas desde o começo do Governo Lula III, o órgão posiciona que, em relação ao estoque de pedidos de benefícios, fechou o ano passado com 1.545.376 requerimentos; em comparação ao ano anterior, 2.069.807 processos estavam à espera de análise: "Desta forma, houve queda de 25,33% no quantitativo de 2023 em relação ao registrado no ano anterior". Sobre o quadro de funcionários para a atender à demanda, o INSS posiciona que mais 276 novos técnicos do seguro social tiveram a nomeação publicada no Diário Oficial da União (DOU). Sendo assim, complementa, de 3.144 pessoas aprovadas no último concurso, 1.285 vão integrar o quadro de novos servidores do INSS.

O BRAVO

Apelidado por colegas de "o bravo", o deputado Glauber Braga (Psol-RJ), que expulsou um desafeto a chutes na Câmara, coleciona episódios de tumulto na Casa. Interrompeu as audiências com os então ministros Paulo Guedes (Economia) e Sergio Moro (Justiça), chamando-o de "juiz ladrão". O deputado foi alvo de processos no Conselho de Ética, todos arquivados. Agora é alvo de outro.

FRANCO FAVORITO

Se na Câmara dos Deputados a disputa para a sucessão do presidente Arthur Lira (PP-AL) está acirrada, no Senado o presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Davi Alcolumbre (União -AP), segue franco favorito. Ele presidiu a Casa entre 2019 e 2021 e articulou as eleições de Rodrigo Pacheco (PSD-MG). A oposição deve lançar – para marcar posição - o líder Rogério Marinho (PL-RN).

VAPES EM PAUTA

Acontece amanhã a 6ª reunião de diretoria colegiada da Anvisa em 2024. Na pauta está a revisão da RDC nº46, que proíbe a comercialização e a fabricação de cigarros eletrônicos no Brasil, em vigor desde 2009. O volume de consumidores regulares de dispositivos - 100% ilegais no país - cresceu 600% em seis anos, chegando a quase 3 milhões (Ipec 2023). O debate tramita no Senado e terá audiência pública em breve.

PAVIMENTADA

Enquanto derrapa na Câmara, o Governo tem avenida pavimentada no Senado. A tropa de choque governista derrubou a sessão do Congresso que analisaria os vetos do presidente Lula da Silva. Entre eles, o que cortou R$ 5,6 bi para emendas parlamentares. A prioridade na Casa, com a benção do presidente Rodrigo Pacheco (PSD-MG), é aprovar o atalho no arcabouço fiscal para liberar R$15 bilhões.

QUADRO ESCASSO

Além das greves, o Governo enfrenta reivindicações por mais servidores em órgãos e agências reguladoras. Na Anvisa, a categoria alerta para possíveis atrasos na aprovação de serviços e produtos essenciais e fechamento de postos em portos, aeroportos e fronteiras. A Agência tem o menor número de servidores (1.639) em 20 anos.

ESPLANADEIRA

Feira Rio Artes ocorrerá de 24 a 28 de abril no Centro de Convenções Expomag (RJ), com foco na economia criativa.

Pormade completa 85 anos e prevê faturar R$ 480 milhões em 2024.

SEK anuncia aquisição da PROOF. # Festival 7 Sóis contará com show do MV Bill, amanhã e sábado, em Niterói (RJ).

Grupo Fleury inaugura o Centro Integrado de Alergia no Rio de Janeiro.

FenSeg realiza, no dia 25, webinar para discutir diferenças entre seguro habitacional e residencial.

Com Walmor Parente, Carol Purificação, Luiza Melo e Isabele Mendes
www.colunaesplanada.com.br
reportagem@colunaesplanada.com.br X @colunaesplanada

DIVULGAÇÃO

Lean Araújo participou da sessão que tratou da PEC 10-2023

PEC NO CONGRESSO

Lean Araújo defende fortalecer carreiras no MP

EDITORIA DE POLÍTICA
COM ASSESSORIA

O procurador-geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Alagoas (MP/AL), Lean Araújo, acompanhou ontem a sessão da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal, em Brasília, que aprovou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que cria uma parcela mensal de valorização por tempo de exercício para os membros do Poder Judiciário e do Ministério Público. A PEC 10/2023, agora, será debatida em plenário por todos os parlamentares.

O chefe do MP Estadual integrou a comitiva do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPG) que marcou presença durante a sessão daquela casa legislativa. A referida PEC institui o pagamento de um Adicional por Tempo de Serviço (ATS) de 5% do salário das carreiras a cada cinco anos, até o limite de 35%.

O texto foi apresentado, originalmente, pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, no início do ano passado. Depois, recebeu um substitutivo do relator, senador Eduardo Gomes, para que fossem também incluídas outras categorias no benefício, a exemplo de advogados públicos da União, de estados e do Distrito Federal; defensores públicos; ministros; e conselheiros de cortes de contas.

"A aprovação da PEC nº 10/2023, que chamamos de VTM, foi aprovada graças ao diálogo que o CNPG e as associações de classe tiveram com o Senado da República. Ela representa a valorização dessas carreiras e, por consequência, o fortalecimento das instituições que trabalham para garantir o Estado Democrático de Direito, a segurança da aplicação da lei brasileira e a defesa dos direitos do cidadão", declarou Lean Araújo.

Antes da sessão da CCJ, os procuradores-gerais foram recebidos pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, em seu gabinete de trabalho. O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, também esteve presente ao encontro.

"Defendemos a estruturação da carreira, algo justo e sensato. Não é um puro e simples adicional por tempo de serviço, é a valorização por tempo de dedicação exclusiva de uma categoria que tem especificidades em relação a outras. Eu espero ver a PEC aprovada no Senado e na Câmara dos Deputados, que garante a lisura, a qualidade, a imparcialidade e a independência dessas instituições", afirmou o senador.

Albuquerque entra no grupo político de JHC

Deputado indica genro para assumir Secretaria Municipal do Trabalho

EMANUELLE VANDERLEI
COLABORADORA

ASSESSORIA

Antonio Albuquerque indicava cargos no governo Paulo Dantas e agora está aliado do prefeito JHC

O prefeito de Maceió, JHC (PL), continua mantendo uma política de proximidade com ex-aliados do governo Paulo Dantas (MDB). Esta semana, a novidade que paira na gestão da capital alagoana é a chegada do grupo do deputado estadual Antonio Albuquerque (Republicanos). O parlamentar fechou acordo com JHC e indicou para comandar a Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Economia Solidária (Semtes), Flávio Baltar Maia, seu genro.

Nas últimas semanas, havia sido cogitada a possibilidade de o parlamentar compor com o prefeito, que é candidato à reeleição, porém poucas informações davam conta desse fechamento.

Com articulação de JHC para a campanha deste ano, as amarrações políticas continuam acontecendo para garantir mais apoios à reeleição na capital. ampliando assim o máximo possível sua rede de apoiadores. Já estão consolidados, e com indicações na gestão municipal, o Progressistas, do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira; o Podemos, do senador Rodrigo Cunha; e o União Brasil, hoje liderado pelo deputado federal Alfredo Gaspar.

Com indicação do Republicanos à administração de JHC, o contexto político entre o deputado estadual Antonio Albuquerque com o governo Paulo Dantas e o próprio MDB, do senador Renan Calheiros, se torna complicado, ao menos na capital. Em Maceió, a legenda mantém a pré-candidatura do deputado Rafael Brito à prefeitura.

Esta semana, o partido de Albuquerque entregou o comando da Secretaria de Estado do Trabalho e Qualificação, que tinha à frente o filho do parlamentar, Arthur Albuquerque. Ainda estava semana, todos os cargos indicados pelo deputado estadual no governo estavam sendo exonerados.

Por outro lado, o MDB que hoje comanda o Palácio República dos Palmares também está com uma base ampliada, incluindo PDT, PSB, Solidariedade, PSD, PT e PCdoB. A diferença é que nesse caso, muitos aliados não vão compor a chapa do MDB, sairão com candidatura própria disputando a prefeitura. A estratégia é ter muitas candidaturas para arrancar um segundo turno, que pelas pesquisas ainda não está garantido.

APOIOS NOS MUNICÍPIOS

Ainda no contexto das eleições, o grupo liderado por Antonio Albuquerque volta a investir na candidatura do filho na cidade de Limoeiro de Anadia. O município é gerido, atualmente, por Marlan Ferreira (PP). Lá, Antonio Albuquerque tem recebido expressivas votações quando se candidata a deputado estadual, no entanto não vem logrando êxito quando lança ou apoia um candidato à prefeitura.

O deputado também vai apoiar uma série de candidatos a prefeito no interior do estado, bem como vereadores, sobretudo nas regiões Agreste, Sertão e Litoral Norte.

A reportagem não conseguiu contato com o deputado, e não houve registros, até o fechamento desta edição, de publicações nas redes sociais sobre o fechamento político com o grupo de JHC.

TIC TAC TIC TAC

A POLÍTICA NÃO PARA E, QUASE SEMPRE, ESTOURA

@eniolins.tribuna.com

Desculpem o repeteco, mas essa pauta precisa ser revisitada por conta do recente posicionamento do Senado. Trata-se da Proposta de Emenda Constitucional "Pablo Escobar", a PEC que iguala traficante a consumidor, e iguala também qualquer tipo e quaisquer quantidades de droga considerada ilícita. Poderia também se chamar de PEC "Fernandinho Beira-Mar", pois apenas o tráfico será beneficiado pelo sinal de igualdade colocado entre o criminoso e a vítima.

OVERDOSE SENATORIAL

Largo foi o placar favorável à PEC do Tráfico no Senado: 53 x 9 votos na primeira rodada e 52 x 9 na segunda, quando seriam necessários 49 sufrágios para a aprovação da proposta, que agora vai ao plenário da Câmara dos Deputados em busca de, no mínimo, 308 votos favoráveis para ser enfiada na Carta Magna como um dispositivo constitucional (!) – e não lei ordinária, como seria o status correto para esse tipo de norma, mesmo que equivocada, ou viciada, como a em tela.

DISPUTA ENTRE OS PODERES

São uníssonas as vozes abalizadas na mídia que apontam como motivação única para tamanha "unidade na ação" a demonstração de força do poder parlamentar contra o poder judiciário, pois este estaria se excedendo no cumprimento da lei, e obrigando vários segmentos das elites ao seguimento da Constituição – coisa inadmissível para a vasta camada de apaniguados, dependentes de overdoses de impunidade. Mas o país pagará preço altíssimo por essa diatribe congressual.

AGRAVAMENTO DO PROBLEMA

Sim, é um gravíssimo problema no Brasil e no mundo o consumo de drogas. Relembrando que a pesquisa mais recente na área, divulgada pela Fiocruz em 2019, indicou que "3,2% dos brasileiros usaram substâncias ilícitas nos 12 meses anteriores à pesquisa, o que equivale a 4,9 milhões de pessoas". Hoje o número deve ser maior, e amanhã esses mais de cinco milhões de vulneráveis estarão somados às listas de criminosos, transformados – numa canetada – de vítimas em algozes.

PRINCIPAL DROGA

E mais, se considerarmos "drogas" como substâncias capazes de alterar o comportamento e prejudicar a saúde de quem usa e de quem se vicia, o estudo Fiocruz indica que o álcool é a principal delas: "aproximadamente 2,3 milhões de pessoas apresentaram critérios para dependência de álcool nos 12 meses anteriores à pesquisa" enquanto "46 milhões (30,1%) informaram ter consumido pelo menos uma dose [de álcool] nos 30 dias anteriores". Parece que o Congresso está embriagado pela briga com o Judiciário, dirige em alta velocidade, e sem bafômetro nas proximidades.

MILHÕES DE NOVOS CRIMINOSOS

Em sendo aprovado esse trambolho constitucional, se vislumbra, desde já, mais uma tragédia para a segurança pública nacional. Pois ficará nas mãos dos agentes públicos que tiverem interesses nessa conturbada área, as interpretações práticas de uma norma constitucional que diz ser o traficante igual ao usuário e que tanto faz a quantidade de droga portada (ou em flagrante consumo) – o que vale como uma autorização ampla, geral e irrestrita para descer o cipó de aroeira no lombo de quem se incluir nesse vastíssimo círculo vicioso.

IGUALANDO DESIGUAIS

Apesar de firulas no texto, tais como "deverá haver distinção entre traficante e usuário... O usuário terá penas alternativas à prisão...", quando se cristalizar – na Constituição – o conceito de traficante e usuário como bandidos, esse esdruxulo dispositivo só ajudará ao tráfico, cujos integrantes em todos os níveis serão misturados às vítimas de sua atividade criminosa, e, quem sabe, também poderão usufruir de penalidades alternativas à prisão convencional (por que não?).

Atrito com Arthur Lira não impede liberação de emendas

Governo Lula autoriza envio de recursos destinados aos parlamentares e emendas privilegiam aliados no Congresso

EDITORIA DE POLÍTICA
COM AGÊNCIAS

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) destravou a liberação de emendas nesta semana e privilegiou aliados na distribuição da verba ao Congresso Nacional. Foram autorizados cerca de R$ 2,4 bilhões, e os repasses atendem principalmente a pedidos de senadores e deputados mais próximos ao governo.

Esse lote de dinheiro para o Congresso Nacional é recorde no ano e ocorre em meio a votações importantes que Lula enfrentará, como uma folga de R$ 15 bilhões no Orçamento desse ano e a análise de vetos, prevista para a próxima semana.

Todos os deputados e senadores têm direito a emendas, que são aqueles recursos que eles usam para bancar obras e projetos em seus redutos eleitorais. Com isso, os parlamentares conseguem ganhar mais capital político entre os eleitores.

O governo, porém, pode ditar o ritmo desses repasses e fazer acenos ao Congresso quando propostas do presidente precisam avançar. Ou seja, a autorização de emendas é geralmente usada como moeda de troca em votações na Câmara e no Senado.

A cúpula do Congresso é um exemplo da discrepância na lista de parlamentares beneficiados pelo dinheiro liberado por Lula até agora. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), recebeu o aval no valor de R$ 24 milhões. Já o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), não teve emendas repassadas ainda.

O embate entre Lira e o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha (PT), escalou na semana passada. Padilha é responsável pela articulação política do governo, o que inclui a liberação de emendas.

O desgaste ganhou novo desdobramento após a exoneração do primo de Lira, Wilson César de Lira Santos, do cargo de superintendente do Incra em Alagoas. O presidente da Casa já tinha sido avisado que a situação do primo era insustentável, mas foi surpreendido com a exoneração na última terça-feira (16).

Lira deixou claro, durante reunião com líderes, que, em sua opinião, está sendo retaliado pelo Palácio do Planalto. Disse também que pretende dar prioridade para as pautas da oposição nas próximas semanas, como pacote anti-invasão de terras e também projetos da área de costume, além da instalação de cinco CPIs simultaneamente.

EDILSON OMENA

Arthur Lira tem intensificado investidas contra o governo Lula e presidência apresenta alguns revides

DISTRIBUIÇÃO NO SENADO

As principais liberações até agora foram nas emendas individuais. Pelas regras, todo deputado, seja governista ou de oposição, tem direito a R$ 37,9 milhões. Os senadores têm R$ 69,6 milhões. Esses valores são para todo o ano.

O senador Eduardo Braga (MDB-AM) conseguiu o repasse de R$ 63 milhões, quase todo o montante do ano. Outros aliados do governo, como os senadores Marcelo Castro (MDB-PI), Otto Alencar (PSD-BA) e Davi Alcolumbre (União-AP), receberam entre R$ 26 milhões e R$ 34 milhões.

Esses números divergem das autorizações para senadores de oposição, como Damares Alves (Republicanos-DF) e Jorge Seif (PL-SC), que ficaram com R$ 810 mil e R$ 700 mil, respectivamente.

O senador Wellington Fagundes (PL-MT), que também é próximo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), conseguiu R$ 18 mil.

EMENDAS PARA CÂMARA FEDERAL

Na Câmara, apesar de os deputados terem direito a menos recursos, alguns conseguiram ocupar o topo da lista, junto com alguns senadores. É o caso do deputado Otto Alencar Filho (PSD-BA), que conseguiu a liberação de R$ 23 milhões. O deputado Castro Neto (PSD-PI) obteve R$ 19 milhões. Os dois são, respectivamente, filhos dos senadores Otto Alencar e Marcelo Castro.

Os deputados Gabriel Nunes (PSD-BA), Márcio Jerry (PCdoB-MA) e Zeca Dirceu (PT-PR) conseguiram entre R$ 17 milhões e R$ 20 milhões, enquanto Mário Frias (PL-SP) e Carla Zambelli (PL-SP) conseguiram R$ 200 mil.

Os parlamentares vinham cobrando do Palácio do Planalto que as emendas fossem destravadas ainda neste mês. A partir de junho, por causa do calendário eleitoral, há limitações a esses repasses.

Portanto, quem consegue a liberação de emendas mais cedo tem mais tempo para obter ganhos políticos com os recursos às vésperas da eleição municipal, quando parlamentares tentam emplacar aliados nos cargos e se fortalecerem para a eleição de 2026.

TJ/AL disponibiliza 14 vagas temporárias para cargo de Juiz Leigo

EDITORIA DE POLÍTICA
COM ASSESSORIA

As inscrições para o Processo Seletivo Simplificado (PSS) visando a contratação temporária de Juiz Leigo para o Tribunal de Justiça de Alagoas (TJ/AL) serão abertas hoje. O certame oferece 14 vagas, além de formação de cadastro reserva, com remuneração de R$ 3 mil para uma jornada de trabalho de 30 horas semanais.

Poderão exercer a função de Juiz Leigo, advogados com mais de dois anos de experiência comprovados no momento da nomeação.

As inscrições serão realizadas exclusivamente por meio do site da Escola Superior da Magistratura do Estado de Alagoas (Esmal), que conduzirá o certame com o apoio da Coordenação dos Juizados Especiais. Os candidatos devem se inscrever no endereço eletrônico *concursos.tjal.jus.br/login* , durante o período de 18 de abril a 2 de maio de 2024.

O processo seletivo compreenderá prova objetiva, prova subjetiva e prova de títulos, cujas datas serão divulgadas posteriormente por meio de Editais de Convocação.

Além disso, os candidatos aprovados serão submetidos a um curso de capacitação na Esmal, com o objetivo de prepará-los para as atividades de gabinete e cartório judiciais. A presença no curso é obrigatória, com exigência de frequência mínima de 90% da carga horária total.

Os candidatos que necessitarem de atendimento especial durante a realização das provas devem indicar os recursos necessários no momento da inscrição, anexando o laudo médico que justifique as adaptações, bem como formulário padrão de necessidades, disponível no site da Esmal, até a data limite de 25 de abril de 2024.

DIVULGAÇÃO

Tribunal de Justiça de Alagoas abre vagas para função de Juiz Leigo

Já aqueles que se enquadram nos critérios de isenção do pagamento da taxa de inscrição, conforme estabelecido pela legislação vigente, devem realizar a solicitação até o dia 23 de abril, por meio do formulário padrão disponível no site do concurso.

Para garantir a inclusão de pessoas com deficiência, 10% das vagas são reservadas para este público. Mais 20% das vagas são destinadas a cidadãos negros, indígenas e quilombolas. Os candidatos que desejarem concorrer às vagas reservadas a esta população, devem autodeclarar-se no momento da inscrição.

PEC aumenta salário de juízes e procuradores

Proposta tem avançado no Senado e beneficia diretamente mais de 32 mil funcionários públicos; governo estima impacto de R$ 42 bilhões

EDITORIA DE POLÍTICA
COM AGÊNCIAS

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou ontem a chamada PEC do Quinquênio, que aumenta penduricalho de juízes e procuradores. A Proposta de Emenda à Constituição dá um adicional de 5% para integrantes do Poder Judiciário a cada cinco anos em carreiras na área. De acordo com o Centro de Liderança Pública, o impacto da PEC é de R$ 1,8 bilhão só em 2024 para beneficiar cerca de 32 mil funcionários públicos. Já o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), afirmou que o Ministério da Fazenda estima impacto de R$ 42 bilhões por ano nas contas públicas, a depender do número de carreiras incluídas.

O limite desse bônus é de 35% sobre o salário dos integrantes do Judiciário. Como a regra deve aumentar consideravelmente os salários, juízes e procuradores não serão enquadrados no limite de salário constitucional do funcionalismo.

A Proposta de Emenda à Constituição foi proposta pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), com base em uma PEC proposta em anos anteriores, mas que não avançou. Com a aprovação na CCJ por 18 votos a favor e 7 contra, o texto alterado pelo relator, senador Eduardo Gomes (PL-TO), segue para o plenário do Senado.

Em nota técnica, o Centro de Liderança Pública indica ainda que a aprovação da proposta é abrir o risco para uma "provável pressão que outras carreiras irão exercer para também usufruir do quinquênio".

A PEC do Quinquênio indica que o bônus será para os integrantes do Ministério Público e da Magistratura da União, dos Estados e do Distrito Federal, além de delegados da Polícia Federal que não exerçam a advocacia privada da ativa e aposentados. A conquista do bônus poderá ser feita desde que a pessoa esteja em qualquer cargo do Poder Judiciário há cinco anos.

O ganho do bônus será considerado para o cálculo da aposentadoria e da pensão de dependentes. Ao mesmo tempo, com o estabelecimento do bônus, outras "vantagens" por adicionamento de tempo de serviço no Poder Judiciário.

DIVULGAÇÃO
Comissão de Constituição e Justiça do Senado aprovou a PEC do Quinquênio para aumentar os salários dos integrantes do Poder Judiciário

CARREIRAS X BENEFÍCIOS

Os senadores que defendem a PEC dizem que o tema não é sobre um benefício para o Poder Judiciário, mas sim sobre valorizar a carreira.

"Nós estamos valorizando uma carreira que é fundamental para o Estado brasileiro, seja na magistratura, seja no Ministério Público. Então, a valorização por tempo de serviço dessa instituição, do Poder Judiciário e do Ministério Público, é fundamental. Ou a gente vai esconder que tramita, nos tribunais do Brasil, processos de bilhões e milhões de reais na mão de um magistrado? Ele precisa ser valorizado, para que ele tenha a imparcialidade", disse o presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), durante a discussão do tema.

Já outros senadores indicam que dar um adicional para uma carreira que já tem altos salários é uma forma de aumentar a desigualdade no país.

"Enquanto, no Brasil, uma pessoa que vive com R$3 mil é considerada de classe média, nós estamos aqui dando um aumento salarial vigoroso para aquela turma que é do topo do serviço público. Eu vi aqui argumentos que dão vontade de chorar, de o cara dizer: 'Vou mudar de carreira, porque eu estou ganhando pouco aqui como juiz, como procurador'", disse o senador Hamilton Mourão (Republicanos-RS).

O líder do Governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), que foi quem adiou a votação para essa semana, também criticou a medida. Em fala durante a sessão desta quarta-feira (17), o senador disse falar do ponto de vista do país mais do que de governo.

Wagner citou o acordo de que a PEC andaria em conjunto com o projeto para barrar supersalários, mas indicou que a proposta do quinquênio não é sustentável para a economia do país. O projeto dos supersalários, no entanto, ainda não avançou, apesar de contar com o mesmo relator, Eduardo Gomes.

"Como está a matéria [...] eu quero que os colegas entendam a bomba que pode estar por vir com esta bem-intencionada PEC que é para valorizar principalmente os Tribunais Superiores, que não têm tanto penduricalhos como outros judiciários", disse Wagner. "Como ex-governador, é a pior política de gestão de pessoal que se tem, a anuênio ou a do quinquênio, porque ela não fala em meritocracia, é o aumento vegetativo da folha, independente do gestor, e, portanto, na minha opinião ela não estimula a melhoria do serviço público".

DIVULGAÇÃO
Braço do PSDB coordenado pelo depputado Aécio Neves lança plataforma para abastecer filiados oposicionistas

PSDB tem votado mais com o governo que o União Brasil

Por iniciativa do Instituto Teotônio Vilela, o PSDB lançou ontem (17) a plataforma "Farol da Oposição", site criado com a proposta de abastecer filiados com informações sobre o governo, visando auxiliar na elaboração de articulações e discursos oposicionistas. O partido, porém, segue um padrão de votações no Congresso próximo ao de partidos da base do governo Lula. Até o início de abril deste ano, a bancada tucana acompanhou a orientação do Planalto em 78% das discussões da Câmara dos Deputados.

O índice de governismo do PSDB na Câmara chega a superar o do União Brasil, partido menos fiel da base do governo, que ocupa dois ministérios e entrega, em média 76% de seus votos. No Senado, porém, o único tucano restante, Plínio Valério (PSDB-AM), apresenta um padrão de oposição, com 58% de governismo.

O Instituto Teotônio Vilela é o think tank (espécie de centro de ideias e estudos) oficial do PSDB, atuando com a produção de artigos, formação de seus filiados e na discussão de teses defendidas pela sigla na comunidade acadêmica. Seu atual presidente é o deputado Aécio Neves (PSDB-MG), rival histórico do PT e um dos articuladores do impeachment da presidente Dilma Rousseff. Conforme os dados do Radar do Congresso, ele acompanhou o governo em 79% das votações, superando a média de seu partido.

Apenas um deputado tucano costuma votar contrariamente ao governo: Lucas Redecker (PSDB-RS), com 49% de governismo.

CCJ aprova projeto para limitar cobranças de taxa do Ibama

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara aprovou ontem, por 37 votos a 7, um projeto que limita a cobrança da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA) pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) – que incide sobre atividades licenciadas pela União.

O texto tramitou em caráter conclusivo, ou seja, irá direto para o Senado, sem passar pelo plenário da Câmara, se não houver recurso apresentado por, no mínimo, 51 deputados. A TCFA foi criada em 2000 e é recolhida pelo Ibama no exercício do poder de polícia conferido ao órgão pela lei.

Trata-se de uma das principais fontes de recursos do instituto. O tributo é cobrado na fiscalização e controle de atividades potencialmente poluidoras – definidas em lei – e que utilizam recursos naturais.

Na justificativa para apresentação do projeto, o autor, deputado Jerônimo Goergen (PP-RS), diz que a competência para cobrar a taxa deve ser de estados e municípios nos casos em que estes são os responsáveis pelo licenciamento ou autorização ambiental da atividade.

Por isso, propõe no texto que o Ibama se limite a tributar atividades licenciadas pela União.

A proposta também limita o pagamento da taxa à pessoa física ou jurídica que desenvolve a atividade, independentemente da quantidade de filiais ou estabelecimentos que a compõem. Atualmente, todas as filiais são tributadas.

Segundo cálculos do Ibama, divulgados por deputados durante a votação, o impacto para o Orçamento do órgão é de R$ 20,9 milhões anuais.

Deputados da base do governo obstruíram a votação e foram contrários ao relatório do deputado Covatti Filho (PP-RS).

DIVULGAÇÃO
Deputado federal Chico Alencar critica o projeto e diz que medida reduz a arrecadação do Ibama

Segundo o deputado Bacelar (PV-BA), a matéria fere os princípios constitucionais do não retrocesso ambiental e o da proporcionalidade e praticabilidade tributária.

"Estamos tirando metade dos recursos do Ibama e não estamos apontando nenhuma compensação", afirmou.

"Esse projeto significa redução da arrecadação para Ibama de R$ 20,9 milhões ao ano. Esse é o impacto na arrecadação, que prejudica fortemente o cuidado ambiental nesse país", afirmou Chico Alencar (PSOL-RJ).

Já para o deputado Patrus Ananias (PT-MG) a proposição é uma tentativa de desmontar a política ambiental no país.

Caso Braskem: acordos são lesivos e feitos sem participação das vítimas

Afetados pela mineração criticam postura do governo Lula e contestam parecer da AGU para o Supremo

RICARDO RODRIGUES
COLABORADOR

Os representantes das vítimas da mineração em Maceió criticaram a decisão do governo federal de defender, por meio da Advocacia-Geral da União (AGU) e junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), a manutenção dos cinco acordos feitos com a Braskem, com o aval dos órgãos de fiscalização e controle que atuam em Alagoas.

Entre os acordos rechaçados pelas vítimas da mineração está aquele assinado pelo prefeito JHC (PL), em julho do ano passado, que rendeu à Prefeitura de Maceió uma indenização por danos materiais no valor de R$ 1,7 bilhão. Segundo a assessoria da Prefeitura, o acordo foi firmado com base legal e com o aval das autoridades.

No entanto, para o empresário Alexandre Sampaio, presidente da Associação dos Empreendedores Vítimas da Braskem em Maceió, todos os acordos são lesivos e unilaterais; por isso, devem ser anulados. "Nenhum dos acordos firmados com a Braskem teve a participação dos moradores ou comerciantes da região", garantiu.

Alexandre Sampaio disse ainda que outro grande absurdo é querer entregar à Braskem todos os bens desapropriados na área de risco. "Nesse parecer encaminhado ao STF, a AGU acaba confirmando aquilo que as vítimas sempre disseram, que a Braskem ganhou o direito de explorar comercialmente a área por ela devastada".

O empresário explicou ainda que o governo federal quer que a Braskem prepare a área da tragédia socioambiental para futuros empreendimentos imobiliários. "Isto está dito pela AGU. Portanto, é uma grande mentira o que as autoridades dizem, que essas áreas jamais serão exploradas comercialmente".

Na opinião de Sampaio, esse parecer da AGU mostra o quanto as vítimas lutam contra um poder avassalador. De um lado você tem a Novonor (antiga Odebrecht) e a Petrobras, acionistas da Braskem, aliados aos bancos e ao mercado financeiro, e o governo federal, por meio da AGU, quer que tudo seja mantido como está.

"De fato, o Estado brasileiro virou as costas para a Constituição, para defender bancos, a Novonor, a Petrobras e os interesses corporativos dessa mineradora criminosa", enfatizou Sampaio. Segundo ele, "fica difícil confiar ou esperar alguma coisa em defesa das vítimas, se as autoridades estão em conluio para defender a Braskem".

EDILSON OMENA

Alexandre Sampaio: "nenhum dos acordos firmados com a Braskem teve participação dos moradores ou comerciantes da região", afirmou

Movimento Unificado das Vítimas da petroquímica é contra parecer da AGU

O coordenador do Movimento Unificado das Vítimas da Braskem (MUVB), Cássio Araújo, é contra a decisão da Advocacia Geral da União (AGU) de solicitar ao Supremo Tribunal Federal (STF) a manutenção dos acordos feitos com a Braskem. Segundo ele, não é justo que as autoridades fiquem do lado da Braskem, em detrimento das vítimas.

"O MUVB entende que o posicionamento da AGU fere o princípio da reparação integral que diz que o poluidor deve arcar com todos os custos pelos danos causados à sociedade, além do pedido de desculpas pelos males praticados e o compromisso efetivo de que não mais poluirá, dentre outras obrigações", argumentou Araújo.

"O poluidor ficar com a propriedade dos bens que destruiu abre a possibilidade de auferir lucro no futuro, possibilidade essa que é em si uma violação ao princípio da reparação integral, abre uma possibilidade de enriquecimento sem causa e permitirá que a empresa infratora se beneficie da própria torpeza", acrescentou.

Para Cássio Araújo, "a manifestação da AGU noticiada pela imprensa, beneficiando a Braskem, fere os mais elementares princípios do direito, da moral e da ética". Segundo ele, a empresa precisa pagar pelos prejuízos causados aos moradores atingidos pela mineração, e não tirar projeto da desgraça alheia.

"A Braskem tem a obrigação de cuidar da área, sem qualquer perspectiva de ganho futuro! Voltando os imóveis aos seus antigos donos ou transformando a região em uma área comum para todo o povo da cidade. Ficar com o patrimônio indenizado é como se o assassino ficasse com o corpo da vítima, para decidir o que faria com ele", concluiu Araújo.

PT CONTRA ACORDO

O presidente do PT de Maceió, Marcelo Nascimento, disse que o partido tem se mantido ao lado das vítimas da mineração em Maceió e contra o poder econômico representando pela Braskem. Por isso, discorda da posição da Advocacia Geral da União (AGU) e é contra o acordo da Prefeitura com a Braskem, celebrado pelo prefeito JHC.

"O PT Maceió já se manifestou a favor da revisão dos contratos entre a mineradora e a Prefeitura, por entender que existem cláusulas abusivas que causam prejuízos à população e a municipalidade", afirmou Nascimento. Segundo ele, a Defensoria Pública Estadual (DPE) já ajuizou ação pedindo a revisão dos contratos unilaterais da empresa com as vítimas da mineradora.

"O Judiciário e o Ministério Público, que homologaram esse acordo, precisam se pronunciar a respeito. Não podemos legitimar esse processo danoso da forma como foi conduzido, beneficiando demasiadamente a empresa mineradora", acrescentou Nascimento. **(R.R.)**

EDILSON OMENA

"A Braskem tem a obrigação de cuidar da área, sem qualquer perspectiva de ganho futuro", diz MUVB

Presidente do PT Maceió diz que "ainda há vida e resistência nos Flexais"

O presidente do PT de Maceió, Marcelo Nascimento lembrou que, em dezembro de 2023, o juiz federal André Luís Maia Tobias Granja rejeitou o pedido de suspensão do acordo por motivos processuais, argumentando que a defensoria estadual não teria legitimidade legal para tentar anular o acordo.

O dirigente petista usou as redes sociais, no último final de semana, para se colocar contra o poder econômico e opressor da mineradora, dizendo que ainda há vida e resistência nos Flexais, onde os moradores exigem a realocação, com indenizações justas.

"A Prefeitura de Maceió quer construir uma UPA na rua principal de Bebedouro, isolando ainda mais as vítimas da Braskem", registrou o petista, acrescentando que a CPI da Braskem, criada para investigar a tragédia e responsabilizar os culpados, "não pode compactuar com esse conluio entre a mineradora e a Prefeitura de Maceió".

PGE NÃO FALA

A reportagem da Tribuna Independente procurou ouvir o Governo de Alagoas, por meio da Procuradoria-Geral do Estado, sobre o parecer da AGU encaminhado ao Supremo, mas a PGE não deu retorno.

A posição preliminar da PGE é de não comentar o parecer da AGU, até porque ação movida pelo Estado não cabe para anular os acordos e no próprio parecer os advogados da União reafirmam os erros contidos nos contratos. **(R.R)**

ADAILSON CALHEIROS

Moradores dos Flexais exigem a realocação com indenizações justas contra a situação a que foram submetidos

TRIBUNA INDEPENDENTE

Endereço Comercial: Empresarial Humberto Lôbo
Av. Menino Marcelo - 9.350- Serraria
Maceió - Alagoas - CEP: 57.083.410
CNPJ: 08.951.056/0001 - 33

UM PRODUTO:
PRESIDENTE
José Paulo Gabriel dos Santos
DIRETOR ADMINISTRATIVO
FINANCEIRO:
Flávio Peixoto
EDITOR GERAL
Ricardo Castro
brunomartinsgr@yahoo.com.br
DIRETORA COMERCIAL:
Marilene Canuto

TELEFONE:
82.3316.5855

Energia solar chega para 2 milhões

O Brasil acaba de atingir a marca de 2 milhões de residências com energia solar nos telhados, que representam mais de R$ 70,3 bilhões em investimentos acumulados desde 2012, segundo mapeamento da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar).

De acordo com a entidade, os telhados solares nas casas brasileiras abastecem mais de 2,5 milhões de unidades, com o compartilhamento dos créditos de energia gerados pelos sistemas solares para imóveis da mesma titularidade e na mesma área de concessão da distribuidora local.

Do total de residências atendidas pela geração própria solar, o estado de São Paulo lidera o ranking nacional, com mais de 385,3 mil casas atendidas, seguido pelo Rio Grande do Sul, com 303,1 mil, e Minas Gerais, com 291,8 mil (veja abaixo ranking dos dez estados com mais unidades consumidoras abastecidas pela tecnologia fotovoltaica).

Segundo o estudo os telhados solares nas casas somam cerca de 13 gigawatts (GW) de potência instalada e estão espalhados em mais de 5,5 mil municípios brasileiros. No total, a geração própria de energia solar possui mais de 28 GW de capacidade operacional em residências, comércios, indústrias, propriedades rurais e prédios públicos no Brasil, que abastecem mais de 3,5 milhões de unidades consumidoras.

A energia solar é democrática e está acessível para todos os perfis de consumidores. Para se ter uma ideia, segundo estimativas de analistas de mercado, apenas em 2023, os painéis solares registraram queda de cerca de 50% no preço médio final, ampliando a atratividade e o acesso aos brasileiros. o investimento em sistemas solares se paga em quatro a cinco anos, em média, e que há cerca de cem linhas de financiamento disponíveis para ajudar a democratizar o acesso.

Billo

O homem em precariedade e desacomodado

MARCOS ANTONIO DANTAS DE OLIVEIRA
Mestre em Desenvolvimento Sustentável e professor da Uneal

– Ora citadino ou rurícola sobrevivem sob a força legítima e ou ilegítima, de coerção e compulsão.

A saber: 1) diz o IBPT, 79,02% da população que ganha até 03 salários mínimos (4.236 reais) são responsáveis por 53,79% dos impostos arrecadados pelo governo. Quer dizer, para cada 1 trilhão arrecadado, 53,79% vem das pessoas que ganham até 03 salários mínimos; e dentre essas, estão os agricultores familiares, em maioria; 2) o Censo agropecuário de 2017, informa que existem 3,9 milhões de estabelecimentos familiares; 3) Uma Jornada pelos Contrastes do Brasil, informa que "0,6% dos estabelecimentos foram responsáveis por cerca de 53% da produção, enquanto que, no outro extremo, 69% Ados estabelecimentos, os quais três quartos eram produtores familiares e, em grande parte, estão no Nordeste, respondiam por 4% da produção"; 4) via de regra, os agricultores e famílias usam muito pouco a interação computador-internet-dispositivos móveis de banda larga, ora pelo elevado preço ofertado pelas operadoras, pela baixa qualidade da conectividade e sem acesso em muitos lugares; 5) o financiamento é para poucos, com baixo valor do custo de produção; 6) o serviço de pesquisa agrícola distante do agricultor; 7) o ineficaz serviço de extensão rural, estatal e privado, singularmente nos estados nordestinos e nortistas; 7) e, em insegurança pública e jurídica.

Anote – "Quando as pessoas ficam mais ricas, e assim se tornam mais bem alimentadas, mais sadias e têm mais conforto, passam a valorizar mais sua própria vida e a dos outros" (Pinker citando Paine).

É possível essa valorização da vida, pois, é "Graças à multiplicação, à diferenciação, à comunicação e à interação ao longo de distâncias cada vez maiores, e à transmissão ao longo do tempo, a humanidade tornou-se uma entidade distinta que preserva certas caraterísticas estruturais que podem produzir efeitos benéficos para crescimentos numéricos adicionais", bem disse Hayek.

Aliás, essa nova era das máquinas potencializa o pensar, o diálogo e o agir dos indivíduos em suas atuações nas organizações para enfrentar às incertezas e o intervencionismo de qualquer natureza, principalmente o do Estado rumo ao desenvolvimento sustentável; de maneira que a economia política possa "prover uma receita farta [...] para as pessoas, ou, mais propriamente, capacitá-las [...]; segundo, suprir o estado [...] com receitas suficientes para seus serviços públicos", afirmava Adam Smith.

É a ação humana, então, consciente e inconsciente, é o fazer ou não fazer contínuo do indivíduo (do agricultor familiar, do empreendedor, do empregado, do consumidor) para transformar ideias em estados satisfações e, assim remover conflitos de visões e de interesses, seu desconforto material e espiritual. O indivíduo age para garantir os meios, e assim, realizar as metas e os fins desejados, e, se satisfaz com os resultados obtidos, sempre alicerçados no seu julgamento de valor – que é pessoal e subjetivo – deve ser a fonte de suas escolhas em qualquer sociedade sob o Estado de Direito.

"Se perguntarmos o que os homens devem, antes de tudo, às práticas morais dos chamados capitalistas, a resposta é; suas próprias vidas". Tampouco, "a maioria dos indivíduos que hoje constituem o proletariado não teria condições de existir se outros não lhe proporcionassem meios de subsistência", argumenta e alerta Mises.

Pois é o homem que baseado em seus julgamentos de valor, o solucionador quanto a seu estado de desconforto de qualquer natureza sob a ótica dos conflitos de interesses e de visões de mundo, ora restrita para muitos, ora irrestrita para outros tantos numa ordem e realidade ampliadas e espontâneas.

É indiscutível, falta-nos líderes que organizem a lei e o governo. E argumenta Bernardes, líder é aquele que usa a autoridade, que é o "controle ou influência sobre o comportamento de outros para a promoção de metas coletivas, com base em alguma forma verificável de consentimento destes outros em razão de estarem informados dessa situação".

– E para romper seu desconforto de qualquer natureza, o indivíduo necessita pensar, dialogar e agir, para que de maneira resoluta, possa afiançar uma lei que proteja o direito individual em legítima defesa, ao abrir mão voluntariamente de suas preferências temporais para prosperar e ser feliz.

O livro sobre Sadi Cabral

JORGE LUIZ SOARES MELO
Médico e membro efetivo da Academia Alagoana de Letras

Caro leitor, nesse final de semana, mais precisamente no sábado, eu e minha esposa Valéria, fomos convidados para o lançamento do livro intitulado: Sadi Cabral, "uma vida à arte de representar", do pesquisador, historiador e colecionador de memórias, Claudevan Melo, um alagoano, radicado em São Paulo, que contagiado pelo vírus do colecionismo, tornou-se um brilhante pesquisador sobre música, teatro e cinema. Vi por lá, o teatrólogo, Homero Cavalcante, a escritora Vera Romariz, o escritor Arnaldo Paiva, o Cônsul de Portugal, Edgard Barbosa, o historiador Geraldo Magela, a musicista Selma Britto, o musicista Mário Maroca e o comunicador Enio Lins, entre outros.

Segundo, Claudevan Melo, foram cinco anos de puro prazer em consultar diversos livros, diversas revistas, e diversos filmes, ouvindo músicas e realizando várias visitas a institutos para alcançar o objetivo do livro, a produção artística de Sadi Cabral.

O autor durante toda a sua vida como pesquisador, vem deixando para seus milhares de leitores, um mundo de realizações que podemos considerar de valor inestimável para quem ler seus escritos envolvendo-se nesse manancial de conhecimentos e bons princípios.

A simplicidade e o amor, demonstrada pelo autor em seus escritos, devem ser de sobremaneira, uma indicação propícia a esses gestos de grande valor para a humanidade, pesquisar e passar a conhecer a vida e a obra de um alagoano, que durante 65 anos de uma vasta produção artística desde jovem até atingir 80 anos de existência, onde com muita sapiência enveredou por todas as áreas do conhecimento humano.

Claudevan Melo, trouxe à memória a vida artística de um ator que se dedicou de corpo e alma à arte, onde viveu seus melhores dias, como ator cênico e de revista, radioator, no cinema, na telenovela, onde atuou, como diretor, produtor de teatro, compositor letrista, tradutor e poliglota.

Caros leitores, revela ainda que, Sadi Cabral, atuou em algumas novelas, que as considera, como principais, dentre muitas, como: Os miseráveis; Sangue do meu Sangue; Minha Doce Namorada; O Primeiro Amor; Jerônimo, o Herói do Sertão; divina e maravilhosa; o Velho, o Menino e o Burro; Os Apóstolos de Judas; Duas Vidas; Roda de Fogo; e Maçã de Amor.

Nos conta, o autor, que, Sadi Sousa Leite Cabral, nasceu em Maceió-AL, em 10 de setembro de 1906 e faleceu em São Paulo-SP, em 23 de novembro de 1986, ainda criança seguiu com a família para o Rio de Janeiro, e aos cinco anos um tio o levou para o teatro e a mosca azul da arte o picou para sempre, deixando-se seduzir pelo palco, até projetar-se nacionalmente, sendo considerado, um dos atores consagrados desse país. No teatro e na televisão alcançou expressivo sucesso, sendo um dos pioneiros nas chamadas novelas radiofônicas seriadas, produzidas nas antigas emissoras Tupi e Excelsior.

Segundo sua rica pesquisa, Claudevan Melo, revela que, Sadi Cabral era um exímio professor de teatro, estudou grego para encenar os tragediógrafos da antiguidade clássica.

Caros leitores, diante de um livro que me deliciei por ser rico em memórias, recomendo que o adquiram, pois, enriquecerão seus conhecimentos.

Foi, por certo, um sábado, que ficará vivo na memória daqueles que tiveram o privilégio de conhecer a vida e a obra de um grande ator, escrita por um competente pesquisador e ouvir belas músicas clássicas, tocadas ao piano, por dois consagrados pianistas, Mário Maroca e Selma Teixeira Britto, que encantaram os presentes ao evento.

Fascismo e lavajatismo

MOISÉS MENDES
Jornalista e escritor

O ministro Luís Roberto Barroso definiu como apenas uma ideia infeliz a tentativa de Deltan Dallagnol de se apropriar de R$ 2,5 bilhões da Petrobras. A juíza Gabriela Hardt teria somente avalizado a infelicidade alheia.

Pois o mundo recua, tropeça e avança por causa de ideias infelizes, sempre dependendo do ponto de vista de quem examina as ideias dos outros, sendo ou não um juiz.

Na noite de 3 de novembro de 2022, uma quinta-feira, um grupo teve a ideia infeliz de cercar o restaurante em que o ministro Barroso e a família jantavam com amigos em Porto Belo, um dos paraísos do litoral catarinense.

A ideia parecia ser apenas essa. Vaiar o ministro, o que é do jogo para toda figura pública, e esculhambar seu fim de semana. Mas o grupo foi ganhando o reforço de extremistas e Barroso teve de deixar o local. Refugiou-se numa casa. Mas a casa também foi cercada.

A ideia infeliz de gritar e vaiar evoluiu para ameaças. O ministro e a família abandonaram a casa às 4h da madrugada, porque outra ideia infeliz poderia prosperar.

Na Amazônia, mais ou menos na mesma época, grupos que haviam decidido explorar o garimpo na terra dos ianomâmis foram ganhando o reforço de traficantes e bandidos de toda espécie.

Uma ideia infeliz, a de garimpar ouro ilegalmente, evoluiu para outras ideias, e os bandidos passaram a cercar e matar inimigos, indigenistas, os indígenas e quem chegasse perto. A tiros e de fome.

Os ianomâmis não têm como escapar do cerco, mas o ministro Barroso fugiu para Brasília, onde conta, não se sabe em que dimensão e até quando, com a proteção institucional de autoridade da mais alta Corte do país.

Barroso sabe que o Brasil enfrenta os sobressaltos de ideias infelizes recentes, desde o golpe contra Dilma, passando pelo encarceramento de Lula, até o que aconteceu no 8 de janeiro.

Desde a ideia infeliz do golpe de 2016, levada adiante como ideia da grande imprensa em conluio com o Brasil arcaico e a leniência das instituições, direita e extrema direita evoluíram para a certeza de que era preciso consumar a ideia do encarceramento de Lula.

E chegaram assim à ideia infeliz de ajudar a eleger Bolsonaro e de apoiar outra ideia infeliz, a de transformar Sergio Moro em empregado de Bolsonaro, enquanto todo o governo teve a ideia de negar vacina aos brasileiros.

No ano passado, se o Supremo tivesse concordado com a tese de que a invasão de Brasília havia sido apenas uma ideia infeliz, todos os mais de mil presos do 8 de janeiro seriam tratados, como diz Bolsonaro, como uns coitados.

Porque não havia ali um líder entre eles. Eram pessoas comuns tomadas pelo transe de uma ideia coletiva infeliz. Os autores da ideia nunca assumiram que a ideia era deles, e os presos e condenados são apenas os que levaram a sério as ideias infelizes dos outros.

Alguém em algum lugar, nesse momento, está furtando um pacote de massa em algum supermercado. E em algum gabinete um juiz estará decidindo que o furto de um pacote de massa não pode ser tratado apenas como ideia infeliz, mas como furto mesmo.

O temor de pelo menos metade do Brasil é de que essa percepção do que é furto, no caso do pacote de massa, e do que possa ser uma ideia infeliz, no caso da apropriação de R$ 2,5 bilhões da Petrobras, se institucionalize ainda mais e vire acórdão e jurisprudência e inspiração de conduta, não para magistrados, mas para as almas coletivas.

Porque o que o lavajatismo e o fascismo esperam é que suas atitudes sejam percebidas assim mesmo, apenas como ideias infelizes à espera da fala e da decisão de um grande juiz capaz de legitimá-las.

O cerco que o ministro sofreu em Santa Catarina, sem notícia até agora de que tenha culpados, não foi, nem na origem, quando o primeiro grupo chegou ao restaurante, apenas uma ideia infeliz.

A turba extremista, no Estado mais extremista do país, estava cercando o Supremo, depois da eleição consumada. Para avisar que o fascismo cotidiano continuava ativo e que a ideia do golpe estava mantida.

Como ainda continua vivo, por ser mais do que ideia infeliz, o fascismo que se rearticula sob a proteção do poder econômico, o mesmo fascismo patrocinado que cercou o ministro do Supremo e o expulsou da cidade às 4h da madrugada.

O poder econômico, que continua organizando e mobilizando tios e tias, fora e dentro das redes sociais e do zap, está intocado, ministro Barroso. É o único núcleo do golpismo e do lavajatismo ainda intacto. O único que o Supremo não consegue alcançar.

Essa é a impunidade do poder do dinheiro, dos que lidam ou pretendem lidar com bilhões, em nome de uma grande causa ou apenas de uma ideia infeliz.

O dinheiro atenua os desvios éticos e morais dos que sabem manuseá-lo. O dinheiro torna os seus atos, por mais absurdos que pareçam, apenas ideias infelizes e às vezes até infelizmente razoáveis.

O Supremo continua cercado pelo poder do dinheiro, ministro Barroso, e o Brasil todo, e não só o STF, precisa de ideias melhores do que fugir sem olhar para trás no meio da madrugada.

Parque Shopping terá primeira expansão

Inauguração da ampliação está prevista para 2025 e empreendimento terá passarelas ligadas a hospital e prédios vizinhos

O Parque Shopping Maceió investirá 55,4 milhões em sua primeira expansão. Com a construção, também serão abertas 45 novas lojas, em um espaço de 5.500 m² de Área Bruta Locável (ABL). A inauguração da ampliação está prevista para 2025 e contará com uma passarela iluminada e coberta, que vai ligar o piso L3 do empreendimento a prédios residenciais, comerciais e a um hospital no bairro de Cruz das Almas.

O anúncio oficial da obra foi realizado ontem e contou com a presença de investidores, lojistas, do prefeito de Maceió, JHC, do presidente da Câmara de Maceió, Galba Netto, de representantes do mall, da Allos e da Multiplan – empresa imobiliária full-service, responsável pelo planejamento da expansão, pela gestão do Parque Shopping e de mais de 19 shopping centers pelo país.

De acordo com Isabella Alencar, superintendente do Parque Shopping, essa expansão marca o desenvolvimento e a solidez do empreendimento, lançado em 2013. "O shopping acaba de completar 10 anos e, agora, já lança uma expansão. Essa é a prova de que estamos no caminho certo e rendendo bons negócios. Por isso, acreditamos que a ampliação vai impulsionar ainda mais o crescimento urbano e econômico da região que mais cresce em Maceió", destaca a superintendente.

O anúncio da expansão também coincide com os 50 anos da Multiplan, que atualmente trabalha em sete expansões de shopping centers pelo Brasil. Ao se tratar do Parque Shopping, somente no ano passado, as vendas anuais do empreendimento e sua receita de locação cresceram 12,7% e 8,7%, respectivamente, em comparação a 2022. Além disso, a taxa de ocupação no quarto trimestre de 2023 alcançou 98,5%, uma sinalização clara da demanda de lojistas por espaços de qualidade.

Roberto Somekh, diretor Comercial da Multiplan, reforça que a segurança trazida pelos bons resultados do mall indicaram o melhor momento para a realização da expansão e que este investimento irá contribuir com mais conforto e qualidade para os clientes e localidades próximas ao shopping. "É importante trazer esse conforto aos nossos clientes, as localidades circunvizinhas e também trazer oportunidades para os nossos varejistas", frisa Somekh.

SOBRE O PARQUE SHOPPING MACEIÓ

Inaugurado há 10 anos, o Parque Shopping Maceió está localizado no bairro Cruz da Almas, em um terreno com cerca de 100 mil m², e vista para o mar. Atualmente é um dos maiores vetores de crescimento econômico da cidade e conta com 200 lojas, 15 marcas internacionais, praça de alimentação, cinema, academia, centro médico, policlínicas e estacionamento para 2.000 vagas. O público do Parque Shopping é formado predominantemente pelas classes A e B e trouxe um novo padrão de consumo, serviços e entretenimento à capital alagoana.

REPRODUÇÃO

Quarenta e cinco novas lojas serão abertas em um espaço de 5.500 m² de Área Bruta Locável (ABL)

O shopping acaba de completar 10 anos e, agora, já lança uma expansão. Essa é a prova de que estamos no caminho certo e rendendo bons negócios"

ISABELLA ALENCAR
Superintendente

PF investiga médico de Jair Bolsonaro

A Polícia Federal (PF) apura a denúncia de que um médico do ex-presidente Bolsonaro era "funcionário-fantasma" Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex).

Ricardo Camarinha foi nomeado em abril de 2022, durante a gestão do general da reserva, Mauro Lourena Cid, pai do tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro.

Segundo depoimentos colhidos pela PF, o médico não aparecia para trabalhar. Ele nem sequer morava na mesma cidade.

O escritório da Apex fica em Miami. Camarinha morava em Orlando. A distância entre Orlando e Miami é de aproximadamente 380 quilômetros. O tempo de viagem: quatro horas. Os funcionários ainda relataram à PF que o general — com salário de cerca de R$ 36 mil — afirmava que a contratação dele era uma ordem direta de Bolsonaro.

O médico foi exonerado no início de 2023, antes do início da gestão do atual presidente da agência, Jorge Viana.

Agora, com os depoimentos em mãos, a PF pode a abrir um novo inquérito e tornar o ex-médico da Presidência da República investigado.

JONAS PEREIRA / AGÊNCIA SENADO

Proposta passou com facilidade na sessão de ontem no Senado

IMPOSTO DE RENDA

Senado federal aprova isenção para dois salários mínimos

O plenário do Senado Federal aprovou, ontem, o projeto de lei (PL) que amplia a faixa de isenção do Imposto de Renda. Agora, o texto segue para sanção presidencial.

O PL teve relatoria do senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), líder do governo no Congresso. Ele não fez alterações no texto aprovado pela Câmara dos Deputados em março deste ano, tampouco acatou emendas apresentadas por outros senadores.

De acordo com o texto, enviado ao Congresso pelo governo federal, ficam isentos do pagamento do Imposto de Renda trabalhadores que ganham até dois salários mínimos, ou seja, R$ 2.824.

O projeto zera a alíquota do imposto para trabalhadores que recebem até R$ 2.259. O valor de R$ 2.824 é alcançado com a soma do desconto automático simplificado de R$ 564.

CRÍTICAS EM PLENÁRIO

Durante a análise em plenário, a proposta foi criticada por parlamentares da oposição. Eles argumentam que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) prometeu, durante a campanha eleitoral de 2022, que a isenção valeria para quem ganha até R$ 5 mil. A promessa de Lula, no entanto, é que a mudança será realizada até o fim do mandato.

Carlos Viana (Podemos -MG) tem criticado enfaticamente o texto desde que a pauta tramitava na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). No plenário, ele pediu que o PL fosse sugerido e que a isenção fosse ampliada para até três salários mínimos. Ele apresentou um destaque para alterar o texto, que foi rejeitado.

8ª Vara Federal viabiliza remédio a criança com Atrofia Muscular Espinhal

A juíza federal da 8ª Vara Federal de Alagoas, Camila Monteiro Pullin, concedeu tutela de urgência para que a União e o Estado de Alagoas forneçam o medicamento Zolgensma a um paciente infantil com apenas seis meses de idade. A decisão é resultado de uma ação movida pela Defensoria Pública da União (DPU), em função da urgência no tratamento da Atrofia Muscular Espinhal (AME) tipo I, uma condição rara e degenerativa. O medicamento em questão é considerado o mais caro do mundo, com um valor aproximado de R$ 7 milhões.

A decisão inicialmente não foi cumprida e foi necessário haver o bloqueio integral do valor nas contas do Estado de Alagoas e a designação de audiência de justificação. Na ocasião, foi ouvida a médica assistente técnica do autor, que explicou a patologia e suas consequências para o estado de saúde do menor, além de apresentar informações e esclarecer dúvidas sobre o tratamento.

Ao término da audiência, as partes chegaram a um acordo, com a União se comprometendo a fornecer o remédio por meio do redirecionamento de uma medicação já adquirida em processo da Seção Judiciária do Distrito Federal, que não seria mais necessária. O Estado de Alagoas também se comprometeu a custear o tratamento fora do domicílio (TFD), arcando com despesas como transporte, internação e acompanhante, entre outras despesas hospitalares.

O processo de infusão do medicamento já foi executado e o autor passa bem. Agora o processo seguirá concluso para sentença. Embora o Zolgensma tenha sido incorporado ao Sistema Único de Saúde (SUS) desde dezembro de 2022, a medicação não está disponível na rede pública, conforme alegado pela Defensoria.

AME

A Atrofia Muscular Espinhal (AME) é uma doença rara e degenerativa, transmitida geneticamente dos pais para os filhos, que afeta a capacidade do corpo de produzir uma proteína crucial para a sobrevivência dos neurônios motores, responsáveis por funções vitais como respiração, deglutição e movimento voluntário. A doença pode ser classificada de tipo 0 (antes do nascimento) a tipo 4 (segunda ou terceira década de vida), e os sintomas variam conforme o grau de comprometimento muscular e a idade do paciente.

Os pacientes com AME enfrentam uma progressiva perda de controle e força muscular, além de dificuldades respiratórias, o que pode levar a complicações graves e, eventualmente, à morte.

ASSESSORIA

Paciente infantil com apenas seis meses precisa do Zolgensma

CASO MORO

Waldemar ignora pedido de ex-presidente

O ex-presidente Jair Bolsonaro reagiu duramente, nas últimas horas, à decisão do presidente do PL, Valdemar Costa Neto, de prosseguir com a ação que pode cassar o mandato de Sergio Moro (União-PR) no Senado.

Em conversa com aliados na sede do PL, em Brasília, nessa terça-feira (16/4), Bolsonaro disparou duras críticas a Valdemar e avaliou que a justificativa dada pelo cacique para prosseguir com a ação não se sustenta.

Ao jornal O Globo o presidente do PL alegou que teria de continuar com a ação contra o ex-juiz da Lava Jato porque, caso desistisse, teria de pagar multa de mais de R$ 1 milhão aos advogados contratados pelo partido para atuar no caso.

Na semana passada, o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Paraná absolveu Moro em ação por meio da qual o PL e o PT pediram a cassação do mandato do ex-juiz no Senado por suposto abuso de poder econômico nas eleições de 2022.

Assim como o PT, o PL, por decisão de Valdemar, anunciou que deverá recorrer ao TSE. Bolsonaro, porém, chegou a pedir ao presidente de seu partido que desistisse da ação. Ou seja, que não recorresse. Valdemar, porém, ignorou o apelo.

Na avaliação de auxiliares de Bolsonaro, o presidente nacional do PL tem se aproveitado da proibição de manter contato direto com o ex-presidente da República para ignorar os apelos para não recorrer ao TSE no caso do ex-juiz.

Direito da mulher de prevenir gravidez

STF analisa lei que limita laqueadura em mulheres com, no mínimo, dois filhos, e critérios também se aplicam à vasectomia para homens

O Supremo Tribunal Federal (STF) ouviu, ontem, as sustentações orais das partes envolvidas no julgamento sobre a constitucionalidade da lei que estabeleceu critérios para realização de cirurgias de esterilização voluntária de homens e mulheres, métodos conhecidos como vasectomia e laqueadura. Os ministros ouviram representantes de diversas entidades que atuam na defesa dos direitos das mulheres e da defensoria pública antes de proferirem seus votos. A data do julgamento do processo ainda não foi definida.

A Corte vai julgar trechos da Lei nº 9.263/1996, conhecida como Lei do Planejamento Familiar, a partir de uma ação protocolada pelo PSB, em 2018. Na prática, as restrições atingem principalmente as mulheres.

O texto original previa que homens e mulheres só poderiam realizar laqueadura e vasectomia se tivessem idade mínima de 25 anos, pelo menos dois filhos vivos, e após o cumprimento de intervalo mínimo de 60 dias.

No período, de acordo com a lei, homens e mulheres devem ter acesso a serviço de aconselhamento para "desencorajar a esterilização precoce". Além disso, a norma definiu que a esterilização dependia da autorização expressa do cônjuge.

ALTERAÇÕES NA LEI

Em 2022, a Lei nº 14.443 promoveu alterações na norma original sobre o tema. A autorização para realização da laqueadura foi retirada, e a idade mínima passou para 21 anos. Contudo, a restrição do método continuou condicionada ao número mínimo de dois filhos.

Durante as sustentações, a advogada Ana Letícia Rodrigues, representante do PSB, afirmou que as limitações são contra os direitos reprodutivos e representam interferência indevida do Estado no planejamento familiar dos brasileiros.

"Trata-se de uma intolerável intervenção estatal, que condiciona a prática de um direito a um uso específico do corpo e sexualidade, qual seja, a concepção de filhos, reforçando uma cultura de maternidade compulsória, dificultado acesso a método contraceptivo eficaz", afirmou.

Para a defensora pública Tatiana Mello Aragão, representante da Defensoria Pública da União (DPU), somente a idade mínima de 18 anos pode ser imposta para impedir a esterilização voluntária.

"Embora a disposição legislativa seja dirigida a ambos sexos, a mulher experimenta de forma muito mais intensa essa situação. Historicamente, a ela compete o dever de evitar a concepção, tanto que a laqueadura é amplamente mais utilizada no Brasil que a vasectomia", completou. O novo modelo que ouve as partes em plenário antes do julgamento foi implantado no ano passado pelo presidente do STF, Luís Roberto Barroso. O método é utilizado pela Suprema Corte dos Estados Unidos.

REPRODUÇÃO

Corte vai julgar trechos da Lei nº 9.263/1996, conhecida como Lei do Planejamento Familiar

Deputada propõe sessão só com homens no Dia da Família

A deputada estadual Mical Damasceno (PSD-MA) propôs uma sessão solene na Assembleia Legislativa do Maranhão apenas com homens no Dia da Família para mostrar "quem é o cabeça da família" e que "a mulher deve entender que ela deve submissão ao marido".

"Vamos encher este plenário no dia 15 de maio de macho. A mulher tem que entender que ela deve submissão ao marido. Doa a quem doer", declarou a deputada. "As feministas defendem que tenha-se direito de igualdade e querem estar sempre em uma guerra contra o homem", acrescentou.

Em seguida, apontou para outra pessoa e afirmou: "A senhora como católica praticante sabe quem é o cabeça da família: o homem, assim como Cristo é a cabeça da igreja. Vai ser lindo pela glória do Senhor Jesus".

QUEM É MICAL DAMASCENO

Defensora "da família e dos valores cristãos", a parlamentar bolsonarista foi eleita com 52.123 votos para o seu segundo mandato em 2022. Ela ficou entre os 10 deputados mais votados.

Em setembro do ano passado, a parlamentar esteve envolvida em um caso de intolerância religiosa. Durante uma sessão extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) para debater casos de racismo religioso, a deputada causou uma confusão com líderes de religiões de matriz africana.

Dias após a denúncia contra o grupo religioso acusado de atacar o terreiro de mina "Ilê Axé Oxum Ôpara", Damasceno postou uma foto e um vídeo defendendo os acusados.

POLÊMICA

Na sessão plenária d de 19 de fevereiro passado, a deputada Mical Damasceno (PSD) anunciou a alteração da lei 11.462/2021, de sua autoria, que assegura aos alunos e professores da rede pública e privada de ensino do Maranhão a não obrigatoriedade de participarem de festas religiosas nas escolas. Com a alteração, a norma que contemplava anteriormente apenas os alunos abrange agora também os educadores.

"A sanção desta lei traz liberdade para alunos e professores escolherem participar ou não das festividades nas escolas, a exemplos das festas juninas. A não participação não poderá acarretar prejuízos às notas dos estudantes, nem punições aos professores", ressaltou a parlamentar.

REPRODUÇÃO

"Vamos encher este plenário no dia 15 de maio de macho", disse a deputada estadual Mical Damasceno

Residencial sofre impactos de obras viárias no Antares

MPs e moradores de loteamento buscam alternativa para amenizar consequências da construção de via na parte alta

Os Ministérios Públicos Federal (MPF) e do Estado de Alagoas (MP/AL) realizaram ontem uma inspeção no Loteamento Terra de Antares II, em Maceió, para avaliar os possíveis impactos à comunidade devido às obras de mobilidade urbana na região, especificamente quanto à nova via de ligação entre as avenidas Durval de Góes Monteiro e Menino Marcelo.

A vistoria realizada por procuradoras e promotor de Justiça foi acompanhada de moradores e técnicos da Prefeitura de Maceió, da Braskem e da TPF Engenharia.

O projeto viário, que prevê a desapropriação de algumas residências para a ampliação da via, tem gerado questionamentos por parte dos moradores, que alegam não terem sido consultados previamente e defendem alternativas com menor impacto.

Durante a inspeção, representantes da Prefeitura de Maceió afirmaram que não há preferência por nenhuma das soluções e que as avaliações técnicas foram feitas, concluindo que o impacto da obra para a cidade é positivo. A Prefeitura também ressaltou que a nova via será interligada à Rota do Mar no futuro, beneficiando ainda mais a mobilidade na capital e desafogando a avenida Durval de Góes Monteiro.

R$ 360 MILHÕES
Obras de mobilidade urbana em Maceió estão previstas no acordo socioambiental firmado em 2020 entre o MPF, MP/AL e a Braskem

QUESTIONAMENTOS
Projeto viário, que prevê a desapropriação de algumas residências para a ampliação da via, tem gerado questionamentos de moradores de residencial

ASCOM MPF/AL

Represente dos MPs, Braskem, município e moradores visitaram local onde obras são realizadas

Os representantes do MPF e MP/AL destacaram que a atuação das instituições se baseia em critérios técnicos e que a realocação de moradores traz outros problemas diretos e indiretos, sendo uma solução extrema que deve ser evitada sempre que possível.

Representantes da comunidade também se manifestaram e se mostraram favoráveis à expansão das vias, reconhecendo os benefícios que trará para o trânsito da capital, mas solicitaram que fosse buscado o menor impacto possível.

A visita ao loteamento se deu em decorrência de reunião com representantes de moradores, em 8 de abril, quando foram apresentadas as reivindicações dos residentes que podem ser atingidos pela construção da via de ligação com o traçado projetado.

Como encaminhamento da reunião, os Ministérios Públicos enviaram um ofício à Prefeitura de Maceió requerendo manifestação formal sobre a sugestão dos moradores e a documentação relativa ao projeto. No expediente, MPF e MP/AL também recomendaram, cautelarmente, a suspensão do início das obras no Antares até o recebimento das informações solicitadas. O prazo para resposta ainda está em curso.

As obras de mobilidade urbana em Maceió estão previstas no acordo socioambiental firmado em 2020 entre o MPF, MP/AL e a Braskem, que garantiu a destinação de R$ 360 milhões (Cláusula 63) para tal fim. As intervenções na mobilidade urbana da capital foram iniciadas em 2022, a partir da adesão parcial do município ao acordo.

MARCAPASSO

Hospital do Coração Alagoano realizou mais de 300 cirurgias

Para 325 alagoanos que possuíam algum tipo de arritmia cardíaca grave que causava uma mudança dos batimentos, o implante de um marcapasso ou Cardio-Desfibrilador Implantável (CDI) representou uma mudança de vida. O número contabiliza o quantitativo de procedimentos cirúrgicos de implante de marcapassos e CDIs realizados desde a inauguração do Hospital do Coração Alagoano, vinculado à Secretaria de Estado da Saúde (Sesau) e situado em Maceió.

"A falta de referência na assistência aos pacientes do SUS [Sistema Único de Saúde] que necessitavam do procedimento gerava uma fila de espera que hoje não existe.

O Hospital do Coração Alagoano é a unidade pública que é referência para este procedimento e muitos outros da área cardíaca", ressalta Otoni Veríssimo, diretor-geral da unidade hospitalar.

De acordo com o gestor, as doenças cardiovasculares correspondem ao grupo de patologias que mais matam no mundo. "Por isso, o Governo de Alagoas, preocupado com esse cenário, entregou à sociedade o Hospital do Coração Alagoano, uma unidade especializada nos tratamentos das doenças do coração, entre elas as arritmias. Nosso hospital possui uma infraestrutura e parque tecnológico para o tratamento específico dessas doenças e, em Alagoas, não existe mais fila para implante de marcapasso, uma vez que o alagoano que precisar do procedimento terá seu tratamento garantido aqui no hospital", garantiu o gestor.

ASCOM SESAU

Aposenetado Antônio Celestino, de 80 anos, fez implante de marcapasso no Hospital do Coração Alagoano

O aposentado Antônio Celestino da Silva, de 80 anos, sabe bem disto. Ele fez um procedimento de implante de marcapasso no Hospital do Coração Alagoano. "Eu sempre fui um homem muito ativo, gostava de jogar bola, de repente me sentia fraco, tonto. A sensação era de que meu coração estava parando. Agora estou bem, já consigo andar sozinho, estou me recuperando. Agradeço muito aos profissionais daqui pelo tratamento que tive. Se estou bem, é devido ao cuidado de cada um que faz essa instituição de saúde", disse.

POR MELHORIAS

Trabalhadores da Ufal e do Ifal decidem manter greve

Trabalhadores do Instituto Federal de Alagoas (Ifal) reúnem-se com o governo federal amanhã para discutir as reivindicações da categoria. Na tarde de ontem, eles fizeram uma caminhada da sede do Sindicato dos Servidores/as do Ifal (Sintietfal) até o escritório estadual do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), localizado na Praça Dom Pedro II, Centro de Maceió.

A classe cobra aumento salarial, equiparação de benefícios, reestruturação do Plano de Carreira, recomposição orçamentária, além da revogação de normas aprovadas nos governos Temer e Bolsonaro. A mobilização segue movimento nacional. Em todo o Brasil, pelo menos 480 unidades estão paralisadas em 24 estados.

Segundo o presidente do Sintietfal, Yuri Buarque, após oito meses de negociação, o governo ofereceu zero por cento de reajuste salarial.

Paralelamente à greve dos trabalhadores do Ifal, o corpo técnico da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) também segue, por tempo indeterminado, com a greve, apesar de a categoria ter sinalizado positivamente a algumas propostas apresentadas pelo governo federal. A paralisação teve início no último dia 15. Os professores ainda não definiram se irão aderir ou não ao movimento.

O Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) apresentou aos representantes da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (Fasubra) o reajuste do auxílio alimentação de R$ 658,00 para R$ 1.000,00; mais reajuste de 51% no montante destinado ao valor do per capita da Saúde Suplementar, considerando a faixa de idade e de renda do servidor; e reajuste no valor da Assistência Pré-escolar, de R$ 321,00 para R$ 484,90.

EDILSON OMENA

Trabalhadores do Ifal realizaram protesto em frente ao Ministério da Gestão, no Centro de Maceió

Em assembleia realizada ontem, os técnicos administrativos da Ufal aprovaram, em sua ampla maioria o texto proposto pelo governo federal, mantendo a continuidade da paralisação. A assembleia foi realizada no hall da Reitoria da Ufal, Campus A. C. Simões.

Atualmente, já se encontram, em Brasília, cinco representantes da base da Ufal, participando das atividades do Comando Nacional de Greve.

CIDADES EM FOCO

ROBERTO BAIA
robertobaiabarros.hotmail.com

Desistiu das eleições

Na noite da última segunda-feira, 15, o ex-prefeito da cidade Paulo Jacinto, **Marcos Lisboa**, usou as redes sociais para surpreender a todos ao anunciar a retirada de sua pré-candidatura às próximas eleições municipais. Lisboa declarou que a decisão foi motivada por questões estritamente pessoais, após reflexões e consultas familiares.

DECISÃO DIFÍCIL

De acordo com o ex-gestor, foi uma decisão muito difícil, mas necessária. "Depois de várias reuniões com minha família, resolvo não participar das eleições deste ano como candidato. Interrompo minha trajetória política de quase 30 anos por problemas estritamente pessoais. Decisão difícil, mas necessária nesse momento", escreveu.

OPOSIÇÃO FORTALECIDA

Vale ressaltar que a desistência de Marcos Lisboa implica em mudanças significativas no tabuleiro político de Paulo Jacinto, fortalecendo a posição do atual prefeito, Francisco Fontan, conhecido como Chicão. Com a saída de um dos principais concorrentes, Fontan se vê em uma posição ainda mais consolidada nas eleições de outubro próximo.

OPERAÇÃO CALLIDUS

A Força Integrada de Combate ao Crime Organizado em Sergipe (FICCO/SE) deflagrou a Operação Callidus, na manhã de ontem, que visa o combate ao crime a ação de grupos criminosos no tráfico de drogas e lavagem de dinheiro. Foram cumpridos dois mandados de prisão temporária e cinco mandados de busca e apreensão nos municípios em Lagarto/SE, Japaratuba/SE, Estância/SE e Arapiraca/AL, expedidos pelo Justiça de Lagarto.

LAVAGEM DE DINHEIRO

As investigações apontaram para a atuação de um grupo criminoso responsável pela distribuição de drogas em Lagarto/SE e outras cidades do Estado de Sergipe, como também a prática do crime de lavagem dos valores obtidos com o tráfico. Até o momento, uma arma de fogo e 19 munições foram apreendidas durante a ação. Os investigados e presos nesta ação poderão responder pelos crimes de tráfico de drogas, associação para o tráfico e lavagem de dinheiro cujas penas somadas podem chegar a até 35 anos de prisão.

PARTICIPARAM DA AÇÃO

Além da FICCO/SE, composta pela Polícia Federal, Polícia Civil, Polícia Militar, Polícia Penal, Polícia Rodoviária Federal e Secretaria Nacional de Políticas Penais, participaram da ação de equipes do Grupo de Pronta Intervenção da Polícia Federal, do Grupo de Operações com Cães da Polícia Rodoviária Federal e do Grupo de Operações Penitenciárias Especiais da Polícia Penal, do Departamento de Narcóticos da Polícia Civil e do Batalhão de Polícia de Ações Táticas do Interior da Polícia Militar do Estado de Sergipe.

ATIVIDADES PRODUTIVAS

As obras do Centro Novo, da revitalização do centro comercial de Arapiraca, de novos investimentos e parcerias para requalificar e fomentar as atividades produtivas foram os temas centrais de reunião ocorrida na de terça-feira, 16, na Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL/Arapiraca), do prefeito Luciano Barbosa com o presidente da entidade, empresário Antônio Bento e demais diretores da instituição. Os secretários de Infraestrutura, engenheiro Roany Izidoro, e de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Rosa Lira, também participaram do encontro.

INSTALAÇÕES DO PRÉDIO

Na ocasião, o presidente da CDL/Arapiraca, Antônio Bento, apresentou ao prefeito Luciano Barbosa e secretários municipais as novas instalações do prédio, que passou recentemente por obras de reforma, ampliação e modernização. Ainda no encontro, Antônio Bento anunciou o lançamento da campanha promocional "Centenário Premiado" que ocorrerá no período de 26 de julho a 30 de dezembro, com o propósito de celebrar os 100 anos de Arapiraca com o sorteio e distribuição de prêmios para os clientes de lojas do centro comercial da cidade.

PARCERIA IMPORTANTE

Por sua vez, o prefeito Luciano Barbosa reforçou a parceria com os empresários e comerciantes locais. "É muito importante debatermos ações conjuntas que possam gerar novos investimentos na área central da cidade, ampliar a segurança e atrair novos clientes e visitantes, gerando mais empregos e renda no comércio da nossa cidade", destacou.

FOI PRESO

Agentes do Núcleo de Investigação Especial (NIESP), da Delegacia Geral, comandados pelo delegado Sidney Tenório, prenderam na última terça-feira, 16, um idoso, de 74 anos de idade, acusado de estuprar uma menina, de sete anos, em Arapiraca. A prisão aconteceu em frente à residência do idoso, atualmente aposentado, no bairro Bom Sucesso, naquela cidade.

ESTRUPO DE VULNERÁVEL

O crime, segundo o chefe de operações do NIESP, Welber Cardoso, o caso foi denunciado à polícia em 1º de julho de 2016, após a criança relatar o que vinha acontecendo a uma tia, que comunicou os fatos à mãe. Ainda de acordo com a polícia, a menina contou que os estupros vinham ocorrendo há cerca de um ano, sempre que ela ia à residência do acusado, vizinha à sua casa, para brincar com o neto do aposentado.
O idoso relatou para polícia que aproveitava momentos em que não havia adultos em casa para acariciar as suas partes íntimas, não havendo penetração.

• • • • • • • • • • • • • • •

... O Núcleo de Educação Permanente (NEP) do Hospital de Emergência do Agreste, em Arapiraca, iniciou o Curso de Aperfeiçoamento em Unidade de Terapia Intensiva (UTI).

Justiça investiga pedidos de salário-maternidade

Juiz federal diz que metade da demanda na 10ª Vara de Arapiraca requer benefício para mulheres agricultoras

DIVULGAÇÃO

Ações judiciais são encaminhadas à Justiça Federal de Arapiraca por supostas falsas agricultoras

DAVI SALSA
SCUURSAL ARAPIRACA

A Justiça Federal em Alagoas, por meio da 10ª Vara de Arapiraca, a partir deste mês de abril, iniciou um levantamento acerca do elevado número de pedidos de salário-maternidade para mulheres agricultoras.

Os trabalhos comandados pelo juiz federal substituto Paulo Henrique da Silva Aguiar referem-se à implantação da política judiciária de combate à litigância predatória nas ações previdenciárias rurais.

Segundo apurou a Tribuna, três Varas Federais funcionam em Arapiraca. Somente na 10ª Vara Federal, metade dos processos é de solicitações e requerimentos de salário-maternidade para camponesas. Esse fato chamou a atenção do juiz federal substituto Paulo Henrique da Silva Aguiar.

De acordo com o magistrado, na subseção de Arapiraca, foi identificado um volume considerável de ações judiciais promovidas por pessoas que não são agricultoras, mas que tentam se passar como tais, com o objetivo de receber benefícios rurais, ou seja, falsos agricultores, denominados de fake farmers. A prática constitui litigância predatória, em manifesto abuso do direito de demandar.

Na definição do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), litigância predatória é a provocação do Poder Judiciário mediante o ajuizamento de demandas massificadas com elementos de abusividade e/ou fraude.

"Se uma pessoa não é realmente agricultora, não deve ingressar com ação judicial para tentar se passar por agricultora com o intuito de receber benefício rural", destacou o magistrado.

O quadro mais crítico refere-se às ações de salário-maternidade rural. Também estão sendo feitos levantamentos em relação a outros benefícios previdenciários rurais.

No direito norte-americano, as ações predatórias caracterizam a chamada sham litigation, o que revela o uso ilícito do sistema de justiça. A prática é vedada nos EUA e, recentemente, juízes e tribunais de todo o país têm envidado esforços para coibir a litigância predatória no Brasil.

Para o juiz federal Paulo Henrique da Silva Aguiar, a experiência do direito norte-americano vem em boa hora. Explicou que a sham litigation_ _é o abuso do direito de demandar em juízo. A prática é proibida no Brasil, de acordo com o Superior Tribunal de Justiça. A Min. Nancy Andrighi do STJ, no julgamento do REsp 1817845/MS, ao tratar da sham litigation, asseverou que, nesses casos, "o ardil, não raro, é camuflado e obscuro, de modo a embaralhar as vistas de quem precisa encontrá-lo [...] O abuso se configura não pelo que se revela, mas pelo que se esconde".

"Na identificação prática da litigância predatória (sham litigation), além dos testes PRE e US- POSCO da experiência norte-americana, foi idealizado por este julgador o teste do perfil rural mínimo", pontou o magistrado. Na prática, o teste do perfil rural mínimo consiste em verificar se a pessoa que afirma ser agricultora possui as características corporais mínimas do exercício de trabalho rural, sendo essencial para demonstração do legítimo interesse de agir. Esse teste ocorrerá antes da citação ou antes da audiência, conforme o caso, com base no art. 481 do CPC/2015.

O acesso à justiça é um direito fundamental, o que não significa dizer que seja um direito absoluto ou que possa ser exercido de forma abusiva com ações predatórias.

Ato contínuo, o magistrado informou que serão feitas reuniões com o MPF, OAB, sindicatos rurais, INSS e Procuradoria Federal para tratar da prevenção, combate e dissuasão à litigância predatória.

DIVULGAÇÃO

Para Ministério Público, fiscalização de criadouros de mosquitos precisa ser reforçada em Maceió

DENGUE

MP/AL quer informações sobre esquema de combate

O Ministério Público de Alagoas emitiu uma recomendação ao Município de Maceió elencando uma série de medidas a serem adotadas, bem como documentos a serem enviados ao MP/AL para que seja possível o acompanhamento do enfrentamento à dengue pela 67ª Promotoria de Justiça da Capital.

No documento, o MP/AL recomenda que o Município realize ações de vigilância e controle do Aedes aegypti, mosquito que serve como vetor para a doença, conforme as diretrizes do Plano de Contingência de Enfrentamento da Dengue.

A gestão municipal deve também informar ao MP/AL a rede de armadilhas e pontos estratégicos a serem monitorados continuamente no que se refere ao controle do mosquito.

O Município deverá delimitar as áreas de maior risco de transmissão da dengue, bem como realizar inspeções contínuas para identificar criadouros potenciais do mosquito.

A Prefeitura deverá ainda orientar sobre a necessidade de adequação de imóveis irregulares e atualizar anualmente o Diagnóstico de Enfrentamento.

A gestão municipal realizará a comunicação imediata dos casos suspeitos de dengue à área técnica responsável, bem como a devida notificação por meio do SINAN.

O MP/AL receberá remessa periódica de boletins e relatórios indicando programas, ações e demais informações sobre o enfrentamento à doença.

O Município divulgará o fluxograma para a classificação de risco e manejo do paciente com suspeita de dengue, devendo investigar óbitos que possam estar relacionados à doença, identificar os sorotipos presentes em Maceió e divulgar o Índice de Infestação Predial.

A gestão municipal deverá capacitar os profissionais da saúde no manejo, diagnóstico e tratamento da doença, divulgando à população as unidades de atendimento e as unidades de referência para os casos graves.

ÂNGULO GERAL

EDMILSON TEIXEIRA
etjornalista@gmail.com

Até o final do mês

O Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) avisa que estão abertas até 30 deste mês as inscrições para a terceira edição do Projeto de Ampliação de Mercados para Produtos de Origem Animal para Consórcios Públicos de Municípios, o Consim. O órgão quer aumentar o número de municípios integrados ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI-POA).

FINALIDADE

Por meio do Consim, os gestores públicos e as agroindústrias recebem do Mapa capacitação para saber o que devem fazer para aderir ao SISBI-POA. Os municípios que aderem ao sistema são autorizados a aprovar o selo para os estabelecimentos por eles registrados, que passam a poder comercializar seus produtos e derivados de origem animal em todo o país.

FORÇA POLÍTICA

De bola cheia no cenário nacional, o alagoano Arthur Lira (PP), presidente da Câmara dos Deputados, recebeu na última terça-feira, o prefeito de São Paulo Ricardo Nunes (MDB). No encontro, Nunes entregou a Lira proposta de medida legislativa que permite às prefeituras fiscalizar a prestação dos serviços de distribuição de energia.

FATO REAL

Atualmente, os municípios brasileiros não têm qualquer participação nas decisões sobre as concessões nem na fiscalização dos serviços de fornecimento de energia elétrica, mesmos os serviços sendo prestados nas próprias cidades. Em São Paulo, tanto o governo federal quanto a gestão estadual são responsáveis pela fiscalização da concessão.

INOVAÇÃO INDUSTRIAL

A Cooperativa Pindorama está realizando uma inovação no seu sistema de produção de etanol de cereais. Uma adaptação nas torres de destilação de álcool e dornas da cana, além da compra de dois novos moinhos vão contribuir para o aumento da capacidade de fabricação do etanol a partir do milho e do sorgo, além do WDG, que é um coproduto resultante da fabricação do etanol, rico em proteínas e destinado à nutrição animal.

BRONCA

Na cidade de Capela, José Cláudio da Silva, o Zé Cláudio, que nos anos 60 atuou como zagueiro do CSA e posteriormente no Capelense, afirma que há 18 anos vem tendo problemas sérios em sua fazenda com a implantação de uma Estação de Tratamento de Água- ETA, da CASAL.

IMPACTO

Zé Cláudio diz que da Casal não recebo um tostão sequer pela ocupação do espaço e quando a empresa vai fazer limpeza nos reservatórios, as consequências são tamanhas; gerando um impacto ambiental mediante dejetos de produtos químicos na água, que correm pela vegetação e desembocam em açude de criatório de peixes da própria fazenda.

VACINAÇÃO NO CAMPO

Na próxima segunda-feira em Maceió, a AMA reúne em sua sede, prefeitos e secretários de agricultura, a partir das 9h30, a fim de discutir como a mudança no calendário da vacinação da aftosa vai impactar nos municípios. É que a Adeal antecipou para este mês de abril a primeira etapa da campanha de vacinação contra a febre aftosa de bovinos e bubalinos, seguindo determinação do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa).

AUSENTE DOS GIGANTES

No sorteio de ontem na CBF, o CRB na Copa Brasil vai enfrentar na terceira fase o Ceará. Isso quer dizer que o clube alagoano escapou dos gigantes brasileiros e vê com amplas chances avançar para fase seguinte. Os jogos serão de ida e volta, estreando em Maceió em data a ser confirmada. Se passar, o CRB vai embolsar mais de R$ 3,465 milhões. Por ter passado pelo Rio Branco e o Athletic Club/MG, o CRB já embolsou R$ 4,78 milhões.

QUILOMBOS

O povoado Quilombo Tabacaria, em Palmeira dos Índios, está sendo contemplado pelo governo federal, com a construção de 50 unidades habitacionais. Trata-se de uma ação do Programa Nacional de Habitação Rural, regido pelo Ministério das Cidades.

PIVETADA

Ontem a deputada estadual Gabi Gonçalves promoveu em sua terra natal com um grupo de crianças um evento denominado: Plenarinho do Plano Municipal pela Primeira Infância de Rio Largo. O tema foi: A vez e a voz das crianças de Rio Largo. "Um momento muito importante para ouvir os sonhos, ideias e a voz das nossas crianças, mostrar um pouquinho da Casa Tavares Bastos e inspirá-las a estar onde podemos fazer a diferença Foi incrível demais estar com vocês, espalhando alegria e muito amor", postou em suas redes sociais.

Reforma agrária: ações beneficiam 2 mil em Alagoas

Em dois anos, governo assentou cerca de 700 famílias camponesas; este ano, mais 500 deverão ser contempladas

ASCOM ITERAL

Trabalhadores rurais são beneficiados com assentamentos em diversos municípios alagoanos

O Governo de Alagoas atua para destinar cerca de 2 mil hectares de terras à reforma agrária, ainda em 2024. Essa e outras ações vão garantir, nos próximos meses, o assentamento de aproximadamente 500 famílias camponesas, beneficiando mais de duas mil pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

A iniciativa, que contempla demandas de movimentos de luta pela terra também valida o Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária, celebrado na quarta-feira (17), e é amparada pela Lei 8.629/1993, responsável por regulamentar dispositivos relacionados à desapropriação de terras produtivas que não cumprem a sua função social. De acordo com o Instituto de Terras e Reforma Agrária de Alagoas (Iteral), o plano de ação também envolve a doação de terras devolutas aos trabalhadores do campo.

Segundo o diretor-presidente da autarquia, Jaime Silva, nos dois anos do governo Paulo Dantas mais de 700 famílias foram assentadas em áreas que pertenciam ao Estado. Número alcançado a partir da execução dos programas de regularização fundiária conduzidos pelo Iteral.

"Alagoas está sendo impulsionada por uma política agrária baseada na elaboração de estratégias voltadas ao atendimento das necessidades dos homens e mulheres do campo. O Governo do Estado mantém uma agenda de diálogo contínua com os movimentos sociais e entende que o desenvolvimento das áreas rurais passa pela garantia de direitos e a execução de políticas públicas de acesso à terra", avalia Jaime Silva.

Em 2023, o governador Paulo Dantas sancionou a lei que autorizou a transferência das Fazendas Cajueiro do Caboclo e Olho d'Água do Luiz Carlos, situadas na zona rural do município de Taquarana, para o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST). Elas pertenciam ao extinto Banco da Produção do Estado de Alagoas (Produban).

Nas próximas semanas, outro processo de transferência de domínio deve garantir a regularização do Assentamento Nossa Senhora de Guadalupe, situado em Igaci, região do Agreste Alagoano. A comunidade abriga agricultores familiares ligados à Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Outras seis propriedades, localizadas nas cidades de Murici e União dos Palmares cumprirão a mesma função social, sanando demandas emblemáticas de pequenos produtores de diferentes organizações sociais. Uma delas é a Fazenda Bota Velha, desapropriada pelo governo estadual em 2022, ao custo de R$ 6,6 milhões. Na área de 513 hectares, vivem aproximadamente 100 famílias que tiram o sustento da produção de alimentos livres de agrotóxicos.

Para Carlos Lima, coordenador nacional da CPT, a história da comunidade marca a luta pela terra em Alagoas.

TRANSFERÊNCIA
Em 2023, MST recebeu transferência das fazendas Cajueiro do Caboclo e Olho d'Água do Luiz, na zona rural de Taquarana

ESTRATÉGIAS
Alagoas está sendo impulsionada por uma política agrária baseada na elaboração de estratégias voltadas ao atendimento das necessidades dos camponeses

COOPERAÇÃO

Acordo entre governo e PRF reforça segurança no Estado

ASCOM SERIS

Secretário de Ressocialização Diogo Teixeira com o superintendente da PRF Alagoas Juliano Quintella

O Acordo de Cooperação Técnica, publicado no Diário Oficial do Estado, que envolve a Secretaria de Ressocialização e Inclusão Social (Seris) e a Superintendência de Polícia Rodoviária Federal (SPRF) vai integrar as forças de segurança no combate à criminalidade em Alagoas.

O superintendente da PRF em Alagoas, Juliano Quintella Malta Lessa, e o secretário Diogo Teixeira estabeleceram Acordo de Cooperação Técnica para o compartilhamento de informações, ações, modelos e boas práticas visando políticas públicas e projetos voltados ao aperfeiçoamento da segurança pública.

"É determinação do governador Paulo Dantas fazer políticas de cooperação, de integração. Isso gerará mais segurança para a sociedade. Esse é mais um passo de integração de forças no combate à criminalidade", destaca o secretário Diogo Teixeira.

Em relação à execução de ações, Seris e PRF irão elaborar o Plano de Trabalho relativo aos objetivos deste acordo, assim como monitorar os resultados e realizar atividades conjuntas tendo por finalidade o intercâmbio de informações, além da prestação de apoio técnico e a coleta, análise e produção de provas para instrução de procedimentos.

"A PRF procurou a Seris, nós resolvemos fazer esse acordo de cooperação, para que a gente pudesse trocar informações. Tanto a PRF passará informações na área de inteligência para a Polícia Penal, tanto a Polícia Penal passará para a PRF. Essa integração de forças resultará em frutos para a sociedade no combate à criminalidade", detalha Juliano Quintella.

A publicação no DOE informa que cada força-tarefa, isoladamente terá caráter temporário e será constituída por representantes dos órgãos para o cumprimento de missões específicas.

No âmbito da Seris, as propostas para a realização de ações conjuntas poderão ser apresentadas pela Seris ou por pessoa designada pelo titular da pasta à SPRF.

Gás: AL deve receber verbas de até US$ 200 milhões

Objetivo do aporte é projeto de estocagem de gás natural, que prevê estudo para desenvolvimento no campo de Pilar

O Polo Alagoas deverá receber investimentos de até 200 milhões de dólares após assinatura de acordo não-vinculante entre a Transportadora Associada de Gás (TAG) e Origem Energia. De acordo com comunicado divulgado pela Engie Brasil Energia, que detém participação na TAG, o acordo prevê oferecer serviços de estocagem ao mercado de gás em projeto a ser desenvolvido no Campo de Pilar, em Alagoas.

O projeto, segundo o comunicado, possui capacidade inicial de estocagem prevista em 106 milhões de m³/ano de gás natural, podendo chegar a 500 milhões de m³/ano. Os investimentos serão divididos proporcionalmente à participação de 50% de cada uma das empresas, afirmou a Engie, caso o projeto avance para uma etapa vinculante.

Desde 2021, a Origem Energia adquiriu a concessão do Polo Alagoas e segue investindo na modernização e na capacidade operacional.

A abrangência do Polo envolve os municípios de Boca da Mata, Campo Alegre, Coqueiro Seco, Coruripe, Feliz Deserto, Jequiá da Praia, Marechal Deodoro, Pilar, Rio Largo, Roteiro, Santa Luzia do Norte, São Miguel dos Campos e Satuba, com estrutura de ativos para a produção estratégica de gás no estado.

REFERÊNCIA

A secretária de Estado do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Sedics), Alice Beltrão, destaca que, na questão regulatória e de competitividade, Alagoas é referência nacional com a nova lei estadual do gás natural e com o Programa de Desenvolvimento Integrado (Prodesin).

"Nosso estado faz parte da bacia Sergipe-Alagoas, uma das principais do país em recursos offshore de óleo e gás. Estamos entre os poucos estados que produzem o próprio Gás Natural", avalia a secretária.

O superintendente de Políticas Energéticas da Sedics, Bruno Macedo, explica que todo o cenário alagoano está no Balanço Energético de Alagoas (Beal).

"A publicação do Beal atesta o nosso compromisso em fornecer dados e informações, em especial, aos empreendedores interessados nas oportunidades que o Estado tem a oferecer nos múltiplos segmentos, de maneira a ampliar a criação de novos empregos e avanços sociais com melhoria na qualidade de vida dos alagoanos".

DIVULGAÇÃO

Foi feito um acordo entre a Origem Energia e a Transportadora Associada de Gás para investimentos de até US$ 200 milhões no Polo Alagoas

ENERGIA LIMPA

Por outro lado, O Governo de Alagoas e a Essenz Soluções avançam nos estudos para a exploração e produção de energia limpa em prol do desenvolvimento socioeconômico do estado. A partir do diagnóstico do potencial energético apresentado pela consultoria, o governador Paulo Dantas já solicitou a elaboração de um plano de ação para próxima reunião do Consórcio Nordeste, em maio, no Ceará.

Paulo solicitou a elaboração de ações estratégicas para ampliar a matriz energética alagoana de forma limpa, responsável e preocupada com o meio ambiente e com investimentos em fontes renováveis. "A pauta verde tem sido uma de nossas metas. A nossa gestão busca transformar todo o nosso potencial de energia limpa e renovável em desenvolvimento socioeconômico de Alagoas", ressaltou.

A secretária de Estado da Fazenda (Sefaz), Renata Santos, observou também a importância da elaboração do plano de ações para traçar parâmetros técnicos e econômicos para atrair investimentos em energias renováveis. "Através desse diagnóstico, temos a oportunidade de desenvolver o estado economicamente com por meio de recursos naturais, bem como poderemos atrair parcerias privadas, garantindo investimentos no estado", destacou.

COMPANHIA DE EDIÇÃO, IMPRESSÃO E PUBLICAÇÃO DE ALAGOAS CEPAL
AVISO

Encontra-se a disposição no endereço eletrônico: www.imprensaoficial.al.gov.br/licitacoes informações sobre coleta de preços para : AQUISIÇÃO DE ESTANTES METÁLICAS DE AÇO (TIPO PORTA PALETE) PARA ARMAZENAMENTO DE CAIXAS DE DOCUMENTOS, INCLUINDO SEUS ACESSÓRIOS, TRANSPORTE E MONTAGEM, EM CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO, NO LOCAL DESIGNADO PELA COMPANHIA DE EDIÇÃO, IMPRESSÃO E PUBLICAÇÃO DE ALAGOAS - CEPAL. 82. 3315- 8317,

Maceió, 18 de abril de 2024.
Antonio Philipe da Silva
Coordenação de Compras

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO: 0221067/2024 EDITAL Nº 015/2024 MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CARTOGRAFIA, TOPOGRAFIA E GEODÉSIA DATA DO PREGÃO: 06 de maio de 2024. HORÁRIO DO PREGÃO: 09h:15min ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 18/04/2024 a partir das 08h:30min até às 09h:00min do dia 06/05/2024. A sessão pública será realizada no site: https://bnc.org.br Os interessados poderão obter informações nos endereços eletrônicos: https://bnc.org.br, http://www.campoalegre.al.gov.br/downloads/2/licitacoes/1 bem como junto a Pregoeira e a Equipe de Apoio, pelo e-mail licitacoes.pmca@gmail.com e na Sede da Comissão Permanente de Licitação, situado a Avenida Monsenhor Hildebrando Veríssimo Guimarães, nº 002 – 1º Andar, Centro, Campo Alegre, Alagoas, no Horário de: 08:00h às 12:00h. Campo Alegre/AL, 17 de abril de 2024. Fabiana Carneiro e Silva Pregoeira Oficial

---

MUNICÍPIO DE ATALAIA
AVISO DE ADIAMENTO
CONCORRÊNCIA Nº 02/2024

O Município de Atalaia, Estado de Alagoas, torna público a suspensão da sessão pública da Concorrência nº 02/2024, designada para o dia 18 de abril de 2024, às 09 horas, tendo em vista a apresentação de recursos administrativos.
Abre-se o prazo para apresentação das contrarrazões.
A retomada da sessão será marcada tão logo a conclusão da análise do recurso.

ANDREA MARIA COSTA DE CERQUEIRA
Agente de Contratação

MEGB LOCACOES, COMERCIO E SERVICOS EIRELI, CNPJ: 11.333.693/0001-50, PC DR. JOSE LOBO FERREIRA, 210, CENTRO, SANTA LUZIA DO NORTE/AL torna público que requereu **ao IMA/AL** a sua **Autorização Ambiental para a atividade de Transporte de Resíduos Perigosos - ATRP**.

MUNICIPIO DE SATUBA/AL, CNPJ: 12.200.333/0001-43, R AMELIA PONTES SN, CENTRO, CEP: 57.120-000, torna público que requereu ao Instituto do Meio Ambiente – IMA, a **Autorização Ambiental para a obra de pavimentação asfáltica do acesso a Usina Utinga**, ao Bairro Nova Satuba e a Rodovia Cap. Pedro Teixeira, localizada na cidade de Satuba, Alagoas.

P C DA SILVA COMÉRCIO, CNPJ 10.904.924/0001-76, Rua Aurora F. Barros, nº 80, José Paulino, Atalaia, Alagoas torna público que requereu ao IMA – Instituto do Meio Ambiente de Alagoas, a **Regularização de Licença Operação para Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP) no local acima referenciado.**

Movelarte Ltda, inscrita com **CNPJ: 07.899.079/0001-83**, torna público que requereu a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Marechal Deodoro/AL a **Renovação da Licença Ambiental de Operação** para suas atividades de funcionamento no Loteamento Luar do Francês, nº68, Povoado Francês, Marechal Deodoro – AL.

NR Sampaio Lava Jato e Auto Peças ltda, CNPJ: 44.223.024\0001-85, situado na Av. Rubens Canuto,17, Chã do Pilar-Pilar-Al,torna público que solicitou a SEMMAPP-Pilar **a Autorização Ambiental de Operação**

NOME DA EMPRESA: **ATHAYDE COSTA & CIA LTDA,** inscrita no CNPJ nº 26. 915.277/0001-38, situada na Rua Estudante Ubiracy Norberto Joazeiro de Farias Costa Nº 193, Sala 101 – Bairro: Jatiúca – Maceió/AL - CEP: 57036-780, com atividades de: ATIVIDADE MÉDICA AMBULATORIAL RESTRITA A CONSULTA. Torna público que requereu a SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO – SEMURB - Maceió/AL, a **Autorização Ambiental Municipal de Operação – do CLINICA ALLIA MEDICINA INFANTIL**, localizado na Rua Estudante Ubiracy Norberto Joazeiro de Farias Costa Nº 193, Sala 101 – Bairro: Jatiúca – Maceió/AL - CEP: 57036-780 ; foi exigido apresentação de Estudo de Impacto Ambiental - ECA.

COMUNICADO

PROJETO IMOBILIÁRIO RECORD 27 SPE LTDA., sediada na Rua Santa Fernanda, 208, sala 13, Jatiuca – Maceió/AL, inscrita no CNPJ nº 51.482.387/0001-09, torna público que requereu ao Instituto de Meio Ambiente do Estado de Alagoas – IMA/AL a **Licença Ambiental Prévia – LP para o empreendimento Tatuamunha Beach Home, situado em Porto de Pedras/AL.**

NOME DA EMPRESA: **MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S/A.**, INSCRITA NO CNPJ/MF SOB O Nº. 08.343.492/0111-64, SITUADO(A): Avenida Engenheiro Mário de Gusmão, nº. 988 – Sala 136 - Bairro: Ponta Verde – Maceió/AL. – CEP Nº. 57.035-000, COM ATIVIDADES DE:Construção de edifícios. TORNA PÚBLICO QUE REQUEREU A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO – SEMURB – MACEIÓ/AL, A **AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL DE OPERAÇÃO** DO EMPREENDIMENTO DENOMINADO: RESIDENCIAL HORIZONTES DO ATLÂNTICO NO SEGUINTE ENDEREÇO: FAIXA DE SERVIDÃO DE PASSAGEM 03, Nº 529, CRUZ DAS ALMAS, MACEIÓ-AL. NÃO FORAM SOLICITADOS ESTUDOS AMBIENTAIS.

Mineração Vale Verde Brasil Ltda, CNPJ: 08.650.571/0001-83, Rodovia AL 486. s/n Km 04 Sitio Lagoa do Mel, Zona Rural - Craíbas – AL, CEP: 57320-000. Torna público que requereu ao IMA/AL, Solicitação de **Autorização Ambiental para** a instalação de pilhas destinadas ao armazenamento temporário de minério sulfetado nas áreas da Mina Serrote, as quais já possuem a Licença de Operação N° 2021.27051149786.EXP.LON

GIVALDO OLIVEIRA DA ROCHA - ME, inscrita no CNPJ: 09.418.619/0001-95, localizada na Av. Frei Damiao de Bozzano, Nº 317, Centro, Dois Riachos/AL, CEP: 57.560-000, atividade: Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores, Torna público que requereu do Instituto do Meio Ambiente IMA/AL a **RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO** de acordo com as Leis Ambientais Vigentes.

COMUNICADO

PROJETO IMOBILIÁRIO RECORD 27 SPE LTDA., sediada na Rua Santa Fernanda, 208, sala 13, Jatiuca – Maceió/AL, inscrita no CNPJ nº 51.482.387/0001-09, torna público que requereu ao Instituto de Meio Ambiente do Estado de Alagoas – IMA/AL a **Licença Ambiental Prévia – LP para o empreendimento Tatuamunha Beach Home, situado em Porto de Pedras/AL.**

AUTO POSTO KELLY BEZERRA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ: 27.246.281/0001-13, localizada na Rodovia Povoado Carie, BR 316, S/N, Zona Rural, Canapi/AL, CEP: 57.530-000, Atividade: Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores, Torna público que requereu do Instituto do Meio Ambiente IMA/AL a **AUTORIZAÇÃO DE TRANSPORTES DE PRODUTOS PERIGOSOS** de acordo com as Leis Ambientais Vigentes.

SPE TATUAMUNHA LTDA inscrita sob CNPJ n° 52.576.981/0001-13, endereço: Lot Praia dos Coqueiros, SN, Quadra E, Lotes 9 e 10, Tatuamunha, Porto de Pedras/AL, torna público que requereu ao Instituto do Meio Ambiente de Alagoas - IMA/AL, a **Licença Prévia - LP para seu empreendimento denominado SPE TATUAMUNHA** localizada no mesmo endereço supracitado. Foi determinado a apresentação de Estudo Ambiental Simplificado (EAS) e Estudo de Caracterização de Orla.

VERDE AMBIENTAL ALAGOAS S.A.,

CNPJ/ME nº 44.992.350/0001-57 - NIRE 27300070490

Balanço patrimonial 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	117.239	23.135
Contas a receber	5	17.415	8.218
Estoques	6	3.511	2.760
Despesas antecipadas	7	1.089	351
Outros ativos circulantes		2.990	1.076
Total do ativo circulante		**142.244**	**35.540**
Não circulante			
Tributos diferidos	19	9.778	8.252
Imobilizado	8	9.871	9.646
Ativo de contrato	10	8.234	-
Intangível	9	550.484	444.685
Direito de uso	13	5.746	5.209
Total do ativo não circulante		**584.113**	**467.792**
Total do ativo		**726.357**	**503.332**
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	11	7.478	3.372
Empréstimos	12	230.748	210.807
Debêntures	12	447.019	-
Passivo de arrendamento	13	3.958	2.332
Outras contas a pagar		4.640	4.766
Total do passivo circulante		**693.843**	**221.277**
Não circulante			
Passivo de arrendamento	13	1.912	2.877
Debêntures		-	253.455
Total do passivo não circulante		**1.912**	**256.332**
Patrimônio líquido	14		
Capital social		55.000	50.000
Prejuízos acumulados		(24.398)	(24.277)
Total do patrimônio líquido		**30.602**	**25.723**
Total do passivo e patrimônio líquido		**726.357**	**503.332**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	15	69.983	12.802
Receita de construção	15	6.323	-
Custo de serviço prestado	16	(62.674)	(11.312)
Custo de construção	16	(6.323)	-
Lucro bruto		**7.309**	**1.490**
Despesas operacionais	17		
Despesas gerais e administrativas		(12.093)	(9.341)
Serviços de terceiros		(2.235)	(2.779)
Perdas estimadas com liquidação duvidosa		(3.753)	-
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**(10.772)**	**(10.630)**
Resultado financeiro líquido	18	9.125	(21.899)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		**(1.647)**	**(32.529)**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	1.526	8.252
Prejuízo do exercício		**(121)**	**(24.277)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo do exercício	(121)	(24.277)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	**(121)**	**(24.277)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 14 de janeiro de 2022 (Constituição)	14	1	-	1
Integralização de capital		49.999	-	49.999
Prejuízo do período		-	(24.277)	(24.277)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	14	**50.000**	**(24.277)**	**25.723**
Integralização de capital		5.000	-	5.000
Prejuízo do exercício		-	(121)	(121)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	14	**55.000**	**(24.398)**	**30.602**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(1.647)	(32.529)
Ajustes para conciliar o resultado do exercício:		
Depreciação e amortização	10.684	669
Juros de arrendamentos	652	-
Juros sobre empréstimos e debêntures e variação monetária	85.152	34.262
Variações nos ativos e passivos operacionais:		
Contas a receber	(9.197)	(8.218)
Estoques	(751)	(2.760)
Despesas antecipadas	(738)	(351)
Outros ativos	(1.914)	(1.076)
Fornecedores	4.106	3.372
Outros passivos	(127)	4.767
Caixa líquido aplicado (consumido) nas atividades operacionais	**86.220**	**(1.864)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(2.152)	(10.304)
Aquisição de intangível	(118.160)	(444.697)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(120.312)**	**(455.001)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	5.000	50.000
Captação de empréstimos	220.000	190.000
Captação de debêntures	149.419	240.000
Pagamento de empréstimos	(190.000)	-
Pagamento de juros debêntures	(9.110)	-
Pagamento de juros empréstimos	(11.113)	-
Pagamento de instrumento financeiro	(30.843)	-
Pagamento de juros de arrendamento	(652)	-
Pagamento do principal dos arrendamentos	(4.505)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	**128.196**	**480.000**
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	**94.104**	**23.135**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	23.135	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	117.239	23.135
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	**94.104**	**23.135**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. Informações gerais: A Verde Ambiental Alagoas S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima de propósito específico, de capital fechado e possui como acionistas a CYMI Saneamento e Participações S.A. e Aviva Ambiental S.A., foi constituída em 14 de janeiro de 2022 e está domiciliada em União dos Palmares – AL. A Companhia tem por objeto social, específica e exclusivamente, a exploração da concessão de serviços públicos municipais de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário, nos municípios que compõem o Bloco C – Zona da Mata e Litoral Norte do Estado de Alagoas. Em 8 de março de 2022 a Companhia assinou contrato de concessão de projeto de infraestrutura em serviços públicos no setor de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário em atendimento a concorrência pública nº 002/2021 do Bloco C que compõe os municípios da Zona de Mata e Litoral Norte do Estado de Alagoas com prazo de concessão de 35 anos, assumindo a operação a partir de 1 de outubro de 2022. Devido ao início de operação e os investimentos iniciais necessários, a Companhia possui em 31 de dezembro de 2023, capital circulante líquido negativo de R$551.599, com confirmação dos acionistas de prover aporte financeiro previsto no contrato de concessão, além disso a Companhia liquidou no primeiro trimestre de 2024 dívidas de curto prazo, transformando a dívida para longo prazo, se necessário para que a Companhia mantenha sua atividade operacional. **(a) Programa de Compliance:** A Companhia, está comprometida em realizar todas as suas atividades com integridade e com os mais altos padrões éticos e de transparência, tomando por base o total cumprimento de todas as legislações e regulamentações, nacionais e internacionais aplicáveis, e adotando uma postura de tolerância zero a atos de corrupção, discriminação e comportamentos antiéticos. Tais Políticas visam consolidar todas as iniciativas para a promoção e o fortalecimento da cultura ética e da integridade e para a mitigação de riscos por meio de mecanismos de prevenção, detecção e resposta de atos ilícitos e indesejados. A Verde Ambiental Alagoas S.A., está comprometida a obter a certificação ISO 37.001, que trata sobre o sistema de gestão antissuborno, reforçando mais uma vez a efetividade das Políticas de Compliance e das práticas antissuborno e anticorrupção adotadas. **(b) Impacto ambiental, social e práticas de governança:** A estratégia da Companhia está integrada com os princípios de sustentabilidade, assim como valores e princípios da Verde Alagoas que visam garantir segurança e proteção dos colaboradores, meio ambiente e comunidade atendida. A Verde Ambiental Alagoas S.A. trabalha para melhorar as condições de acesso à água tratada e tratamento devido aos esgotos, vislumbrando a universalização dos sistemas em 5 e 10 anos respectivamente. O que corrobora com o Novo Marco Legal de Saneamento Básico, que estabelece metas com o acesso de 99% da população à água potável e 90% ao tratamento de esgoto, até 31 de dezembro de 2033. **2. Principais políticas contábeis: 2.1. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, os pronunciamentos, as interpretações e as orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"). Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão. A Companhia preparou essas demonstrações financeiras com base no pressuposto de que continuará em operação futura. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvida significativa sobre a continuidade da Companhia. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2024. As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas com base no custo histórico, mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras é determinado nessa base. **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais e foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. a) Mensuração do valor justo: O Companhia mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo em cada data de reporte. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: • No mercado principal para o ativo o passivo; • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação. Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo dos instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas. As principais políticas contábeis adotadas estão descritas a seguir. **2.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. **2.4. Contas a receber e Receita de contrato com cliente:** A Companhia está no ramo de saneamento através do processo de captação, tratamento e distribuição de água e gestão de coleta e tratamento de esgoto em atendimento aos 27 municípios do Bloco C. A receita do contrato com cliente é reconhecida quando o serviço é transferido para o cliente por um valor que reflete a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desse serviço. Serviço de captação, tratamento e distribuição de água: A receita de serviço de captação, tratamento e distribuição de água é reconhecida quando se registra o consumo do cliente em intervalos de aproximadamente 30 dias de acordo com calendário e ciclos de leitura do hidrômetro instalado na localidade física indicada pelo cliente. O prazo normal de crédito é de 10 dias após a emissão e entrega da fatura ao cliente. Não sendo possível a realização da leitura em determinado período, em decorrência de anormalidade no medidor ou impedimento de acesso ao mesmo, a apuração do volume consumido observará, na ordem, os seguintes critérios: • Média aritmética dos consumos faturados nos últimos 180 (cento e oitenta) dias em regime de medição normal; • Caso ocorra impedimento de leitura para apuração do volume consumido em período superior a 180 (cento e oitenta) dias a média a ser utilizada será a última conhecida; e • Volume equivalente ao consumo mínimo. Serviço de gestão de coleta e tratamento de esgoto: A receita de coleta e tratamento de esgoto, se dá a partir da disponibilidade para o cliente de rede coletora de esgoto com separador absoluto ou rede mista, onde o faturamento representa 80% sob o valor faturado de água do consumo pelo cliente. Serviços complementares: A Companhia presta os serviços complementares que são executados e cobrados separadamente, mediante solicitação do cliente. São registrados no momento da emissão da fatura após o serviço ter sido efetivamente realizado e transferido ao cliente por um valor que reflete a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito a receber. Contas a receber de clientes: Um recebível é reconhecido se um valor de contraprestação que seja incondicional devido de um cliente (ou seja, faz-se necessário somente o transcorrer do tempo para que o pagamento da contraprestação seja devido). Passivos de reembolso: Um passivo de restituição é reconhecido pela obrigação de reembolsar total ou parcialmente a contraprestação recebida de um cliente antecipadamente. Os passivos de reembolso da Companhia podem dar origem ao direito de compensações e abatimentos. Provisão para perdas de crédito esperada para contas a receber: A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber. As estimativas de perda estão reconhecidas com base em títulos vencidos acima do prazo de 180 dias para os segmentos Comercial, Industrial e Residencial. Quanto ao segmento público essa estimativa considera o prazo de atraso acima de 24 meses. Reconhecimento da receita de construção: A Companhia reconhece a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos de serviços de construção prestados, apurando margem de lucro zero. Reconhecimento de receitas–Estimativa da contraprestação por competência: A Companhia desenvolveu um modelo para estimar a previsão de receita consumida e não faturada dentro da competência, de forma que considera o cálculo pro rata por dia de consumo através do ciclo de faturamento do mês seguinte a fim de estimar o reconhecimento da receita a faturar. **2.5. Imobilizado:** O ativo imobilizado é demonstrado ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Este custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção de longo prazo se os critérios de reconhecimento forem atendidos. A depreciação é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, conforme a seguir apresentado: • Veículos: 5 anos • Equipamentos de informática: 5 anos • Máquinas e equipamentos: 10 anos • Móveis e utensílios: 10 anos. A Companhia revisa o valor residual estimado e a esperada vida útil dos ativos ao menos anualmente. Em particular, a Companhia considera o impacto da saúde, segurança e legislação ambiental na avaliação do valor residual estimado e a esperada vida útil dos ativos. Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **2.6. Ativo financeiro e ativo de contrato:** A Companhia contabiliza o contrato de concessão conforme a Interpretação ICPC 01 – Contratos de Concessão, que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance do ICPC 01 não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão, mediante indenização dos investimentos não amortizados à concessionária, caso aplicável. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. Na contabilização dos contratos de concessão, conforme determinado pela ICPC 01, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contratos de concessão e determinação da remuneração da prestação de serviços de melhoria ou construção como ativo intangível ou financeiro. A Companhia reconhece o ativo de contrato enquanto esse ativo está em construção e não é finalizado para uso. Coma a sua finalização, esse ativo é reconhecido como ativo intangível por meio de transferência entre contas, pois é nesse momento que esse ativo está pronto para iniciar a sua amortização pela sua utilização. **2.7. Intangível:** Ativos intangíveis são reconhecidos pelo preço de aquisição ou custo de produção. O custo dos ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 04(R1) – Ativo Intangível. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Classes dos ativos intangíveis	Vida útil em anos
Contrato de concessão (outorga)	35 anos
Sistemas de abastecimento de água	35 anos
Sistema de coleta de esgoto	35 anos
Software	5 a 35 anos

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício. Contrato de concessão classificados como intangível: Os contratos de concessão são reconhecidos conforme Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance do ICPC 01 não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão, mediante indenização dos investimentos não amortizados à concessionária, caso aplicável. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. A concessionária reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários o serviço público e não possui o direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente. Em um contrato de concessão, a estimativa da vida útil é o período contado a partir de quando a entidade se torna apta a cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura até o final do período de concessão. **2.8. Instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. Classificação dos ativos e passivos financeiros: Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: • O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e • Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: • O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e • Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado. Em geral, todos os outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros: A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas ("PCE") sobre investimentos em instrumentos da dívida mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, valores a receber de arrendamento, valores a receber de clientes e ativos de contrato, bem como contratos de garantia financeira. **2.8. Instrumentos financeiros:** Para os instrumentos financeiros, a Companhia reconhece a PCE durante a vida útil quando há um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Porém, se o risco de crédito sobre o instrumento financeiro não tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial, o Grupo mensura a provisão para perdas para aquele instrumento financeiro em um valor correspondente à PCE do período de 12 meses. A PCE durante a vida útil representa as perdas de crédito esperadas decorrentes de qualquer evento de inadimplência possível durante a vida estimada de um instrumento financeiro. Por outro lado, a PCE do período de 12 meses representa a parcela da PCE durante a vida útil que deve resultar dos eventos de inadimplência de um instrumento financeiro que sejam possíveis em um período de 12 meses após a data de relatório. Baixa de ativos e passivos financeiros: A Companhia baixa um ativo financeiro apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere o ativo financeiro e substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo para outra entidade. Se a Companhia não transferir ou retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e continua a controlar o ativo transferido, a Companhia reconhece sua parcela retida no ativo e um correspondente passivo em relação aos valores que a Companhia pode ter que pagar. Se a Companhia retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade de um ativo transferido, a Companhia continua a reconhecer o ativo financeiro e reconhece ainda um empréstimo garantido em relação aos recursos recebidos. A Companhia baixa um passivo financeiro se, e apenas se, suas obrigações são extintas, canceladas ou quando elas vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contraprestação paga e a pagar é reconhecida no resultado. A Companhia contabiliza a modificação substancial dos termos e condições de um passivo existente, ou parte dele, como liquidação do passivo financeiro original e reconhecimento de um novo passivo. **2.9. Tributos:** Imposto de renda e contribuição social – correntes: Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser pago para as autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício que está sendo reportado nos países em que a Companhia opera e gera lucro tributável. Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. Imposto de renda e contribuição social – diferidos: Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto: • Quando o passivo fiscal diferido surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e • Sobre as diferenças temporárias tributáveis relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo. Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto: • Quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro ou prejuízo fiscal; e • Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias serão revertidas no futuro próximo e o lucro tributável estiver disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. Ao avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos ativos, a Companhia confia em premissas de projeções usadas nas demonstrações financeiras e em outros relatórios da administração, bem como outras coisas, refletem o impacto potencial de assuntos relacionados ao clima nos negócios. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. Ativos e passivos fiscais diferidos são apresentados líquidos se existe um direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária: (i) na mesma entidade tributável; ou (ii) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados. **2.10. Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante:** A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da Companhia; • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e • É caixa e equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstrativo dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado como não circulante quando: • Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da Companhia; • Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; • Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e • A Companhia não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Os termos de um passivo que podem, à opção de contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos como não circulantes. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. **2.11. Arrendamentos:** A companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. Ativos de direito de uso: A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamentos recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme abaixo: • Aluguel de imóveis 3 a 5 anos; • Veículos automotores e outros equipamentos: 2 a 3 anos. Passivos de arrendamento: Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos, menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor: A Companhia aplica a isenção de reconhecimento a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **2.12. Estoques:** O estoque de produtos está distribuído por polos e são constituídos principalmente por materiais para uso e consumo em manutenção, consertos e investimentos nos sistemas de água e esgoto operados pela Companhia. São avaliados ao custo médio ou valor realizável líquido, dos dois, o menor. **2.13. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** Outras divulgações relacionadas a perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (exceto os indicados nesta Nota) estão disponíveis nas notas explicativas abaixo: • Imobilizado–Nota 2.5 • Intangível–Nota 2.7. A Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis nesse sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis. A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano. **2.14. Provisões:** Geral: Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **2.15. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste. **3. Novas normas e interpretações: 3.1. Novas normas e interpretações:** Pronunciamentos novos ou aplicados pela primeira vez em 2023: Normas emitidas e vigentes: Na preparação das demonstrações financeiras, a Diretoria da Companhia considera, quando aplicável, as novas revisões e interpretações às IFRS e os pronunciamentos técnicos, emitidos pelo IASB e pelo CPC. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não ocorreu nenhuma alteração que afetasse as demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor, tais com: • IFRS 17–Contratos de seguro; • Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante; • Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis; • Alterações ao IAS 1 e IFRS *Practice Statement* 2: Divulgação de políticas contábeis; e • Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação. A vigência dessas alterações deve ser estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem, sendo que, para o pleno atendimento às normas internacionais de contabilidade, a entidade deve aplicar essas alterações nos períodos anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2023. IFRS 17–Contratos de seguro: Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17–Contratos de Seguro (CPC 50–Contratos de Seguro que substituiu o CPC 11–Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Ao entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituiu a IFRS 4–Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por: • Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável). • Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 e CPC 50 vigoram para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica a Companhia. Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis): Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que significa um direito de postergar a liquidação; • Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; • Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis): Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis): Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. A Companhia está atualmente revisitando as divulgações das políticas contábeis para confirmar que estão consistentes com as alterações requeridas. Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis): Em maio de 2021, o Conselho divulgou alterações ao IAS 12, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob o IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. As alterações devem ser aplicadas a transações que ocorram nos períodos anuais com início em, ou após o mais antigo período comparativo apresentado. Além disso, no início do mais antigo período comparativo apresentado, um imposto diferido ativo (desde que haja um lucro tributável suficiente disponível) e um imposto diferido passivo também devem ser reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas a arrendamentos e obrigações de desmantelamento. A Companhia está atualmente avaliando o impacto dessas alterações. **4. Caixa e equivalentes de caixa:** Bancos e disponíveis rendem juros a taxas flutuantes baseadas em taxas diárias de depósitos bancários. Os depósitos a curto prazo são efetuados por períodos que variam de um dia a três meses, dependendo das necessidades imediatas de caixa da Companhia, rendendo juros de acordo com as respectivas taxas de depósito de curto prazo. As aplicações financeiras são efetuadas por períodos que variam de acordo com as necessidades imediatas de caixa da Companhia. Em 31 de dezembro de 2023 a rentabilidade média das aplicações financeiras era de até 103% do CDI. Para fins da demonstração do fluxo de caixa, o saldo de caixa e equivalentes de caixa é composto dos seguintes saldos em 31 de dezembro:

	31/12/2023	31/12/2022
Numerários em trânsito	426	237
Bancos conta movimento	1.581	1.556
Aplicações financeiras	115.232	21.342
	117.239	**23.135**

5. Contas a receber

	31/12/2023	31/12/2022
Clientes de abastecimento de água	14.642	4.715
Clientes e coleta de esgoto	2.058	755
Contas a receber a faturar	3.433	2.654
Perdas estimadas com liquidação duvidosa	(3.753)	-
Outros contas a receber	1.035	94
	17.415	**8.218**

Em 31 de dezembro de 2023, a análise do vencimento de saldo do contas a receber era:

	31/12/2023	31/12/2022
Composição por vencimento		
A vencer	2.096	4.490
Vencidos		
Até 30 dias	4.395	2.702
De 31 a 60 dias	1.921	821
De 61 a 90 dias	1.307	205
Acima de 90 dias	7.696	-
	17.415	**8.218**

Em 31 de dezembro de 2023, a movimentação de perdas estimadas com liquidação duvidosa era:

	31/12/2023	31/12/2022
Perdas estimadas com liquidação duvidosa		
Saldo Inicial	-	-
Provisão	(5.258)	-
Reversão	1.505	-
Saldo Final	**(3.753)**	**-**

6. Estoques

	31/12/2023	31/12/2022
Polo União dos Palmares	2.388	2.385
Polo Taquarana	509	219
Polo Japaratinga	614	156
	3.511	**2.760**

Em 31 de dezembro de 2023, o estoque apresentou os saldos de materiais para uso e consumo aplicados na manutenção, conserto e investimentos nos sistemas de água e esgotamento sanitário operados pela Companhia. Estão avaliados ao custo médio ou ao seu valor realizável líquido, dos dois, o menor.

7. Despesas antecipadas

	31/12/2023	31/12/2022
Seguros a apropriar	282	289
Ass./anuidades a apropriar	7	7
Licenças de software	72	55
Gastos com financiamentos	727	-
	1.089	**351**

8. Imobilizado

	Veículos	Equipamentos de informática	Moveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Benfeitorias imóveis de terceiros	Total
Custo						
Em 14º de janeiro de 2022	-	-	-	-	-	-
Adições	6.170	1.168	1.165	1.305	496	10.304
Em 31 de dezembro de 2022	6.170	1.168	1.165	1.305	496	10.304
Adições	550	11	399	389	803	2.152
Em 31 de dezembro de 2023	6.720	1.179	1.564	1.694	1.299	12.456
Em 1º de janeiro de 2022	-	-	-	-	-	-
Despesa de depreciação no exercício	(461)	(95)	(58)	(43)	(1)	(658)
Em 31 de dezembro de 2022	(461)	(95)	(58)	(43)	(1)	(658)
Despesa de depreciação no exercício	(1.349)	(226)	(160)	(160)	(32)	(1.927)
Em 31 de dezembro de 2023	(1.810)	(321)	(218)	(203)	(33)	(2.585)
Valor residual líquido						
Em 31 de dezembro de 2023	4.910	858	1.346	1.491	1.266	9.871
Em 31 de dezembro de 2022	5.709	1.073	1.107	1.262	495	9.646

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos. A vida útil dos principais ativos é apresentada pelas taxas destacadas no item 2.5 de Políticas Contábeis de Imobilizado.

9. Intangível

	Sistemas de abastecimento de água	Sistemas de coleta de esgoto	Hidrometria	Software	Marcas e patentes	Contrato de concessão	Total
Custo							
Em 14º de janeiro de 2022	-	-	-	-	-	-	-
Adições	768	54	-	424	6	443.445	444.697
Em 31 de dezembro de 2022	768	54	-	424	6	443.445	444.697
Adições	20.441	1.378	6.694	-	-	81.413	109.926
Alienações	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2023	21.209	1.432	6.694	424	6	524.858	554.623
Em 1º de janeiro de 2022	-	-	-	-	-	-	-
Despesa de Amortização no exercício	(6)	-	-	(5)	-	-	(11)
Em 31 de dezembro de 2022	(6)	-	-	(5)	-	-	(11)
Despesa de Amortização no exercício	(70)	(5)	(248)	-	-	(3.805)	(4.128)
Em 31 de dezembro de 2023	(76)	(5)	(248)	(5)	-	(3.805)	(4.139)
Valor residual líquido							
Em 31 de dezembro de 2023	21.133	1.427	6.446	419	6	521.053	550.484
Em 31 de dezembro de 2022	762	54	-	419	6	443.445	444.685

Sistema de abastecimento de água e coleta de esgoto: Denominado bens reversíveis vinculados ao contrato de concessão, compreendem realização de investimentos em poços, estações de tratamento de água, reservatórios, redes de distribuição de água, estações elevatórias, redes de coletas de esgoto e estações de tratamento de esgoto distribuídas entre os 27 municípios do Estado de Alagoas operados pela Companhia. Hidrometria: Denominado bens reversíveis vinculados ao contrato de concessão, compreendem realização de investimentos na modernização, substituição e padronização dos hidrômetros distribuídos entre os 27 municípios do Estado de Alagoas operados pela Companhia. Contrato de concessão: Saldo em 31 de dezembro de 2023 é composto principalmente por R$ 430.000 referente a pagamento de outorga do bloco C da concorrência pública nº 002/2021, mais R$ 94.858 distribuídos entre custos com estudo técnico e capitalização dos juros com empréstimos durante o período de universalização de água e esgotamento sanitário. O valor dos custos de empréstimos capitalizados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 era de R$81.413, segue movimentação:

	2023	2022
Saldo inicial	8.124	-
Adições	81.413	8.124
Baixas	-	-
Transferências	-	-
	89.537	**8.124**

A amortização é calculada com base no método sistemático pela curva de evolução da receita ao longo do prazo do contrato de concessão. A vida útil dos softwares e hidrometria é apresentada pela taxa destacada no quadro demonstrado item 2.7 Políticas Contábeis do Intangível. **10. Ativo de contrato:** O ativo de contrato refere-se ao direito contratual da Companhia de receber caixa do poder concedente pelos serviços de construção do sistema de abastecimento e distribuição de água e tratamento de esgoto nas concessões plenas, quando da entrada em operação dos respectivos ativos, e estão mensurados ao seu valor de custo. Quando da conclusão da construção da infraestrutura, o ativo de contrato será classificado como ativo intangível. A movimentação do ativo de contrato é como segue:

Relacionado ao intangível	2023	2022
Saldo inicial	-	-
Adições	8.234	-
Transferências	-	-
	8.234	**-**

11. Fornecedores	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores nacionais	5.666	1.910
Fornecedores – provisão	1.812	1.462
	7.478	**3.372**

Os fornecedores nacionais não rendem juros e são geralmente liquidadas em prazos de até 30 dias.

12. Empréstimos e debêntures a) Composição

Instituições financeiras	Moeda	Vencimento	Taxa	31/12/2023	31/12/2022
Citibank (*)	USD	16/02/2024	CDI + 1,425%	230.748	210.807
Debêntures	BRL	10/01/2024	CDI + 0,990%	289.990	253.703
Debêntures	BRL	10/05/2024	CDI + 1,000%	157.256	-
(-) Custo de captação				(227)	(248)
Total de empréstimos e debêntures				**677.767**	**464.262**
Circulante				677.767	210.807
Não circulante				-	253.455
				677.797	**464.262**

(*) Esse empréstimo é denominado em dólar, e, juntamente com a contratação dos empréstimos, a Companhia contrata derivativos (Swap) para proteção cambial, conforme descrito na Nota 21.1. Com o objetivo de financiar a realização de investimentos em CAPEX iniciais da concessão, em 15 de fevereiro

(...) Continuação (...) VERDE AMBIENTAL ALAGOAS S.A., CNPJ/ME nº 44.992.350/0001-57 - NIRE 27300070490

de 2023 a Companhia celebrou junto ao agente fiduciário Vórtx e com garantias do Deutsche bank um contrato de distribuição para a segunda emissão de debêntures de curto prazo com vencimento em 15 de maio de 2024. Foi integralmente liquidada de forma antecipada em 07 de março de 2024, a Companhia realizou o pagamento da debêntures junto ao agente fiduciário Vórtx, no valor total de R$ 151.036. As emissões de debêntures possuem alguns *covenants* contratuais não financeiros que foram devidamente cumpridos dentro dos prazos estabelecidos até a data de 31 de dezembro de 2023. São eles: • Arquivamento na JUCEAL – Junta Comercial do Estado de Alagoas, da ATA da aprovação societária para emissão de debêntures; • Arquivamento na JUCEAL – Junta Comercial do Estado de Alagoas, da escritura de emissão de debêntures; • Apresentação ao agente fiduciário de declaração atestando a destinação dos recursos presentes na emissão das debêntures; • Apresentação de cópia das demonstrações financeiras da Companhia auditadas (a cumprir); • Formalização de contrato de garantias. O custo de captação desses instrumentos financeiros gira em torno 110% do CDI. **13. Arrendamento:** No exercício findo em 31 dezembro de 2023, os ativos e passivos de arrendamento apresentaram as seguintes movimentações:

	Ativo	Passivo	Despesa
Saldo em 31 de dezembro de 2022	5.209	5.209	-
Adições (i)	5.166	5.166	-
Amortização	(4.629)	-	4.629
Pagamento de principal	-	(4.505)	-
Juros	-	652	652
Pagamento de juros	-	(652)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	5.746	5.870	5.281

(i) Refere-se ao enquadramento de novos contratos de locação de veículos no IFRS 16, com se segue:

Contrato	31/12/2023
Locação de veículos leves	1.546
Locação de caminhões pipa e hidrojato	2.453
Locação de retroescavadeiras	1.167
Total de adições	5.166

As principais características e o saldo de arrendamentos são compostos da seguinte forma:

Natureza do arrendamento	Data da contratação	Vencimento	Taxa a.a. (%)	Amortização mensal	31/12/2023	31/12/2022
Aluguel de veículos	01/09/2022	01/11/2025	1,13	154	4.283	3.074
Aluguel de imóveis	01/04/2022	11/04/2027	1,13	39	1.587	2.135
Total					5.870	5.209
Circulante					3.958	2.332
Não circulante					1.912	2.877

14. Patrimônio líquido: a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2023 o capital social integralizado e integralizar da Companhia é de R$ 55.000, dividido em 50.000 ações ordinárias, nominativas e no valor de R$ 1,00 (um real) por ação. A Companhia foi constituída em 14 de fevereiro de 2022 com subscrição inicial de 1, aprovada em Ata de Assembleia Geral de Constituição (AGC). Durante o exercício de 2022 ocorreu uma subscrição de capital no total de 49.999 ações, aprovada através de Reunião de Conselho de Administração (RCA) na data de 10 de fevereiro de 2022. Em 06 de março de 2023 a Companhia realizou subscrição de capital no total de 5.000, aprovada através de Reunião de Conselho de Administração (RCA). Todas as subscrições foram divididas em ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal no valor de R$ 1,00 (um real) por ação. Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Companhia é composto como se segue:

	%	31/12/2023	%	31/12/2022
Cymi Saneamento e Participações S.A.	90%	49.500	90%	45.000
Aviva Ambiental S.A.	10%	5.500	10%	5.000
	100%	55.000	100%	50.000

b) Dividendos: De acordo com o estabelecido no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo anual obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido do exercício, em conformidade com os artigos 193 a 198 da Lei nº 6.404/76. A Companhia, seguindo a Legislação vigente, artigo 189 da Lei nº 6.404/76, apurou prejuízos no período de 14 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2023. Sendo assim não houve distribuição do resultado desde a constituição da Companhia. c) Reserva legal: Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder de 30% do capital social. Esta reserva deve ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não constituiu reserva legal em virtude da apuração de prejuízos no período de 14 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2023, conforme artigo 189 da Lei 6.404/76. **15. Receita operacional líquida:** A apresentação das receitas leva em consideração a política de reconhecimento de receitas estabelecida pela legislação fiscal, que não considera o conceito de transferência do controle estabelecido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e pelas normas internacionais de relatório financeiro. Abaixo é demonstrada a conciliação dessas receitas com as receitas de contrato com cliente divulgadas nestas demonstrações financeiras.

	31/12/2023	31/12/2022
Receita de contrato de clientes		
Abastecimento de água	64.184	11.962
Coleta de Esgoto	11.777	1.816
Serviços complementares	1.411	112
Receita líquida tributável	77.372	13.890
Deduções tributárias das receitas	(7.389)	(1.088)
Receita líquida total	**69.983**	**12.802**

As receitas da Companhia estão sujeitas a determinados tributos e contribuições (apresentados acima em deduções das receitas), os quais são arrecadados em nome da autoridade fiscal e não resultam em aumento do patrimônio líquido da Companhia. Esses tributos e contribuições relacionam-se substancialmente a Programa de Integração Social ("PIS") com alíquota de 1,65%, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") sob alíquota de 7,6% e Taxa da Agência Reguladora de Serviço Público do Estado de Alagoas ("ARSAL"), sob alíquota de 0,5% do faturamento.

	31/12/2023	31/12/2022
Receita de construção (*)	6.323	-
	6.323	-

(*) Receita de construção de acordo com o IFRIC12 / ICPC01 (R1).

16. Custo do serviço prestado

	31/12/2023	31/12/2022
Compra da água	(18.876)	(4.348)
Pessoal	(16.603)	(4.866)
Serviços profissionais	(3.577)	(1.063)
Materiais	(6.190)	(636)
Energia	(4.773)	-
Aluguéis	(1.166)	-
Veículos	(2.216)	(399)
Depreciação e amortização	(8.487)	-
Outros custos	(786)	-
	(62.674)	**(11.312)**

	31/12/2023	31/12/2022
Custo de construção (i)	(6.323)	-
Custo Total	**(68.997)**	**(11.312)**

(i) O custo de construção é composto, basicamente, por serviços de terceiros, mão de obra, materiais e outros custos necessários para formação da infraestrutura de investimentos previstos no contrato de concessão.

17. Despesas operacionais

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	(7.103)	(5.087)
Aluguel	(286)	(1.517)
Depreciação e amortização	(2.742)	(668)
Tributos, taxas e contribuições	-	(520)
Materiais	(250)	-
Informática	(651)	-
Energia	(105)	-
Telefonia	(145)	-
Internet	(191)	-
Seguros	(375)	(413)
Viagens	(231)	(303)
Outras despesas	(337)	(833)
Total – Despesas Gerais e Administrativas	**(12.416)**	**(9.341)**

	31/12/2023	31/12/2022
Serviços advocatícios	(422)	(167)
Assessoria e consultoria	(385)	(256)
Limpeza e conservação	(648)	(182)
Fretes e carretos	-	(262)
Informática	-	(115)
Outros serviços PJ	-	(347)
Recrutamento e seleção	(141)	(831)
Propaganda e publicidade	(151)	(491)
Serviços de auditorias	(210)	-
Organização de festas e eventos	(113)	-
Outras despesas	(165)	(128)
Total – Serviço de terceiros	**(2.235)**	**(2.779)**

18. Resultado financeiro	31/12/2023	31/12/2022
Rendimento de aplicação financeira, líquido	14.490	4.805
Outras receitas financeiras	1.346	71
Receita financeira	**15.836**	**4.876**
Tarifas bancárias	(1.918)	(299)
Juros sobre empréstimos e debêntures	(68.080)	(9.169)
Juros arrendamentos	(652)	-
Variação cambial	(17.072)	(17.216)
(-) Capitalização dos Juros – CPC20	81.413	-
Outras despesas financeiras	(402)	(91)
Despesa financeira	**(6.711)**	**(26.775)**
Resultado financeiro líquido	**9.125**	**(21.899)**

19. Imposto de renda e contribuição social diferido

		31/12/2023	
Natureza	31/12/2022	Reconhecido no resultado	Total
Perdas estimadas com liquidação duvidosa	-	1.166	1.166
Provisão para contingências	-	5	5
Prejuízo fiscal/Base negativa	8.252	31.587	39.838
Total do ativo fiscal diferido	**8.252**	**32.758**	**41.009**
Capitalização de juros	-	22.964	22.964
Amortização pela curva da receita	-	8.268	8.268
Total do passivo fiscal diferido	-	**31.232**	**31.232**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**8.252**	**1.526**	**9.778**

A Diretoria, aprovou reconhecimento de ativos fiscais diferidos com base na projeção de lucros tributáveis futuros da Companhia. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possui prejuízos fiscais gerados no Brasil, no valor de R$84.717 reconhecidos nas apurações fiscais e passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros. As diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente. Ativos fiscais diferidos foram reconhecidos com relação a esses itens, pois é provável que os lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia possa utilizar os benefícios destes. A utilização dos saldos de prejuízo fiscal e base negativa são limitados a 30% do lucro fiscal do exercício em que este será utilizado. Conforme as estimativas da Companhia, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido, existente em 31 de dezembro de 2023 dentro dos próximos 10 anos. **20. Instrumentos financeiros:** Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados, os objetivos da Companhia, os gerenciamentos de risco exercidos pela Companhia. a) Gerenciamento de riscos: Visão geral a Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito. • Risco de liquidez. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos avaliados pela Administração, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e subsidiárias. A Companhia e subsidiárias, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os colaboradores entendam os seus papéis e obrigações. *i) Risco de crédito:* A Companhia detém caixa e equivalentes de caixa mantidos com bancos e instituições financeiras, os quais possuem *ratings*, classificados pelas mais renomadas agências internacionais, entre alta qualidade e mais alta qualidade. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito no final do período de relatório é apresentada a seguir:

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	4	**117.239**	**23.135**

ii) Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. b) Classificação dos instrumentos financeiros: É apresentada a seguir uma tabela com o valor contábil dos instrumentos financeiros da Companhia:

	Categoria	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	(A)	**117.239**	**23.135**
Fornecedores	(B)	**7.478**	**3.372**
Instrumento financeiro derivativo	(A)	**230.748**	**210.807**
Debêntures	(B)	**447.246**	**253.703**

(A) Mensurados ao valor justo por meio do resultado. (B) Custo amortizado. A Administração avaliou o valor justo dos instrumentos financeiros acima e não os divulgou, pois são razoavelmente próximos aos seus valores contábeis. c) Hierarquia de valor justo: O conceito de "valor justo" prevê a avaliação de ativos e passivos com base nos preços de mercado, quando se tratar de ativos com liquidez, ou em metodologias matemáticas de precificação, no caso contrário. O nível de hierarquia do valor justo fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado: i) Nível 1: a mensuração do valor justo utiliza preços cotados (não corrigidos) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos. ii) Nível 2: a mensuração do valor justo é derivada de outros insumos cotados incluídos no Nível 1, que são cotados através de um ativo ou passivo, quer diretamente (ou seja, como os preços) ou indiretamente (ou seja, derivada de preços). iii) Nível 3: a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possui mercado ativo. A Companhia detém instrumentos financeiros qualificados no nível 1, correspondentes a depósitos bancários no montante de R$117.239, em 31 de dezembro de 2023. Não houve transferências entre níveis de mensuração na hierarquia do valor justo em 31 de dezembro de 2023. **20.1 Instrumentos financeiros derivativos:** Conforme citado anteriormente, a companhia toma empréstimos em moeda estrangeira e celebra contratos de SWAP, para efetuar a troca de exposição do Dólar mais spread por uma taxa pré-fixada em Reais. Esses derivativos não são designados como hedges, sendo celebrados por períodos consistentes com as exposições da transação em moeda. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui os seguintes derivativos em aberto:

Derivativo	Data da contratação	Data do vencimento	Valor de referência (national) – R$	Valor justo ativo (R$)
Swap Citibank	17/02/2023	16/02/2024	230.747	231.163
			230.747	**231.163**

Foi integralmente liquidado em 16 de fevereiro de 2024, a Companhia realizou o pagamento integral do empréstimo mantido junto ao Banco Citibank, no valor total de R$216.197. **21. Seguros:** A Companhia mantém a política de contratar cobertura de seguros de forma global para riscos de engenharia, obras de construção civil, instalação e montagem relacionados aos seus ativos operacionais, especificamente associados ao segmento saneamento básico. Os seguros contratados possuem cobertura sobre responsabilidade civil, danos materiais, entre outros. A cobertura em 31 de dezembro de 2023 está apresentada abaixo:

		Vigência		Garantia	
	Seguradora	Início	Final	segurada	Prêmio
Responsabilidade civil	AIG Seguros	12/04/2023	11/04/2024	33.248	212
Garantia Contratual	JNS Seguros (i)	07/03/2023	06/03/2024	87.881	88
Riscos operacionais	AXA Seguros	29/09/2022	28/09/2024	65.000	224
Risco Engenharia	AXA Seguros	01/09/2023	30/12/2024	24.480	30
Risco Engenharia	AXA Seguros	31/12/2023	30/12/2025	69.512	79
Veículos	Sura Seguros	04/02/2023	03/02/2024	1.080	170

(i) Em 07 de março de 2024 a Companhia renovou o seguro garantia através da apólice de seguro coma EZZE Seguros no valor de R$ 82.314. **22 Eventos subsequentes:** Terceira emissão de debêntures: Em 10 de janeiro de 2024, foi aprovada a emissão, pela Companhia, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, no valor total de R$ 230.000 com vencimento em 08 de janeiro de 2025. As debêntures têm juros remuneratórios de 100% da variação acumulada da Taxa CDI, acrescido de spread equivalente a 0,70% ao ano. Quarta emissão de debêntures: Em 06 de março de 2024, foi aprovada a emissão, pela Companhia, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, no valor total de R$ 400.000 com vencimento em 15 de março de 2049. O valor nominal unitário das debêntures será atualizado monetariamente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), e incidirão juros remuneratórios prefixados correspondentes a 6,70% ao ano. Vale ressaltar se tratar de uma operação financeira com a certificação Green Bonds, que conceitua a Verde Alagoas como empresa comprometida com as boas práticas sociais, ambientais e de governança.

* * *

Dalmo Silva de Almeida
Diretor Administrativo e Financeiro
Leandro Fonseca de Souza
Contador Responsável - CRC 034406/O-3

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **Verde Ambiental Alagoas S.A.** Rio de Janeiro – RJ: **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Verde Ambiental Alagoas S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principal assunto de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia. **Infraestrutura da concessão:** Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia mantinha registrado saldos de ativos intangíveis de concessão e ativos de contrato, divulgados nas notas explicativas 09 e 10, que, em conjunto, representam a infraestrutura da concessão e são reconhecidos com base nos investimentos realizados na construção ou melhoria da infraestrutura. Os ativos intangíveis de concessão são recebidos através da cobrança aos usuários dos serviços prestados via tarifa. A mensuração da infraestrutura de concessão, em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 – Contratos de Concessão, e é afetada por elementos subjetivos devido às naturezas diversas dos gastos capitalizados como parte da infraestrutura da concessão. Os ativos de contrato referem-se aos ativos intangíveis de concessão ainda em construção que são transferidos para a rubrica ativo intangível quando entram em operação. O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista as especificidades atreladas ao processo de capitalização de gastos com infraestrutura e à mensuração da infraestrutura de concessão, assim como a relevância dos valores envolvidos. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 incluíram, dentre outros: (i) Obtenção do entendimento do processo e relativos à capitalização de gastos com infraestrutura e mensuração dos ativos relacionados à infraestrutura da concessão; (ii) Testes documental dos gastos incorridos durante o exercício de 2023 com obras em andamento relacionados à construção da infraestrutura de concessão, avaliando a ocorrência, a natureza dos gastos e a correta classificação entre custo capitalizável ou despesas de manutenção; (iii) Teste sobre os custos capitalizados do ativo intangível, quando ocorre o aumento da capacidade e melhoria da rede; e (iv) Recálculo das amortizações reconhecidas no exercício de 2023 e comparação do resultado desses recálculos com os saldos registrados na contabilidade. Baseado no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, identificamos ajuste de auditoria no que se refere a amortização do ativo intangível, o qual não foi realizado pela Companhia em decorrência da sua imaterialidade, individual e agregada sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Rio de Janeiro, 31 de março de 2024.

ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S/S Ltda. - CRC SP-015199/F
Ricardo Gomes Leite - Contador CRC RJ-107146/O

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA DA FEDERAÇÃO ALAGOANA DE TÊNIS

O Diretor Presidente da Federação Alagoana de Tênis, no uso de suas atribuições estatutárias, CONVOCA os filiados para a Assembleia Geral Extraordinária que será realizada no Jaraguá Tênis Clube, na Av. Com. Leão nº 322,Jaraguá, Maceió, Alagoas, no dia 30 de abril de 2024, para deliberarem, sobre a seguinte ordem do Dia: a) Eleições para o triênio de 2024 a 2027;

Maceió, 17 de Março de 2024
Gilson de França dos Santos Júnior
Diretor Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO: 0221067/2024 EDITAL Nº 015/2024 MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CARTOGRAFIA, TOPOGRAFIA E GEODÉSIA DATA DO PREGÃO: 06 de maio de 2024. HORÁRIO DO PREGÃO: 09h:15min ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 18/04/2024 a partir das 08h:30min até às 09h:00min do dia 06/05/2024. A sessão pública será realizada no site: https://bnc.org.br Os interessados poderão obter informações nos endereços eletrônicos: https://bnc.org.br, http://www.campoalegre.al.gov.br/downloads/2/licitacoes/1 bem como junto a Pregoeira e a Equipe de Apoio, pelo e-mail licitacoes.pmca@gmail.com e na Sede da Comissão Permanente de Licitação, situado a Avenida Monsenhor Hildebrando Veríssimo Guimarães, nº 002 – 1º Andar, Centro, Campo Alegre, Alagoas, no Horário de: 08:00h às 12:00h. Campo Alegre/AL, 17 de abril de 2024. Fabiana Carneiro e Silva Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR

AVISO DE LICITAÇÃO Pregão Eletrônico nº 16/2024 – Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO, destinadas a Secretaria da Administração de Pilar/AL. Data: 07/05/2024, às 09:00Hmin. Local: BNC – BOLSA NACIONAL DE COMPRAS (www.bnc.org.br) Edital Disponível também no portal https://www.pilar.al.gov.br/views/licitacao2021.php, informações no e-mail: cplpilar.al@gmail.com. Pilar/AL, 17 de abril de 2024. Roseane Camêlo Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA

AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA VIÇOSA– Nº. 90002/2024 UASG Nº. 982887. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 03070014/2024 Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO DE DIVERSAS RUAS NO MUNICÍPIO DE VIÇOSA - AL. Data da Disponibilidade do Edital: A partir de 15/04/2024 das 08h às 12h e das 13h às 16h. Endereços: www.comprasgovernamentais.gov.br/edital ou https://transparencia.vicosa.al.gov.br/licitaçoes ou licitacao.vicosaal@gmail.com. Entrega das Propostas: A partir de 15/04/2024 às 08h no site http://www.comprasgovernamentais.gov.br/ Abertura das Propostas: 07/05/2024 às 08h30min. (horário de Brasília) no site http://www.comprasgovernamentais.gov.br/ Viçosa/AL, 12 de abril de 2024. João Victor Calheiros Amorim Santos PREFEITO

Agência de Fomento de Alagoas S.A.
Edital de Convocação para
Assembleia Geral Ordinária de 2024
Data: 26 de abril de 2024

O Diretor Presidente da Agência de Fomento de Alagoas S.A., Eduardo Brasil Barreto, no uso de suas atribuições legais, estabelecidas no art. 123, 124 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e no art.17, §1º, do Estatuto Social da Agência, CONVOCA os senhores acionistas da AGÊNCIA DE FOMENTO DE ALAGOAS S.A. - DESENVOLVE, com sede social na Rua Deputado José Lages,972 - Ponta Verde, CEP 57035-330, Maceió/AL, em primeira convocação, para a Assembleia Geral Ordinária de 2024, que se realizará no dia 26 de abril de 2024, às 09h00, presencial ou por meio de vídeo conferência, a fim de deliberarem sobre os assuntos constantes da ordem do dia a seguir:

(a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar às demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2023.
(b) Eleger Membros para o Conselho de Administração.

Maceió, 16 de abril de 2024.

Eduardo Brasil Barreto
Diretor Presidente

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO AGRESTE ALAGOANO –CONAGRESTE

O CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO AGRESTE ALAGOANO - CONAGRESTE, portadora do CNPJ 19.904.298/0001-92, localizada na Avenida Deputada Ceci Cunha, N° 1288, Sala E, Itapoã, Arapiraca/AL, torna público que requereu ao Instituto do Meio Ambiente de Alagoas (IMA/AL), a Autorização Ambiental para Pavimentação e Drenagem do Trecho Peri Peri, zona rural do município de Limoeiro de Anadia, Alagoas.

JAMES MARLAN FERREIRA BARBOSA
Presidente

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO AGRESTE ALAGOANO –CONAGRESTE

O CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO AGRESTE ALAGOANO - CONAGRESTE, portadora do CNPJ 19.904.298/0001-92, localizada na Avenida Deputada Ceci Cunha, N° 1288, Sala E, Itapoã, Arapiraca/AL, torna público que requereu ao Instituto do Meio Ambiente de Alagoas (IMA/AL), a Autorização Ambiental para Pavimentação e Drenagem de quatro (4) ruas do Povoado GENIPAPO no município de Limoeiro de Anadia, Alagoas.

JAMES MARLAN FERREIRA BARBOSA
Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPUEIRA

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2024

A Prefeitura Municipal de Paripueira, AL, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto Chamamento Público para credenciamento de serviços de borracharia (consertos de pneus) no âmbito da secretaria municipal de desenvolvimento urbano e obras, conforme especificações contidas em edital e seus anexos. A entrega da documentação ocorrerá a partir do dia 18 de abril de 2024, das 08h00min às 12h00min na sala da CPL, localizada na Av. Major Luiz Cavalcante, nº 612, Centro, Paripueira- AL, permanecendo em aberto para quaisquer novos interessados por 12 meses. Edital e informações: http://www.Paripueira.al.gov.br, e sede da CPL.

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 02/2024

A Prefeitura Municipal de Paripueira, AL, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto Chamamento Público para credenciamento de serviço de limpeza e higienização em veículos auto motores no âmbito da secretaria municipal de desenvolvimento urbano e obras, conforme especificações contidas em edital e seus anexos. A entrega da documentação ocorrerá a partir do dia 18 de abril de 2024, das 08h00min às 12h00min na sala da CPL, localizada na Av. Major Luiz Cavalcante, nº 612, Centro, Paripueira- AL, permanecendo em aberto para quaisquer novos interessados por 12 meses. Edital e informações: http://www.Paripueira.al.gov.br, e sede da CPL.

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 03/2024

A Prefeitura Municipal de Paripueira, AL, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto Chamamento Público para credenciamento de empresa especializada em dedetização nos logradouros públicos municipais no âmbito das secretarias desta municipalidade, conforme especificações contidas em edital e seus anexos. A entrega da documentação ocorrerá a partir do dia 18 de abril de 2024, das 08h00min às 12h00min na sala da CPL, localizada na Av. Major Luiz Cavalcante, nº 612, Centro, Paripueira- AL, permanecendo em aberto para quaisquer novos interessados por 12 meses. Edital e informações: http://www.Paripueira.al.gov.br, e sede da CPL.

JOSE VALTER DE LIMA
CECP

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI
SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - SESI

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 024/2024 – SESI
CONCORRÊNCIA Nº 025/2024 – SESI

O **Serviço Social da Indústria - SESI**, Departamentos Regionais de Alagoas, através da Comissão de Licitação do Sistema FIEA, comunicam às empresas interessadas que farão realizar no 1º andar do Edifício Casa da Indústria Napoleão Barbosa, situado à Av. Fernandes Lima nº 385, Farol, Maceió - AL, em Sessão Pública, processo licitatório na modalidade **CONCORRÊNCIA**, tipo menor preço, sendo:

1. **07 de maio de 2024, às 09h, Concorrência nº 025/2024 (SESI) – contratação de empresa especializada em execução de pintura de fachada da Unidade SESI Tabuleiro;**
2. **08 de maio de 2024, às 09h, Concorrência nº 24/2024 (SESI) - contratação de empresa especializada em prestação de serviços de fornecimento e instalação de esquadrias de alumínio e vidros.**

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, no horário de 8 às 12 horas e das 14 às 17 horas, na Comissão de Licitação, no 3º andar do Edifício Casa da Indústria, no endereço supracitado, podendo ser solicitados pelo e-mail licitacao@al.senai.br **ou** pelo Portal da Transparência https://licitacao.fiea.com.br/.

Maceió, 19 de abril de 2024.
Comissão de Licitação do Sistema FIEA.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O **Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Assalariados Rurais de Roteiro/AL,** entidade sindical de primeiro grau, com sede na Rua do Livramento, nº 57, Centro, Roteiro/AL, CEP 57.257-000, inscrito no CNPJ nº. 12.958.690/0001-75, todos os associados em pleno gozo de seus direitos sindicais para participarem das Eleições Sindicais para escolha dos titulares e suplentes da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal deste sindicato, conforme Estatuto Social e Regimento Eleitoral, respeitados os termos e condições adiante informados: 1) Data da Eleição e Quorum - a) Em primeira convocação: 21 de junho de 2024, respeitado o comparecimento mínimo de 50% (cinquenta por cento) mais um dos associados ativos constantes na Lista de Eleitores; b) Caso não atendido o quorum em primeira convocação, será realizada nova eleição, em segunda e última convocação, dia 05 de julho de 2024, com qualquer número de eleitores/associados ativos no gozo de seus direitos sindicais constante na lista de eleitores, garantida a participação exclusiva dos eleitores e das chapas habilitadas em primeira convocação; c) Em caso de empate entre as chapas mais votadas na eleição em primeira convocação, será realizada nova eleição no dia 05 de julho de 2024, garantida a participação das chapas empatadas em primeiro lugar e dos eleitores aptos a votar em primeira convocação; 2) Local e Horário da Votação - sede do sindicato, na Rua do Livramento, nº 57, Centro, Roteiro/AL, CEP 57.257-000, com início às 8:00h (oito horas) e encerramento às 14:00h (catorze horas); 3) Número de Urna(s) - 02 (duas) urnas, no máximo, e todas localizadas na sede do sindicato; 4) Registro de Chapa(s) - 08 (oito) dias, compreendidos entre 19/04/2024 à 26/04/2024, na sede do Sindicato, no horário de 08:00 às 12:00, respeitadas as determinações estatutárias e regimentais, sob pena de não registro; 5) Prazo para Impugnação de Chapa(s) - dias 30 de abril e 02 de maio de 2024, no horário de 08:00 às 12:00, através de requerimento escrito e protocolado na sede do Sindicato por associado em pleno gozo de seus direitos sindicais; 6) Publicação do Registro de Chapa(s) - até o dia 29/04/2024, na sede do sindicato; 7) Data limite para se habilitar ao direito de votar: 30/05/2024, os associados(as) deverão pagar as mensalidades sindicais em atraso até esta data, sob pena de não se habilitar para o exercício ao direito de votar; 8) Publicação da Lista de Eleitores: até 03/06/2024, a ser afixada na sede do Sindicato; e 9) Comissão Eleitoral - 29/04/2024, escolha/eleição da Comissão Eleitoral, na sede do sindicato. Mais informações podem ser obtidas na sede do Sindicato. Roteiro/AL, 18 de abril de 2024. Isaac Luiz da Silva - Presidente - CPF nº 563.307.824-15.

Banco de Sangue Osvaldo Calado, CNPJ 12.181.996/0003-20, situada na Av. Dom Antonio Brandão, nº 395, Farol (anexo Unimed), torna público que requereu à Secretaria de Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente - SEDET a **Autorização Ambiental de Operação, para atividade econômica (estabelecimento de serviço em saúde – Hemoterapia)** na Av. Dom Antonio Brandão, nº 395, Farol (anexo Unimed), Maceio/AL CEP: 57051-190

Botafogo encara Atlético-GO em busca de reabilitação

Alvinegro da estrela solitária levou 3x2 do Cruzeiro, de virada, enquanto Dragão perdeu do Flamengo por 2x1

O Botafogo enfrenta o Atlético-GO hoje Campeonato Brasileiro, pela 2ª rodada. Os times vão a campo no gramado do Nilton Santos (Engenhão) a partir de 21:30h. O Botafogo chega para essa partida com 2 vitórias e 3 derrotas nos últimos cinco jogos. Do outro lado, o Atlético-GO vem de uma série de 4 vitórias e 1 derrota. O trio de arbitragem será composto pelo árbitro principal Luiz Flávio de Oliveira, e pelos assistentes Neuza Ines Back e Daniel Paulo Ziolli.

O Brasileirão 2024 começou com tudo e a 2ª rodada está batendo na porta. Botafogo e Atlético-GO se reencontram após quase dois anos em busca da primeira vitória na competição. Ambos sequer pontuaram, afinal o Glorioso levou 3x2 do Cruzeiro, de virada, enquanto o Dragão perdeu para o Flamengo por 2x1, com direito a gol nos acréscimos, e interrompeu uma sequência de 15 vitórias consecutivas.

Ninguém balançou a rede no último jogo entre Botafogo e Atlético-GO, disputado em 13 de agosto de 2022 no Estádio Nilton Santos, pela 22ª rodada do Campeonato Brasileiro daquele ano. O equilíbrio prevalece no histórico recente - são quatro empates nos últimos seis jogos. O Glorioso não vence o rival desde 2015 (4x0), enquanto o Dragão levou a melhor em 2021, quando fez 3x1 fora de casa.

O técnico Artur Jorge possui pelo menos duas baixas, afinal o lateral-direito Damián Suárez sofreu lesão na panturrilha e o zagueiro Alexander Barboza cumpre suspensão pelo cartão vermelho recebido contra o Cruzeiro. Além deles, o lateral Rafael segue em tratamento após fratura por estresse na patela do joelho esquerdo. Substituído no último jogo, Marlon Freitas passou por exames e foi liberado. O time base tem Gatito Fernández; Mateo Ponte, Lucas Halter, Bastos (Danilo Barbosa), Marçal; Danilo Barbosa (Gregore), Marlon Freitas (Tchê Tchê), Luiz Henrique, Jeffinho, Júnior Santos, Tiquinho Soares.

Expulsos contra o Flamengo, o lateral-direito Maguinho, zagueiro Alix e o técnico Jair Ventura estão fora. O meio-campista Roni, com dores na coxa, é dúvida. O atual campeão goiano vinha de uma sequência de 15 vitórias consecutivas até ser derrotado na estreia e não perde como visitante desde 28 de janeiro, quando levou 2 a 1 do Vila Nova no Campeonato Goiano. Devem jogar Ronaldo; Bruno Tubarão, Adriano Martins, Luiz Felipe (Pedro Henrique) Guilherme Romão; Rhaldney, Baralhas e Shaylon; Alejo Cruz, Emiliano Rodríguez, Luiz Fernando.

REPRODUÇÃO

Botafogo e Atlético-GO ficaram no empate em 2022 e hoje querem somar pontos importantes

ASSESSORIA

Processo de Gabigol para obter o efeito suspensivo no Corte Arbitral do Esporte pode terminar em abril

SUSPENSO

Gabigol vive expectativa da Corte Arbitral do Esporte

O processo de Gabigol para obter o efeito suspensivo no Corte Arbitral do Esporte (CAS) ganhou mais um capítulo. A acusação enviou a documentação e agora o atacante do Flamengo aguarda a movimentação do Tribunal da Suíça para saber se terá ou não condição de jogo este ano. No dia 02 de abril, a defesa de Gabriel enviou a documentação necessária para abrir o pedido de efeito suspensivo. Com os documentos foi indicado um dos três árbitros que participará do julgamento.

O mesmo processo é feito pela acusação, que enviou a documentação e indicou o seu árbitro representante somente na última segunda-feira, no último dia do prazo estabelecido pelo CAS.

O julgamento no CAS funciona da seguinte forma: três árbitros participam do julgamento da peça, um indicado pela defesa de Gabigol, outro indicado pela ABCD (Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem) e outro pelo CAS, que é considerado o presidente da mesa.

O representante da defesa é inglês e o da acusação é alemão. A expectativa é que o CAS indique o seu representante até o fim desta semana. A partir dessa indicação, o julgamento do efeito suspensivo pode acontecer a qualquer momento. Não haverá data marcada. As partes serão notificadas do resultado do processo através de um comunicado oficial do tribunal.

Todo o processo no CAS gera um custo judicial, que deve ser dividido entre as partes. Na última semana, a defesa de Gabigol foi notificada que a ABCD (Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem) não havia pago a sua parte das custas judiciais. Para não atrasar o processo, o atacante pagou o que restava.

A defesa acredita que, apesar de estar dentro do prazo, houve uma demora significativa para a ABCD dar continuidade no processo. A defesa mantém a expectativa positiva para dar condições de jogo a Gabigol e espera que o resultado saia até o fim do mês de abril.

Perto das Olimpíadas, Brasil só tem três favoritos à medalha de ouro

Faltando 100 dias para os Jogos Olímpicos de Paris, o Brasil só tem três atletas/times que podem ser considerados favoritos a uma medalha de ouro. Todas mulheres: Beatriz Ferreira, na categoria até 60kg do boxe, Rebeca Andrade, no salto, e a dupla Ana Patrícia/Duda, no vôlei de praia. Significa que o Brasil só vai ganhar três medalhas de ouro? Provavelmente não. Mas, para ter resultados melhores, vai ter de apresentar desempenhos melhores daqui até as Olimpíadas.

Mesmo nessas três disputas em que as brasileiras são favoritas, a folga não é grande. Beatriz Ferreira só perdeu uma luta no ciclo olímpico (para a norte-americana Rashida Ellis, na final do Mundial de 2022), mas sua maior rival, a irlandesa Kellie Harrington, de quem perdeu na final de Tóquio-2020, foi ainda melhor: venceu todos os seus combates. A favor da brasileira, o fato de ter lutado dois Mundiais, enquanto a europeia ficou fora deles.

Rebeca Andrade vem de ouro em Tóquio e é a atual campeão mundial no salto. Também fez, no Pan, a melhor execução do ciclo olímpico no mundo todo. O problema para a brasileira se chama Simone Biles, que não vai querer deixar escapar este ouro e tem saltos mais complexos na manga.

Já Duda e Ana Patrícia são a melhor dupla do mundo no vôlei de praia, mas foram prata no último Mundial. Duda já viveu isso no ciclo passado: ela e Ágatha eram favoritas em Tóquio-2020, mas não chegaram ao pódio. As brasileiras carregam a estatística de terem vencido cinco dos últimos oito 'Elite 16', torneio mais importante do circuito mundial.

Entre os homens, o nome mais consolidado pelo ouro é Gabriel Medina, que costuma se dar muito bem em Teahupo'o, praia onde vão ocorrer as provas de surfe de Paris-2024. De nove etapas que disputou ali, ganhou seis. Também deu um show para vencer o ISA Games e se classificar à Olimpíada. Mas, na temporada da WSL, vem fazendo uma temporada irregular.

COB

Ouro na Bélgica, Rebeca Andrade comemora no pódio o bi mundial do solo e chega forte para Paris

CRB encara o Ceará na terceira fase da Copa do Brasil

Jogos de ida (Maceió) e volta (Fortaleza) serão nas semanas de 1º e 22 de maio

FRANCISCO CEDRIM / ASCOM CRB

Em 2023, CRB foi eliminado pelo Athletico Paranaense na terceira fase da Copa do Brasil e este ano vai encarar o Ceará em dois jogos

O sorteio realizado ontem na sede da CBF, no Rio de Janeiro, definiu os confrontos da terceira fase da Copa do Brasil 2024. Nesta etapa, 12 equipes vão entrar na competição, juntando-se aos 20 times que avançaram da fase anterior.

A terceira fase da Copa do Brasil terá jogos de ida e volta, que serão disputados nas semanas de 1º e 22 de maio. Os mandos de campo foram sorteados em agrupamentos para evitar que times da mesma cidade joguem em casa na mesma data base.

Dorival Júnior, técnico da seleção brasileira e campeão da Copa do Brasil com o São Paulo em 2023, acompanhou a cerimônia: "É uma competição traiçoeira. Muito difícil, às vezes mais difícil do que a Libertadores. Não tenho dúvida de que teremos surpresas", afirmou Dorival, que já conquistou três vezes a competição como treinador.

Em caso de empate na soma dos dois resultados, a decisão da classificação sairá nos pênaltis. O gol fora de casa não é critério de desempate. A CBF também exige, a partir de agora, estádios com capacidade mínima de 10 mil torcedores para os jogos.

Ao fim da terceira fase, um novo sorteio será feito na sede da CBF para definir os confrontos das oitavas de final.

Doze equipes entram na Copa do Brasil na terceira fase: os oito times brasileiros que começaram a Libertadores (Atlético-MG, Palmeiras, Bragantino, Grêmio, Fluminense, Botafogo, Flamengo e São Paulo), além de Athletico-PR (nono no Brasileirão 2023), Ceará (atual campeão da Copa do Nordeste), Goiás (campeão da Copa Verde) e Vitória (campeão da Série B).

Os 32 clubes haviam sido distribuídos em dois potes antes do sorteio. Cada clube do pote 1 enfrenta um adversário do pote 2.

Pote 1: Flamengo, Palmeiras, São Paulo, Athletico-PR, Atlético-MG, Corinthians, Fluminense, Grêmio, Fortaleza, Internacional, Bahia, Botafogo, Bragantino, Atlético-GO, Ceará e Cuiabá.

Pote 2: Goiás, Vasco, Juventude, Sport, CRB, Vitória, Criciúma, Sampaio Corrêa, Operário-PR, Botafogo-SP, Brusque, Ypiranga-RS, América-RN, Amazonas, Águia de Marabá e Sousa-PB.

Na terceira fase, todos os clubes, independentemente de divisão, passam a receber a mesma cota de participação: R$ 2,2 milhões. Já a classificação para as oitavas de finais vale uma cota de R$ 3,4 milhões.

OUTROS CONFRONTOS

Operário-PR x Grêmio
Bahia x Criciúma
Sampaio x Fluminense
Sousa-PB x Red Bull Bragantino
Goiás x Cuiabá
Botafogo x Vitória
Fortaleza x Vasco
Flamengo x Amazonas
Águia de Marabá x São Paulo
Palmeiras x Botafogo-SP
Ypiranga-RS x Athletico
Internacional x Juventude
América-RN x Corinthians
Brusque-SC x Atlético-GO
Atlético-MG x Sport

SÉRIE C

CSA confirma mais reforços e viagem para hoje

AUGUSTO OLIVEIRA / ASCOM CSA

Atacante Yuri Tanque é apresentado pela presidente Mírian Monte

Mais nomes foram confirmados pelo CSA. Após as contratações do goleiro Thomazella, o lateral-esquerdo Guilherme Dal Pian, os volantes Dudu Miraíma e Buga e o meia Alan Pedro (ex-Campinense), os atacantes Vitor Leque, Yuri Tanque e o lateral Raphinha foram apresentados ontem. Dispensas também estão acontecendo.

O coordenador de futebol, Marquinhos Mossoró disse que os laterais Eduardo e Kevin, o meia Marcinho e o atacante Vinícius Popó devem deixar o Azulão. O CSA estreia no Brasileiro neste sábado, contra o Ypiranga, fora de casa, no Campeonato Brasileiro da Série C. O jogo será às 19h30 na fria Erechim-RS. E a delegação embarca hoje. O técnico Cristian de Souza não pode contar com três jogadores utilizados durante o Campeonato Alagoano e a Copa Alagoas.

Ainda em recuperação, o goleiro Deivity (panturrilha esquerda) e os atacantes Alisson Farias (panturrilha direita) e Tiago Marques estão vetados para o jogo no interior gaúcho.

A expectativa da diretoria é que os atletas contratados estejam regularizados a partir de hoje, assim, fiquem à disposição da comissão técnica para a estreia na Série C.

SOFRIMENTO

Real Madrid elimina City nos pênaltis e avança na Liga

O Real Madrid eliminou o atual campeão Manchester City por 4x3 nos pênaltis após empate em 1x1 no tempo regulamentar e vai enfrentar o Bayern na semifinal da Liga dos Campeões da Europa. Os dois jogos foram marcados pelo equilíbrio. Na fase de grupos, o Manchester City terminou o grupo G em primeiro, com 18 pontos e, nas oitavas, bateu o Copenhagen por 6 a 2 no placar agregado. Já o Real Madrid fechou o grupo C em primeiro, com 18 pontos. Nas oitavas, tirou o RB Leipzig por 2 a 1 no agregado.

Sem vantagem alguma depois do jogão na ida que terminou em 3x3, o Real aproveitou um City desligado no início da primeira etapa e abriu o placar com Rodrygo em assistência de Vinicius Junior.

A partir do gol, só deu a equipe de Pep Guardiola. Apesar do domínio absoluto, o gol de empate só saiu no segundo tempo dos pés de De Bruyne. Carlo Ancelotti, então, resolveu retrancar o time e sonhar com um gol de contra-ataque, que não veio. Aos poucos o time de Manchester foi cansando até não conseguir mais assustar o gol de Lunin. Na disputa de pênaltis, Ederson até tentou brilhar ao pegar a cobrança de Modric, mas o goleiro do Real Madrid estava iluminado e defendeu os chutes de Bernardo Silva e Kovacic para colocar a equipe merengue novamente na semifinal de Champions.

SONHO

Santos aposta alto no retorno de Neymar na temporada 2025

REPRODUÇÃO

Neymar espera voltar a jogar no segundo semestre pelo Al Hilal

Marcelo Teixeira, atual presidente do Santos, explicou mais sobre o projeto de ter Neymar em 2025. Teixeira aposta na Copa do Mundo para conseguir repatriar Neymar. O craque tem contrato no Al-Hilal até meados do ano que vem.

O presidente entende que não haverá lugar melhor que o Santos para Neymar chegar bem na Copa em 2026. Esse é o principal argumento que o Peixe utilizará.

Após sucessivas lesões e a ida para a Arábia, Neymar perdeu parte do protagonismo que poderia reencontrar no futebol brasileiro, junto ao clube onde foi revelado e é praticamente uma unanimidade na torcida. Teixeira possui relação estreita com Neymar Pai e está confiante. Nas últimas idas para a Vila Belmiro, Neymar disse que voltará ao Santos na próxima temporada.

"O Neymar tem uma relação com o Santos profissional, afetiva. Tem contrato em vigência. Compromissos profissionais. Nós estamos acompanhando e lógico, quando tivermos essa decisão, estaremos em diálogo com seu pai, clube, na tentativa de formalizarmos o projeto para quando o Neymar decidir pelo retorno. Aí sim, compreender de que forma o clube abrirá as portas para o Neymar para que ele desenvolva o seu futebol. Acho que para o Neymar se preparar melhor para a Copa nada melhor do que estar na sua casa, seu ambiente, com o amor do torcedor santista", disse Marcelo.

ATRASADOS

Juventus vai pagar R$ 55,4 milhões a CR7

Cristiano Ronaldo venceu uma disputa na Justiça da Itália contra a Juventus, que precisará pagar 10 milhões de euros (R$ 55,4 milhões) em salários atrasados, mais juros. O craque português, hoje no Al-Nassr, cobrava 19,5 milhões de euros por pagamentos não realizados durante a pandemia de Covid-19, em 2020. A decisão de três juízes, Gianroberto Villa, Roberto Sacchi and Leandro Cantamessa, foi anunciada nesta quarta-feira. De acordo com o jornal "Gazzetta dello Sport", a Juventus não previa a reserva de uma quantidade para o pagamento desses salários em anos passados.

Ainda segundo o jornal italiano, esse montante de quase 10 milhões de euros era quanto Cristiano Ronaldo deveria ter arrecadado em valor líquido. O clube também terá de compensar o jogador pelos custos com advogados.

Por força das dificuldades financeiras causadas pela parada no futebol, o clube de Turim foi obrigado a pedir aos seus jogadores que abdicassem de parte dos seus salários para corrigir esses problemas.

Cristiano Ronaldo defendeu a Juventus por três temporadas, entre 2018/19 e 2020/21. Ele disputou 134 jogos oficiais pelo time italiano e marcou 101 gols. Ele conquistou cinco títulos nesse período: dois Campeonatos Italianos, duas edições da Supercopa da Itália e uma Copa da Itália.

Superman escolhe ator para viver Jonathan Kent

Superman, o novo filme da DC que chega em 2025, escalou o seu Jonathan Kent, pai terráqueo do protagonista Clark. Ele será vivido por Pruitt Taylor Vince (Identidade). A informação é do The Wrap. Nos quadrinhos, Kent é o pai de Clark na Terra e o responsável, junto com Martha, por encontrar Kal-El ainda bebê na nave vinda de Krypton, planeta natal do super-herói.

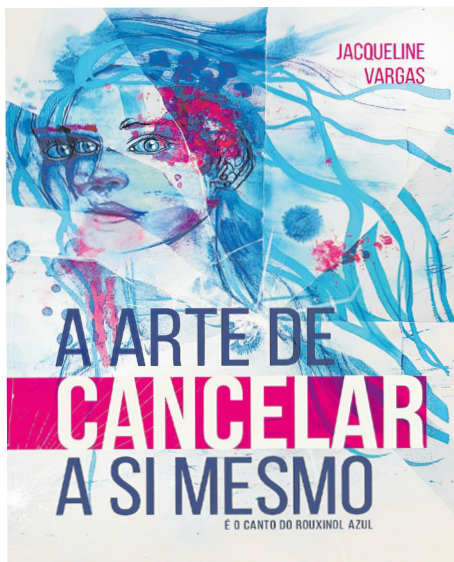
Zendaya lamenta hiato repentino da série Euphoria

O repentino adiamento de Euphoria pouco antes do retorno para as filmagens da terceira temporada continua sendo assunto. Após a atriz Hunter Schafer lamentar dizendo sentir a falta dos colegas de elenco e equipe, agora foi a vez de outra estrela do seriado comentar sobre. Zendaya deu seu parecer sobre o destino da série ao ser perguntada se Euphoria vai voltar em um futuro próximo: "Se for o melhor para os personagens e tudo se desenrolar como deveria, claro", disse a atriz sobre o retorno de Euphoria.

A ARTE DE CANCELAR A SI MESMO

Majô tem uma vida perfeita, assim como todos os influenciadores digitais aparentam. É bonita, carismática, está sempre nas manchetes de sites de fofoca e seu engajamento das redes sociais é enorme. A adolescente começou a fazer vídeos quando era criança, e agora um "publi" lucra mais do que ganharia se seguisse uma carreira tradicional. Porém, depois de uma denúncia anônima, seu canal do Youtube fica à berlinda, e ela desaparece da casa dos pais. Esse enredo marca novo livro infantojuvenil de Jacqueline Vargas, roteirista vencedora do Emmy Awards, principal premiação para programas de televisão do mundo.

A arte de cancelar a si mesmo é o retrato dos conflitos de uma juventude que teve a individualidade moldada por números na internet. Aos 15 anos, a famosa mirim já precisa lidar com a ideia de sustentar toda a família, sofre com as dores de ter uma mãe narcisista e, por causa da profissão, não consegue manter amizades próximas. Entretanto, uma decisão muda a vida dela: enquanto todo o Brasil se pergunta o que teria acontecido à jovem, Majô está escondida na casa da vizinha Kauane – adolescente com um perfil completamente diferente da protagonista.

"Trabalho", a palavra voltou como um bumerangue. Tantos anos de trabalho. Quando foi mesmo que ela parou de falar dos animais? Quando foi mesmo que o canal virou um diário da sua vida apimentado com provações diárias de coragem e superação? O que tinha a vida dela de tão interessante assim? Ir para o Twitch a apavorava

imensamente. E essa era a última novidade dos pais. Fez o teste e ficou quase dez horas "live". A possibilidade de repetir a experiência a apavorava. (A arte de cancelar a si mesmo, pg. 125)

A garota que mora na casa ao lado é introvertida, sarcástica, neurótica e com uma tendência a reclusão social. Porém, quando encontra a influencer na edícula do lar, surge uma amizade improvável. A partir disso, as duas revisitam as memórias de infância, compartilham frustrações sobre o futuro, ponderam sobre o peso das redes sociais na vida delas, experienciam primeiros amores e tentam encontrar formas de existir sem se prenderem às amarras do engajamento no mundo virtual.

Nesta obra, a escritora entrelaça pesquisas sobre psicanálise em uma ficção para o público infantojuvenil. Entre as páginas, reflete sobre como a subjetividade dos jovens está conectada às redes sociais, pondera acerca das consequências do excesso de informações no cotidiano e questiona os limites entre o esquecimento e a necessidade de registrar as memórias na internet.

A autora atravessa esses temas em uma narrativa fluida e multimídia: com uma linguagem similar à da juventude contemporânea, utiliza as redes sociais como recurso extra para acrescentar detalhes no enredo. Na história, Majô tem um "dix", uma espécie de perfil no Instagram para pessoas próximas. Sob o nome @rouxinoulazul, a menina publica poemas e desenhos em aquarela, e esse usuário existe de verdade com os posts que a protagonista teria divulgado.

A arte de cancelar a si mesmo – é o canto do rouxinol azul é o primeiro livro de uma trilogia, que terá as continuações "No playground de Vênus - o amor é de brincadeira" e "Existe vida dentro do meu quarto – quando eu era feliz antes de ser feliz". As obras contarão com os mesmos personagens, mas haverá protagonismos diferentes. "Estamos diante de uma primeira geração exposta desta forma às redes sociais. Como será sua vida madura? Este livro fala de temas que outros até falam, mas não tão a fundo. E é um equívoco achar que o jovem não quer ir a fundo nos seus questionamentos", afirma a escritora.

Autora da série televisiva "Sessão de Terapia", Jacqueline Vargas retrata em livro com narrativa multimídia conflitos da primeira geração de jovens totalmente exposta às redes sociais

JOTA QUEST

Maceió entrou na rota da turnê da banda Jota Quest. Com o melhor do pop brasileiro a banda tem músicas que marcam qualquer pista de dança Brasil afora, além de já ter embalado muitos casais. Quando anunciaram a série de shows, os componentes da banda afirmaram que essa será uma celebração da história do grupo. Em Maceió, o show acontece no dia 20 de agosto. A produção ainda não anunciou horário, local e valores. Apenas confirmaram que o show está fechado.

TEATRO

"Vale a pena viver a vida, mesmo quando o mundo parece ruir aos nossos pés. Para isso, devemos usar nossos sonhos para temperar a existência, nossas dores para nos construir e não para nos destruir". Esse pensamento de Augusto Cury, médico psiquiatra e considerado o autor mais lido da década, nos dá apenas um aperitivo do que o público pode esperar ao assistir à comédia dramática "Nunca desista de seus sonhos", que reestreia dia 20 maio, no Teatro Deodoro, às 20h. Ingressos entre R$ 100 e R$ 50. Vendas no site Ingresso digital.

ALAGOANO

Uma relação como tantas outras... cansada! O que fazer quando não há mais o desejo sexual? O que fazer quando a cumplicidade e o companheirismo sobressaem a libido do casal? Com muito bom humor, o espetáculo alagoano Kama Surta aborda questões do dia a dia de um relacionamento livre de tabus e repressão, destaca Christiano Marinho, que interpreta a hilária "Gracinha". O Espetáculo usa a comédia, a interação e o improviso como elementos fundamentais para trazer leveza ao espetáculo, com o cuidado de não o tornar vulgar em uma hora e 30 minutos de pura gargalhada. No próximo dia 19 de maio, no Teatro Deodoro, às 19h. Ingressos: Lote Promocional + 1 kg de alimento R$ 30 (+ R$ 3 de taxa). Casadinha (dois ingressos + alimentos) R$ 50 (+ R$ 5 taxa).

VOZ E VIOLÃO

Depois de encerrar a bem-sucedida turnê "Daramô", Tiago Iorc está de volta à estrada, em curta temporada, com "Noite dos Namorados", um show íntimo e exclusivo - no formato voz e violão - criado especialmente para celebrar a data mais romântica do ano. Serão apenas seis apresentações, em locais com capacidade limitada, entre os dias 7 e 15 de junho. E Maceió está incluída nesse roteiro. O show no Teatro Gustavo Leite – Centro de Convenções - será dia 7 de junho, às 21h. Ingressos: Plateia Especial: R$ 130 (meia-entrada) + R$ 260 (inteira); Plateia: R$ 100 (meia-entrada) + R$ 200 (inteira).

ORQUESTRA E SOM

O cantor e instrumentista Oswaldo Montenegro estará de volta a Maceió. Ele apresenta seu show "Oswaldo Montenegro e Orquestra", no dia 27 de abril, no Teatro Gustavo Leite, com a participação da flautista Madalena Salles. Neste espetáculo, a voz potente e o violão sofisticado do cantor-compositor ganham roupagem de cordas, madeiras e sopros, ressaltando as harmonias e melodias de suas canções. No setlist da apresentação estão canções como: "A Lista", "Lua e Flor", "Léo e Bia", "Estrada Nova". O anúncio foi feito na página oficial do cantor, onde os ingressos também podem ser comprados. Endereço da página: https://www.oswaldomontenegro.com.br/agenda .

BEATLES EM MACEIÓ

Uma das bandas de cover dos Beatles mais primorosas, Hey Jude fará show em Maceió no próximo mês de maio. O grupo Hey Jude & Orquestra faz a releitura de todas as fases dos percursores do rock 'n' roll e são eles que encarnam com maestria os meninos de Liverpool, com um repertório amplo e na fidelidade de arranjos, timbres, vozes, figurinos, trejeitos e até nos diálogos em inglês no palco. A banda se apresenta no dia 17 de maio, no Teatro Gustavo leite. Ingressos variam de R$ 80 a R$ 280 no site Sympla.

FLÁVIO JOSÉ

O forrozeiro Flávio José aterrissa no próximo dia 20 de abril em Maceió para dar o pontapé inicial para o São João em Alagoas. Com abertura da banda Mô Fio, o cantor irá passear por todos os seus clássicos e embalar a noite para quem gosta de um bom arrasta-pé. O show acontecerá no Maikai, na Jatiúca, a partir das 22h. Ingressos à venda pelo link: https://lojadeingresso.com.br/comprar/3677/flavio-jose-o-caboclo-sonhador .

ANA CAÑAS CANTA

Após o sucesso em mais de 150 palcos pelo Brasil, a turnê Ana Cañas Canta Belchior retorna a Maceió para a última apresentação na capital alagoana, no Teatro Gustavo Leite, no próximo dia 24 de maio. No espetáculo, vencedor de "Melhor Show do Ano" pela APCA (Associação Paulista dos Críticos de Arte), a artista sobe ao palco do Teatro Gustavo Leite para apresentar o melhor do compositor cearense. Além de clássicos como "Como Nossos Pais", "Sujeito de Sorte" e "Velha Roupa Colorida", Ana Cañas apresenta ao público uma canção até agora inédita de Belchior, que foi dada de presente a ela pelos filhos do compositor. Ingressos: Plateia A (fila A até M) - Inteira: R$ 140, Meia entrada: R$ 70 e Solidário (com a doação de 1 kg de alimento): R$ 105. Plateia B (fila N até ZZ) - Inteira: R$ 120, Meia entrada: R$ 60 e Solidário (com a doação de 1 kg de alimento): R$ 90.

ENGRAÇADO

O show "Nome Sujo na Praça" é o humorista Matheus Ceará em sua melhor forma: como o contador de piadas desbocado, sem as amarras do papel que o tornou famoso na TV, livre para contar suas histórias das maneiras mais hilárias. Se você aprendeu a gostar do Matheus Ceará naquele banco de praça, vai amar seu novo espetáculo! O humorista se apresenta no dia 7 de junho, às 20 horas, no D Hall Arapiraca. Ingressos no site Sympla.

CONSÓRCIO LANÇA PROJETO CENA NORDESTE FESTIVAL, QUE ACONTECE EM JUNHO EM MACEIÓ

Vai ser oficialmente lançado na tarde desta quinta-feira (18) o Cena Nordeste Festival, uma iniciativa artístico-cultural inédita que vai mobilizar os nove estados da região em encontros que ao longo do ano vão percorrer todas as capitais nordestinas. A solenidade de abertura acontece no Mercado Eufrásio Barbosa, de Olinda, em Pernambuco, a partir das 15h, com a presença das governadoras Fátima Bezerra, do Rio Grande do Norte, que é a atual presidenta do Consórcio Nordeste, e Raquel Lyra, de Pernambuco, a anfitriã do evento.

O Cena Nordeste Festival é uma iniciativa do Consórcio Nordeste que começou a ser gestado em 2023 pela Câmara Temática da Cultura da entidade. E que agora em 2024 começa a ser executado a partir do esforço conjunto de todos os nove estados. Em cada um dos encontros a serem realizados, haverá um intercâmbio nas linguagens de audiovisual, grafite, teatro, dança, circo, forró, cultura popular e música.

A dinâmica é a mesma. São nove finais de semana de festival ao longo do ano, sempre em um estado diferente. Da mesma forma, a cada novo final de semana os estados visitantes ficam responsáveis por uma linguagem cultural diferente. Todos, assim, serão anfitriões uma vez e responderão uma vez por cada uma das linguagens.

Atual presidenta do Consórcio Nordeste, a governadora Fátima Bezerra ressalta a importância do projeto e comemora o início de iniciativa tão promissora para as trabalhadoras e os trabalhadores de cultura da região:

"Mais do que apenas uma celebração da arte e da cultura nordestina. O Festival Cena Nordeste simboliza o compromisso do Consórcio Nordeste em promover o intercâmbio cultural entre os estados da nossa região, em fortalecer nossa identidade regional e impulsionar o desenvolvimento econômico por meio do turismo cultural. É um movimento que busca democratizar o acesso à cultura, proporcionando ao país a oportunidade de vivenciar e apreciar as riquezas da nossa arte e tradição".

Depois do lançamento desta quinta-feira (18), os encontros do Cena Nordeste se iniciam de fato nos dias 10 e 11 de maio, em João Pessoa. A cidade foi escolhida para abrir a edição de 2024 porque o início dos debates para a realização do festival foi proposto ainda no ano passado por Pedro Santos, que é secretário de Estado da Cultura da Paraíba e atual coordenador da Câmara Temática da Cultura do Consórcio Nordeste.

Após João Pessoa, o Cena Nordeste vai passar por Maceió (7 e 8 de junho), São Luís (5 e 6 de julho), Teresina (2 e 3 de agosto), Recife (31 de agosto e 1º de setembro), Natal (21 e 22 de setembro), Aracaju (11 e 12 de outubro), Fortaleza (16 e 17 de novembro) e Salvador (7 e 8 de dezembro).

Nos diferentes encontros, as atrações serão definidas sempre por curadores locais contratados pelos estados. O anfitrião fica responsável pela hospedagem de quem chega, e os visitantes custeiam o traslado de quem viaja. São esses e outros detalhes do projeto que serão apresentados em Olinda.

Em cada um dos eventos do Cena Nordeste Festival, vai haver ao longo de dois dias exibição de curtas-metragens, espetáculos de teatro, de circo e de cultura popular, apresentações de forró, dança e outras expressões musicais, produção de grafites. Sempre em um centro cultural da cidade-sede, com acesso gratuito do público local.

RESUMO DAS NOVELAS

GLOBO 18h

NO RANCHO FUNDO
Aldenor alerta que Quinota levou o jegue da família, e Zefa Leonel deduz que a filha tenha ido para a cidade atrás de Marcelo. Padre Zezo exige que Sabá seja honesto com o povo de Lapão da Beirada. Caridade provoca um incidente com Artur, e Tobias se desculpa. Vespertino cobra a dívida de Marcelo. Quinota salva Guilherme Tell de um acidente. Benvinda flagra Nastácio e Esperança aos beijos. Quinota encontra Marcelo, mas foge dele depois de um mal-entendido. Tobias detém Quinota e convoca Floro Borromeu. Zefa Leonel avista Marcelo. Floro dá voz de prisão a Quinota.

GLOBO 19h

FAMÍLIA É TUDO
Jéssica pede perdão a Electra. Paulina exige que Tom mantenha Vênus afastada de seus filhos. Lupita ouve uma conversa de Elisa sobre Júpiter. Kleberson acompanha Andrômeda ao restaurante onde Chicão está com Sheila. Hans mostra Electra para as moças que aplicarão o golpe nela. Catarina tenta convencer Vênus a desistir de investigar a morte de Pedro. Plutão comenta com Vênus que Júpiter tem conseguido dinheiro de forma misteriosa. Chicão parte para cima de Andrômeda e Kleberson. As moças contratadas por Hans provocam Electra no bar.

GLOBO 21h

RENASCER
Sandra, João Pedro e Augusto enfrentam Egídio. José Inocêncio celebra a gravidez de Buba. Inácia critica a atitude de João Pedro e Augusto por terem ameaçado Egídio. José Inocêncio orienta Venâncio em como agir com Eliana, e conta que a ex-mulher do filho estava tendo um caso com Damião. Eliana revela a Kika que está apaixonada por Damião. Buba se sente mal por usar a falsa barriga e por mentir para José Inocêncio. José Inocêncio pede a Venâncio que confisque o apartamento de Eliana. João Pedro conta a Deocleciano que mandou Damião conter Egídio caso o coronel ameaçasse Sandra. Damião aparece no momento em que Egídio está na casa de Sandra e o ameaça.

RECORD 21h

GÊNESIS
Ibbi-Sim decide tomar uma atitude e se irrita com a esposa, Kiria. Morabi, com os inimigos, arma plano contra Ur. Morabi trama com Oguedi contra Kissare. Abraão flagra Adália com Naor. Ele dá um sermão no irmão. Terá se mostra bastante arrependido. Shakia é surpreendida por Dnin-Sim. Kissare cai na armadilha de Oguedi. Shakia seduz o príncipe. Kissare não resiste à emboscada. Naor se entende com Terá. Abraão diz a verdade para sua amada. Terá se explica para Sarai.

CANAL 1

FLÁVIO RICCO - colaboração: José Carlos Nery - www.twitter.com/flavioricco

Olha o decoro, senhores! A televisão não esconde nada

AGÊNCIA SENADO

Senador Humberto Costa

Quem assiste à TV Senado, e mesmo outras do segmento político, com toda certeza não deve entender muito bem. Ou, no mínimo, achar um pouco estranho o que as câmeras acabam flagrando.
No instante em que um dos seus ilustres membros vai à tribuna e usa o seu tempo para alguma manifestação, apresentar ou defender teses, ou propostas, só uns poucos prestam atenção. Toda santa sessão é a mesma coisa. A grande maioria aparece conversando, em rodinhas, dando tapinhas nas costas, parece até que trocando piadas, em um comportamento que nunca é o ideal. Até num cochilo, por que não? Pior é que, às vezes, nem a mesa da presidência escapa.
Apenas como ilustração ou exemplo, o pronunciamento do senador Humberto Costa (PT – PE) terça-feira. Ele falando e muitos dos seus companheiros de casa nem aí. Ninguém foi flagrado prestando atenção. Pra quem assiste, pega bem esquisito. Culpa do diretor de TV?
Aí, apenas para tentar estabelecer comparação e saber se é assim mesmo, na TV Assembleia de São Paulo, também na terça-feira, o presidente convoca os tantos inscritos para falar. Meio mundo é chamado, mas só uns pouquinhos aparecem, porque os demais ou não estavam presentes ou foram tomar lanche bem naquela hora. Grupo escolar perde.
Se a televisão está presente nessas casas e é um dos meios mais importantes de comunicação dos senhores parlamentares como a população e mesmo eleitores, não custa nada um comportamento mais adequado. Olha o decoro, senhores.

TV TUDO

A PROPÓSITO

Em se tratando de comportamento adequado, Eduardo Menezes, se bobear, é o mais simpático do jornalismo esportivo. Está sempre com sorriso no rosto.
Mas precisa se impor quando comanda programas na ESPN. Uma perfeita algazarra, com todos falando ao mesmo tempo. O telespectador, coitado, fica de bobo.

PROBLEMA PESSOAL

Em comunicado à imprensa, o SBT informou ontem que Márcia Dantas ficará "interinamente" ao lado de Marcão do Povo na apresentação do "Tá na Hora".
"Por tempo indeterminado, a jornalista assumirá o lugar de Christina Rocha, enquanto a apresentadora não volta às suas atividades na televisão." O SBT reforça que Christina está afastada por questões pessoais.

EM CIMA DISSO

Na semana passada foram três do "Fofocalizando", nesta, mais três demitidos pelo SBT do "É Tudo Nosso", há apenas um mês no ar.
Fala-se em um novo enxugamento geral.
Complicado.

DEU UM TEMPO

Pâmela Lucciola, uma vez mais, trocou a Bahia por São Paulo para apresentar o "Melhor da Noite" na Band, ao lado de Zeca Camargo.
Glenda Kozlowski, em férias, foi visitar o filho que mora nos Estados Unidos.

NOS DETALHES

Esses 100 participantes serão acomodados, nesta primeira fase, em 3 casas, mas com distribuições bem diferentes. Uns até bem mais confortáveis que os outros.
Mas a grande novidade revelada pelo diretor Rodrigo Carelli no "Programa de Todos os Programas", terça-feira, é a presença do Fred, por computação gráfica. Olha ele, ao lado, dentro do A.
Vai interagir com a Rachel Sheherazade quase o tempo todo.

OLHA SÓ

A Globo solicitou o registro da marca "Brasil do Brasil", bordão de Beatriz Reis no "BBB24", e agora aguarda prazo de apresentação de oposição.
Se a ex-participante tinha alguma intenção de conquistar essa marca, desenvolvida em cima da sua participação no reality, vai ter que disputar com a emissora.

MATÉRIA ESPECIAL

Amanhã, sexta, serão 10 anos sem o querido Luciano do Valle, o Bolacha, um dos maiores narradores esportivos do país em todos os tempos.
Domingo, no "Show do Esporte", a Band vai exibir um documentário especial sobre ele, contando da sua passagem do rádio para a TV, os grandes feitos e depoimentos de muitos daqueles que conviveram com ele.

COMANDO

Paulo Saad é quem tem respondido por toda a área de operação na Newco, programadora de TV por assinatura do Grupo Bandeirantes.
Monica Monteiro, desde a mudança para Brasília, ficou mais no Institucional dos canais PayTV.

COMBINADO ASSIM

O "Manhã do Ronnie", do Ronnie Von, parou de ser produzido na Rede TV!. Tem uma boa frente de programas e até o fim da sua exibição, será decidido o que vai entrar no lugar.
A informação é que a equipe do Ronnie foi remanejada para outras produções e será reunida novamente, no start do seu novo horário, faixa da noite.

BATE–REBATE

- *Felipe Folgosi já escreveu a continuação do filme "Rodeio Rock"....*
- *Depois da exibição nos cinemas, o longa, estrelado por Carla Diaz, Lucas Lucco e Felipe Hintze, alcançou a segunda posição no ranking da Netflix.*
- *A Band está preparando um especial sobre Ayrton Senna, que será levado ao ar dia 1º de maio, às 23h30, logo após a série "Vikings".*
- *Amanda Klein, âncora do "Rede TV News", entrará em férias no dia de hoje. Gabriela Di França ocupará o seu lugar ao lado do Augusto Xavier...*
- *Quanto ao "Leitura Dinâmica", Caroline Nequirito e Stella Freitas vão se alternar no comando.*
- *O "Linha Direta", com Pedro Bial, estreia nova temporada na Globo na noite desta quinta, após "Os Outros".*
- *O jornalista Bruno Laurence gravou participação no "The Noite", programa do Danilo Gentili no SBT...*
- *Uma conversa sobre Jogos Olímpicos, Brasileirão, o recente Campeonato Paulista, entre outros "causos" e histórias dos tempos de reportagem...*
- *O Bruno, assim como o Pedro Teixeira da CNN, é outro que tem procedência.*

ANTÔNIO CHAHESTIAN / DIVULGAÇÃO

TEM QUE VER

Se você não viu, não sabe o que está perdendo. Vai aí embaixo, pega o link e assiste ao documentário do **Márcio Canuto**.
Além da história maravilhosa, tudo é contado de uma forma bem divertida, com o jeitão e a marca do Márcio mesmo. Depois me conta. (https://dai.ly/x8wx3vw).

VAI COMEÇAR

Está previsto para esta quinta-feira o início do confinamento para os 100 participantes da segunda temporada de "A Grande Conquista".
A estreia na Record vai acontecer dia 22, segunda-feira.

C'EST FINI

Para marcar a última temporada de "Sob Pressão", a Globo promoverá uma nova campanha de doação de sangue, evento que tem marcado os lançamentos da série nos últimos anos.
A partir do dia 23, data de estreia na TV aberta, mais de 80 pontos de coleta estarão mobilizados em 12 Estados.
Então é isso. Mas amanhã tem mais. Tchau!

EM 2024

Quentin Tarantino deve começar filmagens de seu último longa

Desde a greve de roteiristas e atores, não tivemos muitas notícias sobre The Movie Critic, o novo e possível último filme da carreira de Quentin Tarantino. Agora, parece que o projeto está voltando a caminhar, e já há data para começar as filmagens.

De acordo com o Production Weekly, o longa deve começar suas filmagens no segundo semestre deste ano, durante o outono do hemisfério norte, entre setembro e dezembro. O longa será ambientado no sul da Califnórnia no ano de 1977, e deve ter Brad Pitt no papel principal.

Inicialmente, pensava-se que The Movie Critic seria sobre a crítica de cinema Pauline Kael, uma das mais respeitadas da história dos EUA, mas o diretor afastou essa possibilidade. O filme "é baseado em um cara que realmente viveu, mas nunca foi realmente famoso, e costumava escrever resenhas de filmes para uma revista pornô", revelou Tarantino.

Horóscopo

ÁRIES - (21/3 a 19/4) – Estabeleça uma nova organização financeira, pois a forma atual pode ser a fonte das suas frustrações. Uma nova mentalidade e a quebra de algumas crenças acerca das suas possibilidades de ganho pode trazer a inspiração necessária para despertar os talentos e qualidades que trarão mais reconhecimento e valorização.
TOURO – (20/4 a 20/5) – Esteja aberto para as mudanças e renovações que precisa fazer em sua vida doméstica e assuntos relacionados à família, filhos ou direcionados a um imóvel. Você pode se deparar com imprevistos e situações que pedem o desenvolvimento de uma conduta mais prática e inovadora
GÊMEOS – (21/5 a 21/6) – Flexibilize sua comunicação, principalmente ao lidar com parentes, irmãos e pessoas do convívio. Você recebe uma notícia ou informação inesperada, portanto se abra para novas ideias e respeite as opiniões diferentes da sua. Esse movimento destrava questões emocionais e psicológicas, contribuindo para o seu desenvolvimento.
CÂNCER – (22/6 a 22/7) – É preciso um novo olhar para as questões financeiras, a fim de encontrar soluções inovadoras e economicamente rentáveis. Desenvolva práticas justas, que englobem as necessidades de todos os envolvidos.
LEÃO – (23/7 a 22/8) – Se você espera por mudanças e crescimento na sua vida profissional, saiba que isso depende muito mais de você do que do externo, como chefes e autoridades. Esta é a oportunidade de revolucionar e romper com padrões de trabalho antiquados. Aproprie-se do seu potencial e construa uma carreira mais alinhada com seus ideais.
VIRGEM – (23/8 a 22/9) – Questionar crenças e valores faz parte do processo de autoconhecimento. Chegou o momento de reformular e desconstruir verdades absolutas sobre você mesmo e sobre os dogmas e doutrinas que te guiam. Rompa com tradições e crenças limitantes, expandindo sua mente para novas filosofias, saberes e percepções.
LIBRA – (23/9 a 22/10) – Um grupo do qual você faz parte está em crise e questões, tanto materiais quanto emocionais, precisam ser readequadas. As regras e a ética que norteiam essas relações precisam ser atualizadas, trazendo mudanças significativas para os participantes. Posicione-se em busca de melhorias para o coletivo.
ESCORPIÃO – (23/10 a 21/11) – Sua vida profissional passa por momentos de tensão. O afastamento ou a ruptura com uma pessoa importante podem ocorrer se não houver flexibilidade. Trata- se de divergências nas relações de trabalho com um parceiro, chefes ou autoridades. Faça mudanças que promovam o aprimoramento da sua carreira.
SAGITÁRIO – (22/11 a 21/12)– Um assunto burocrático toma novos rumos devido a mudanças e imprevistos. Você terá que se adaptar a essa realidade se quiser ver a tarefa devidamente concluída. Questões judiciais ou relativas a estudos e viagens irão demandar de você uma mente aberta para novas abordagens e métodos.
CAPRICÓRNIO – (22/12 a 19/1) – Você está sendo profundamente impactado pelas mudanças na vida dos filhos. Não tente controlar a situação, pois as transformações são inevitáveis. O encerramento de um ciclo e a mudança de fase contribuirão para o progresso e evolução deles. Isso pode envolver também um projeto criativo ou um namoro.
AQUÁRIO – (20/1 a 18/2) – O relacionamento afetivo e a família estão passando por mudanças. Seja com o afastamento de alguns familiares, seja fazendo alterações na estrutura do lar, esse movimento rompe com padrões enraizados e traz liberdade. **PEIXES –** (19/2 a 20/3) -O caos e a agitação da rotina estão desequilibrando sua saúde. Isto está relacionado com a quantidade excessiva de tarefas, deslocamentos e a interferência constante dos parentes. Faça mudanças radicais na sua forma de organizar o dia a dia e nas relações com pessoas do convívio, inclusive se afastando quando necessário.

Cruzadas

PALAVRAS CRUZADAS DIRETAS

www.coquetel.com.br © Revistas COQUETEL

Tecnologia eficaz contra falsificação de documentos
Um dos sintomas típicos da anemia
Ellen Gracie, ex-ministra do STF
David Copperfield e David Blaine
Carta que vale 15 pontos, no buraco
Marcelo (?), apresentador paulista
Significado de "F", em FIA
Classificação do sujeito em "viajei ontem"
O porte da modelo de passarela
Regulamentado por medida parlamentar
Forma mais comum de bullying em escolas
Tocantins (sigla)
Técnica de tratamento como o psicodrama
Demi-(?), variedade de champanhe
Formato de cebolas fritas empanadas
Ser vivo responsável pelas cores dos corais
Posição do engate nos carros
(?) killer, assassino em série
Cão sem raça definida
Audição
(?)-comum: chavão
Espaço no telhado onde aves fazem ninhos
Ingrediente da feijoada
Estar longe
Município ao Norte de Porto Alegre
(?) Eller: gravou "Barraco", no 1º CD
Prorrogar
Recurso de áudio da TV
Marisa (?), atriz de "Vingadores: Ultimato"
Registro de assembleia
Grande doçura (fig.)
Estrutura do cérebro, controla a fome
Sufixo de "filhote"
Melão, em inglês
Time de Natal (fut.)
Interesses (?): obstáculo ao ambientalismo
Tecla contígua à do "Q" (Inform.)
Chá, em inglês

BANCO 3/tea. 5/melon. 6/distar — oitiva. 8/letargia.

55

Solução

TOP News

Elenilson Gomes
elenilsontopnews@gmail.com

NOVA DEMOCRATA NO MACEIÓ SHOPPING

Com 111 lojas no Brasil e com produção diária de 18 mil pares, a Democrata está com uma nova loja no Maceió Shopping, no piso 01, próximo a praça central. Com instalações modernas, o novo projeto preza pelo conforto e praticidade para clientes e colaboradores, oferecendo uma diversidade de calçados e acessórios da moda masculina. A linha batizada de Pulse chega ao mercado no mês de abril, e faz parte da coleção de inverno 24, inspirada no tema Energia Urbana. Os calçados Democrata têm solados de tecnologia exclusiva das famosas bolhas de ar para ajudar a caminhada com menos impacto e trazem para o dia-a-dia do homem contemporâneo o conceito da linha Garagem.

KALLARRARI WHITE

Talentoso, competente e querido por todos, o grande cabeleireiro Agnaldo Kallarrari arma festão para celebrar seus 55 anos, no próximo dia 21 de abril. A festa, denominada Kallarrari White, terá como cenário a bela Barra de São Miguel, com direito a muita música e animação garantida. O dress code exige branco ou prata. Será uma celebração inesquecível. Parabéns, meu amigo, você merece tudo de melhor!

EXPOSIÇÃO TIRADENTES

A Polícia Militar de Alagoas realiza a partir desta quarta-feira (17), no Maceió Shopping, a Exposição Tiradentes. A mostra, que segue até a sexta-feira (19), é uma homenagem ao patrono da Corporação, e será aberta à visitação das 10h às 22h, de forma gratuita. No evento serão expostas viaturas históricas da Corporação, modelos operacionais atuais, além de equipamentos e integrantes das diversas unidades da PM. O público poderá interagir com os militares presentes.

A coluna TopNews, sempre prestando justas homenagens a amigos dos mais variados segmentos da nossa sociedade, hoje celebra o empresário e consultor imobiliário, proprietário da conhecida Imobili. Estamos falando do estimado amigo Sérgio Vasconcelos, em companhia da sua bela filha, Malu Vasconcelos, ela dá uma super assessoria ao pai. A Imobili está localizada no coração da Ponta Verde. Parabéns, amigos, pelo sucesso da consultoria imobiliária.

OUTONO LE BLOG NA ENTRE & VISTA

As empresárias Moacira e Andréa Cunha convidam as nossas amigas para conhecer o outono/inverno'24 da super marca Le Blog. A coleção está bela na conhecida maison Entre & Vista, localizada na Galeria Victoria Place, Avenida Deputado José Lages, Ponta Verde. Convidamos as nossas amigas para viver a nova estação com a Le Blog. Vale a pena conferir!

Ela é linda, uma mulher multifacetada, advogada respeitada, casada com seu grande amor, o juiz Gustavo Tenório, ela é uma mãe muito amada pelos seus filhos. Ela hoje recebe a nossa homenagem e o nosso carinho. Com todas estas qualidades que citamos, estamos falando da nossa querida Carol Agra Tenório, fazendo um inesquecível safári pela África. Carol nos falou que é uma viagem inesquecível para quem gosta de aventura. Aproveite, bela mulher, você está aí porque Deus está ao seu lado. Aproveite, saudades!

ALIANÇA FRANCESA COMPLETA 72 ANOS EM ALAGOAS

A Aliança Francesa completa 72 anos em Alagoas e para celebra a data será realizando um sarau, no próximo dia 20 de maio, a partir das 20h. O sarau será ao ritmo do swing do Rony Ferreira Sexteto, com seus cinco instrumentistas-virtuoses e sua vocalista singularíssima, a cantora Ana Gal, e marcará uma saborosa viagem por clássicos da canção francesa e da música popular brasileira, em um alegre aquecimento para as Olimpíadas de Paris. O evento acontece no restaurante Bistrô Farol. Os ingressos já estão à venda.

TopNews aproveita a oportunidade para homenagear duas amigas queridas em nosso mundo social e empresarial. Elas, sucesso em seus segmentos, são ao mesmo tempo clássicas, chiques e donas de uma energia que contagia todos em nossos encontros. Estamos falando das queridas Carla Coutinho Cansanção e a querida amiga Milena Toledo, elas são mulheres de sucesso que sempre merecerão os nossos aplausos. Parabéns, amigas, vocês são especiais!

REPOLHO É AMIGO DA PELE

O repolho, um vegetal que se tornou alimento básico em muitas culturas ao longo da história, muito semelhante à alface na aparência e no sabor, tem importância significativa tanto na culinária quanto na saúde humana. A sua origem remonta a milhares de anos, existindo evidências do seu cultivo no Mediterrâneo e em regiões da Ásia. Desde então, foi incorporado às cozinhas de todo o mundo e tem sido valorizado pela sua versatilidade na hora de cozinhar. Atualmente, tem chamado a atenção pelos seus múltiplos benefícios à saúde relacionados, principalmente, com a aparência da pele. O vegetal é uma excelente fonte de nutrientes essenciais para manter um sistema imunológico saudável, promover a saúde óssea e regular diversas funções do corpo. Ele apresenta boas concentrações das vitaminas C, K e B9, e dos sais minerais cálcio, potássio e magnésio.